

**ELEMENTOS DE
LINGUÍSTICA
E SEMIOLOGIA NA
ORGANIZAÇÃO
DA INFORMAÇÃO**
CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA

ELEMENTOS DE
LINGUÍSTICA E
SEMIOLOGIA
NA ORGANIZAÇÃO
DA INFORMAÇÃO

Conselho Editorial Acadêmico
Responsável pela publicação desta obra

Dr. João Batista Ernesto de Moraes
Profa. Dra. Marta Lúgia Pomim Valentim
Dr. Edberto Fereda

CARLOS CÂNDIDO DE ALMEIDA

ELEMENTOS DE
LINGUÍSTICA E
SEMIOLOGIA
NA ORGANIZAÇÃO
DA INFORMAÇÃO

CULTURA
ACADÊMICA 

Editora

© 2011 Editora UNESP

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A444e

Almeida, Carlos Cândido de

Elementos de linguística e semiologia na organização da
informação / Carlos Cândido de Almeida. – 1.ed. – São Paulo :
Cultura Acadêmica, 2011.

207p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-205-5

1. Organização da informação. 2. Linguística. 3. Semiótica.
4. Ciência da informação. I. Título.

11-7979.

CDD: 025.04

CDU: 007

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

*A Camila, Luana, Ercília, Manuel,
Cátia, Clayton e Pedro*

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Prefácio | 9 |
| Apresentação | 13 |
| Introdução | 17 |
| 1 Da Linguística | 21 |
| 2 Linguística na organização da informação e do conhecimento | 89 |
| 3 Da Semiologia | 137 |
| 4 Semiologia na organização da informação e do conhecimento | 169 |
| 5 Considerações finais | 183 |
| Referências bibliográficas | 193 |

PREFÁCIO

A organização da informação ocupa, tanto na literatura quanto nas práticas profissionais, um espaço nuclear na Ciência da Informação, uma vez que é por meio de seus processos que se estabelece a necessária ponte entre a produção e o uso/apropriação da informação, o que, por sua vez, gerará a produção de novas informações, construindo o que se pode chamar de *fluxo helicoidal da informação* (Guimarães, 2008).

Nesse contexto, e mais especificamente no que tange à organização do conteúdo informacional, tem-se, em última análise, a busca daquilo que Smit (1986, p.12) descreve como “reunir e organizar para achar”, em que, aos aspectos de natureza filosófica relativos à divisão do conhecimento, vieram somar-se as preocupações pautadas por uma necessidade prática de organização documental.

Assim, as questões relativas à análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos com vistas a sua recuperação (Barité, 1998, p.24) passam a ter especial relevância, seja no âmbito teórico da Ciência da Informação, seja em suas dimensões aplicadas, como a Biblioteconomia, seja em uma dimensão mais *artesanal* da área, observável até o fim do século XVIII, seja em uma concepção mais *técnica*, que permeou a trajetória da área no decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX (Witty, 1973; Guimarães, 2003).

Mas foi especialmente a partir da segunda metade do século XX que se verificou um movimento no sentido de se ir além de técnicas prescritivas de tratamento de conteúdo documental e se buscar a construção de metodologias defensáveis para o desenvolvimento dos procedimentos da área. Dessa forma, em um primeiro momento, e em um entorno predominantemente anglo-saxão, observaram-se esforços mais voltados às questões de representação temática da informação, mais especificamente no desenvolvimento de instrumentos, notadamente os tesauros. Em contrapartida, a partir da década de 1960 verificou-se, na França, uma preocupação com o desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos para o processo de tratamento temático da informação em si, vale dizer, os procedimentos envolvidos, tendo por mote o fato de, até então, tais procedimentos terem sido, no mais das vezes, encarados como *operações empíricas de bom senso dos bibliotecários* (Cunha, 1989a, p.40), com critérios diversificados e de natureza subjetiva, carecendo, pois, de parâmetros que lhes conferissem alguma cientificidade, por meio da explicitação dos procedimentos lógico-linguísticos envolvidos.

Desse modo, e notadamente a partir dos trabalhos de Jean-Claude Gardin (1966a, 1966b, 1974, 1967, 1970, 1973; Gardin et al., 1981) e de Coyaud (1966) desenvolvem-se os estudos da denominada *análise documental*, que, como ressalta Serres (2006), tem por intuito a representação do conteúdo intelectual do documento de tal modo que a consulta – e a posterior representação – sejam significativamente facilitadas.

Observa-se, portanto, que a análise documental, enquanto operação de decomposição (análise) e representação do conteúdo informacional dos documentos, pressupõe um conjunto sistemático e sequencial de procedimentos que possam ser explicitados (Gardin et al., 1981), com respaldo em aportes interdisciplinares (notadamente da Linguística, da Lógica e da Terminologia) e necessita de ferramentas, denominadas linguagens documentais.

Essa tônica de abordagem, mais especificamente centrada nos procedimentos de natureza lógico-linguística envolvidos no trata-

mento temático da informação, encontrou solo fértil tanto na Espanha (com pesquisadores como Antônio Garcia Gutiérrez, Blanca Gil Urdiciain, Carmen Agustín Lacruz, José Antonio Moreiro González, José Maria Izquierdo Arroyo, Maria Pinto Molina, Monica Izquierdo Alonso, Nuria Amat e Rafael Ruiz Perez, dentre outros, em distintas universidades) como, e principalmente, no Brasil, onde a discussão assumiu uma tônica mais institucionalizada, com a criação, no início dos anos 1980, do Grupo Temma, por iniciativa de Johanna Smit (que, por sua vez, havia se doutorado na França, sob a orientação de Gardin), que desde então vem aglutinando pesquisadores – notadamente paulistas – como Anna Maria Marques Cintra, José Augusto Chaves Guimarães, Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Mariangela Spotti Lopes Fujita, Marilda Lopes Ginez de Lara, Nair Yumiko Kobashi e Vania Mara Alves Lima, dentre outros, no intuito de discutir, em diferentes universos, a natureza lógico-lingüística intrínseca aos processos da área, a partir de uma matriz *gardiniana*.

Como tônica comum percebe-se, nessa literatura hispano-brasileira, a preocupação em explicitar os procedimentos da análise documental e suas bases teórico-metodológicas, assim como as peculiaridades que os mesmos podem assumir em distintas áreas de especialidade ou tipologias documentais. Com base em tais aspectos é que se torna possível, então, proceder à construção e/ou à utilização dos instrumentos para a geração dos produtos.

E é exatamente em consonância com tal contexto que vem à luz a presente obra, buscando trazer mais uma contribuição teórica à natureza interdisciplinar da organização da informação, com especial ênfase à contribuição lingüística e semiológica para esse cenário.

Investigador contumaz e crítico da obra de Peirce, Carlos Cândido de Almeida traz especial contributo à área de organização da informação por meio de uma obra fundamentada, analítica e densa, mas que em nenhum momento deixa de lado uma preocupação que lhe é inerente: o convite aos estudantes de Biblioteconomia a um olhar mais profundo sobre as questões relacionadas ao tratamento de conteúdo documental.

Com o rigor científico que lhe é peculiar, o autor revela um olhar abrangente que, por sua vez, contempla a construção histórica e as interlocuções teórico-metodológicas que caracterizam o universo epistemológico dessa área de estudos. Assim, e em consonância com as preocupações de autores como Jens-Eric Mai, no Canadá, e José Maria Izquierdo Arroyo, na Espanha, o autor consegue, com especial clareza e sistematização, levar o leitor a uma feliz viagem à dimensão lógico-linguística da organização da informação.

Em vista de tais aspectos, é com especial satisfação que ora apresento esse pesquisador que consegue, com especial talento, tirar proveito da energia inerente a sua juventude em benefício de um espírito investigativo e de um compromisso ético com a área que lhe são especialmente peculiares, brindando-nos a todos com uma obra de tal envergadura.

José Augusto Chaves Guimarães

Professor Titular do Departamento de Ciência da Informação
UNESP/campus de Marília

APRESENTAÇÃO

Os estudos relativos às abordagens teóricas no contexto da Ciência da Informação revelam os avanços e retrocessos de nosso contato com outras disciplinas. Quando pensei em conhecer um pouco mais a Semiótica de Charles S. Peirce (1839-1914), me confrontei com um grande dilema: para conhecer a filosofia de Peirce, os problemas e as sugestões que lançou à posteridade, deveria saber mais sobre o que já haviam realizado em minha própria área de formação. Em outras palavras, para me aproximar de Peirce, deveria distanciar-me da Semiótica e voltar minha atenção à Linguística e à Semiologia, disciplinas tradicionalmente respeitadas na organização da informação e do conhecimento.

É provável que o contexto de recepção da filosofia e da teoria semiótica de Peirce seja composto de conceitos provenientes de outras fontes. Sem entrar no mérito da discussão da condição interdisciplinar da Ciência da Informação, devemos reconhecer o fato social que objetivamente se manifesta nos currículos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e na pós-graduação em Ciência da Informação, a saber: a incorporação acentuada de conteúdos da Linguística e da Semiologia.

Este livro é resultante, em parte, de tese de doutoramento, intitulada *Peirce e a organização da informação: contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo*, defendida junto ao Programa de

Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, em outubro de 2009. Contudo, não representa a totalidade do estudo realizado, mas um de seus capítulos mais importantes, intitulado “Elementos de Linguística e Semiologia na organização da informação e do conhecimento”, o qual recebeu acréscimos e teve seu texto adaptado para a forma de livro.

Decidi iniciar pela publicação deste material porque ele representa, isoladamente, uma discussão central no contexto das relações disciplinares da organização da informação e do conhecimento, o que justifica sua apresentação integral. Pretendo ainda ajustar os capítulos fundamentais da tese para uma futura publicação, a qual versará sobre a Filosofia e a Semiótica de Peirce na organização da informação.

Este material tem a finalidade principal de complementar a bibliografia básica das disciplinas Linguística e Documentação, Linguística Documental e Semiologia Aplicada à Análise Documental, ministradas nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Como não se configura como um manual ou guia, a sugestão é que não seja também utilizado para aprofundar as discussões centrais dessas disciplinas, mas pode ser adequado a uma leitura ampla e introdutória sobre a temática.

Não poderia deixar de registrar meus sinceros agradecimentos às pessoas que permitiram que este texto fosse produzido: ao professor José Augusto Chaves Guimarães pelo exemplar comportamento profissional e ético durante o processo de orientação da tese; aos professores Lauro Frederico Barbosa da Silveira (Universidade Estadual Paulista – UNESP), Leilah Santiago Bufrem (Universidade Federal do Paraná – UFPR), Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, (Universidade de São Paulo – USP) e Miguel Luiz Contani (Universidade Estadual de Londrina – UEL) por permitirem a livre discussão do tema em um fórum tão fundamental como é a banca de defesa. Em especial, à professora Maria de Fátima Tálamo, que desde o início fez-me pensar mais claramente o significado do estruturalismo para as ciências humanas em

geral, e também a Miguel Contani, pela cativante apresentação do vasto campo da Semiologia e da Semiótica. Aos colegas de doutoramento que contribuíram diretamente com o amadurecimento de algumas destas ideias em várias oportunidades: Rodrigo Rabello, Maria de Lourdes Lima e Lúcia Nascimento. Também estendo meus agradecimentos aos alunos das disciplinas: Semiótica da Informação, oferecida em 2009 no curso de Biblioteconomia na Universidade Federal de Alagoas – Ufal e Aspectos Semióticos dos Processos Informacionais, ofertada no segundo semestre de 2010 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP. Finalmente, tenho que confessar uma certa dívida com alguns de meus professores, amigos e colegas de trabalho, em particular Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, Marta Lígia Pomim Valentim e Francisco das Chagas de Souza.

INTRODUÇÃO

À medida que se procura entender as questões envolvidas nos processos de comunicação de ideias entre indivíduos, depara-se com algumas barreiras de ordem linguística. Os cientistas da informação, aqueles que buscam compreender o movimento da informação nas sociedades humanas, veem-se obrigados a reconhecer a necessidade de conhecimentos oriundos dos estudos da linguagem. Desde Saussure (1857-1913), para não recuar tanto, define-se linguagem como a língua (*langue*) somada à ação de produção da fala ou do discurso (*parole*). Os sistemas de recuperação da informação dependem de processos que envolvam o trabalho com a linguagem. Não haveria possibilidade de recuperação da informação caso não existisse uma linguagem artificial ou natural como mecanismo de mediação.

A Linguística é a ciência que estuda a língua, ao passo que as Ciências da Linguagem englobam os estudos dos fatos anteriores da língua, a Fonética, e investigações referentes à língua enquanto uma entidade coletiva, caso apenas da Linguística (Crystal, 2000, p.161). Prefere-se designar por Linguística o estudo da língua, de onde podem prover as maiores influências na Ciência da Informação no campo das Ciências da Linguagem.

Teóricos da Ciência da Informação aludem, há décadas, para a necessidade da interface com a Linguística (Borko, 1968; Mont-

gomery, 1972; Pinto Molina, 1993). Entretanto, quais vertentes da Linguística conteriam as principais influências na organização da informação e do conhecimento? E, sobretudo, onde se encontram os resultados decorrentes dessa interação? A tarefa de responder a essas perguntas guia a construção deste pequeno livro.

Dentre os possíveis eixos de interação, dar-se-á preferência à área que reconhecidamente executa operações sobre a linguagem humana no sentido de permitir o acesso ao conhecimento, isto é, a organização da informação e do conhecimento.

A Semiologia, ciência que investiga os diversos sistemas de signos, também contribui para a teorização das questões que estavam fora do alcance do estudo exclusivo da língua. Quando signos diferentes dos disponíveis na língua são relacionados, é coerente dispor de teorias complementares. O trabalho de análise de imagens para fins documentais depende, amiúde, dos conhecimentos que o profissional responsável possui sobre o tipo de linguagem em questão.

Nesse sentido, a pergunta que conduz a exposição é: que contribuições provenientes das abordagens semiológicas se podem identificar na organização da informação e do conhecimento? Consideram-se, *grasso modo*, abordagens semiológicas as teorias dos signos derivadas, principalmente, da Linguística e de linhas que adaptam à ciência da língua conceitos semióticos, ambas desenvolvidas no decorrer do século XX.

Supõe-se que Linguística e Semiologia são incontestavelmente as disciplinas que reúnem conceitos, teorias e métodos que oferecem contribuições direcionadas à organização da informação e do conhecimento. A partir de uma leitura da influência da Linguística e da Semiologia na área é que se poderá compreender o contexto de inserção de outras teorias dos signos. Essas razões levam-nos a considerar indispensável um exame resumido dessas duas ciências.

Em que pese a dificuldade de traçar um limite específico para a apresentação coerente da Linguística e da Semiologia, tem-se como pano de fundo que a adoção de noções e conceitos dessas ciências realmente tiveram um impacto maior na organização da infor-

mação e do conhecimento. Ressalta-se que o cerceamento proposto tem como objetivo expor da melhor forma possível o assunto. De modo algum esse procedimento conseguiu circunscrever por completo a Linguística e a Semiologia.

Em linhas gerais, procurou-se observar a literatura da organização da informação e do conhecimento para então estimar a influência qualitativa das teorias linguísticas e semiológicas. Mas, antes de iniciar a síntese dos conceitos-chave para compreender os pontos de interação entre organização da informação e do conhecimento, de um lado, e Linguística e Semiologia, de outro, foi preciso rever as ideias dos teóricos da Linguística e sua articulação para o surgimento da Semiologia.

Para escolher as escolas da Linguística e da Semiologia mais influentes no contexto contemporâneo recorreu-se ao que a literatura especializada compreende como as de maior relevância, isto é, adotou-se um procedimento dedutivo. Lopes (1995) e Ducrot & Todorov (1988) contribuíram na escolha das principais correntes no âmbito da Linguística. Coelho Netto (1999), Eco (2000), Santaella & Nöth (1999), e principalmente Nöth (2005b), respaldaram a seleção dos principais teóricos da Semiologia, desde os que se fundamentaram na noção de estrutura até os não estruturalistas. A partir dessas escolhas iniciais seguiu-se a análise ora apresentada.

No âmbito da organização da informação e do conhecimento, foi necessário proceder indutivamente, saindo das citações colhidas em trabalhos da área que reconheceram a importância de uma teoria linguística para examinar a origem linguística de tais pressupostos. Desse modo, puderam-se alcançar as discussões identificadas como mais pertinentes sobre a interação entre, de um lado, Linguística e Semiologia, e, de outro, organização da informação e do conhecimento.

1

DA LINGUÍSTICA

[...] a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma.

Saussure, 1970, p.271

A ciência da língua contempla diversas frentes de investigação. Para Saussure (1970), por exemplo, a Linguística teria os seguintes ramos de estudo: a Fonologia, ou ciência que estuda a fisiologia dos sons, enquanto a Fonética se dedica ao estudo da evolução dos sons; a Linguística Sincrônica, estudo da língua enquanto um sistema, tal como a Gramática; a Linguística Diacrônica, que pesquisa a evolução da língua, em especial os estudos etimológicos e das mudanças fonéticas; e a Linguística Geográfica, que trata da diversidade das línguas.

Por outro lado, segundo a análise de Lopes (1995, p.97), tem-se a seguinte divisão da Linguística: Fonética, que investiga sons da voz humana ou o estudo da substância do plano de expressão; e a Fonologia, que trata dos fonemas, sua distribuição e função, ou estudo da forma do plano de expressão. Além desses ramos, podem-se citar: a Morfologia, estudo da construção das palavras e de suas partes; a Gramática e a Semântica, ciência das significações das línguas naturais (Lopes, 1995, p.232).

Além das Linguísticas diacrônica e sincrônica, Crystal (2000, p.161) relaciona: a Linguística geral ou teórica, que busca estabelecer princípios gerais; a Linguística descritiva; a Linguística contrastiva; a Linguística comparativa; a Linguística estrutural e a Linguística taxionômica. Essas divisões também tratam da abordagem das escolas linguísticas. Dentre as ramificações puras ou aplicadas estão: Linguística antropológica, Bilinguística, Linguística clínica, Linguística computacional, Linguística educacional, Etnolinguística, Linguística matemática, Neurolinguística, Linguística filosófica, Psicolinguística, Sociolinguística e Linguística estatística (ibidem). A Linguística Aplicada supõe que métodos ou princípios teóricos sejam utilizados nos estudos de problemas de outras áreas de experiência, como ao ensino de línguas estrangeiras, tal como exemplifica Crystal (2000, p.161-2).

Tendo como base que a Linguística estuda a língua, é imprescindível considerar o sentido dado pela Linguística moderna a esse conceito, dentre outros fundamentais para o estudo da linguagem.

O surgimento da Linguística moderna e do projeto de Semiologia dependeu dos trabalhos do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). A ideia de projeto serve exatamente para demonstrar que a Semiologia surgiu na forma de uma intenção humana que um dia veio a se efetivar em uma realização prática, isto é, se tornar uma ciência geral dos signos humanos. É preciso salientar ainda que Saussure não redigiu o texto do *Curso de Linguística geral*, livro elaborado a partir de apontamentos de alunos de suas aulas ministradas em Genebra, Suíça, entre 1907 e 1911. A primeira edição da obra data de 1916 e as anotações para sua composição foram fornecidas por L. Caille, L. Gautier, Paul Regard, A. Schehaye, George Dégallier, Francis Joseph e A. Riedlinger (Salum, 1970, p.xvii). Além disso, deve-se ressaltar que Saussure desenvolveu sua teoria da linguagem a partir da Linguística, não pretendendo uma leitura filosófica da questão.

A teoria do linguista cobre a maior parte da Linguística como se conhece hoje, definindo como objeto de estudo a língua, uma instituição social indiferente à ação do sujeito considerado isola-

damente. Em outras palavras, um indivíduo não responde pela modificação da língua, pois esta depende de uma norma coletiva que aceita as alterações. “O objeto concreto de nosso estudo é, pois, o produto social depositado no cérebro de cada um, isto é, a língua”(Saussure, 1970, p.28).

Dessa perspectiva, o linguista permite interpretações que procuram aproximá-lo do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917). Lemert (1999, p.148) ressalta que os escritos de Saussure mostram sinais da influência direta de Émile Durkheim, bem como de Karl Marx (1818-1883). Isso fica patente quando o linguista suíço assevera supremacia da língua – instituição social e objetiva – em relação aos atos de execução da fala, não tão relevantes do ponto de vista de um objeto da Linguística.

Entretanto, Barthes (1971, p.26) não corrobora tal assertiva, pois para ele essa hipótese já foi ultrapassada. É relevante neste exercício indagar a respeito dos fundamentos conceituais que estruturaram o pensamento da Linguística no século XX.

Quando se observa a definição de representações coletivas e a associamos à noção de língua, a influência de Durkheim se mostra evidente. As representações coletivas significam, no pensamento de Durkheim (1994, p.40), realidades e fenômenos exteriores ao indivíduo. Elas firmam-se sobre as consciências individuais e sustentam as ações dos indivíduos por elas afetados. A representação coletiva não é de origem individual, não depende exclusivamente de produção psicológica. Sua natureza é distinta das consciências individuais, é superior às representações individuais, em virtude da supremacia do coletivo diante do particular.

Se é permitido dizer, de certo modo, que as representações coletivas são exteriores às consciências individuais, é porque elas não provêm dos indivíduos tomados isoladamente, mas em seu conjunto; e isto, na verdade, é bem diferente. Na elaboração do resultado comum cada um contribui com sua parte; mas isso não quer dizer, por exemplo, que os sentimentos privados dos indivíduos adquiram categoria social, enquanto não combinem

sua ação com as forças *sui generis* que a associação desenvolve. (Durkheim, 1994, p.43)

Como é possível notar, a consciência e as categorias mentais do indivíduo não sobrepõem a consciência coletiva. As representações coletivas são gerais, isto é, não pertencem e não dependem da produção de um indivíduo isolado. Têm como base ou objeto de representação os fenômenos sociais; em outros termos, exteriores, independentes e coercitivos. Os indivíduos possuem representações desses fenômenos sociais e os constituem em um fato social (Durkheim, 2002).

Supõe-se que a cisão agravada por Durkheim entre indivíduo e coletivo reapareça nos conceitos da linguística saussuriana. Há uma grande similaridade, principalmente entre coletivo e língua. Além disso, Saussure registra, assim como Durkheim, o papel do indivíduo na formação dessa instituição que é, pois, diferente dele por transcendê-lo.

Presume-se que, tal como Durkheim, Saussure tinha como noção de ciência – o que não poderia ser diferente, dada a época de seus cursos – a ciência positivista e que a delimitação de um objeto de estudo deveria passar pelo crivo do método positivo, isto é, considerar a objetividade do conhecimento adquirido na experiência como uma condição essencial e válida para se compor uma ciência. Comte (1991) considerou qualquer ciência como integrante do mesmo sistema das ciências positivas, defendendo que o método utilizado para cada uma delas é único: o método positivo. Nas palavras de Saussure (1970, p.23): “A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para seu estudo”.

De acordo com Saussure (1970, p.13-4), a Linguística firma relações com outras ciências, dentre elas, a Etnografia, a Pré-História, a Sociologia, a Psicologia Social, a Fisiologia e a Filologia. Ela não se confunde com nenhuma dessas, apesar de trabalhar de pontos de vista semelhantes. Analise-se, por exemplo, a questão do estudo da língua como instituição social, que tanto pode ser analisada pela perspectiva sociológica quanto linguística.

Portanto, à ciência da língua interessam “[...] todas as manifestações da linguagem humana, quer se tratem de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a ‘bela linguagem’, mas todas as formas de expressão” (Saussure, 1970, p.13). Saussure pensou na elevação teórica dos conhecimentos linguísticos com o objetivo de tornar a Linguística autônoma perante outros conhecimentos da época e em face das diversas correntes de estudo da linguagem, preocupação essa que também estava presente no trabalho de linguistas posteriores.

A teoria linguística de Saussure, cujo teor contribuiu para fundar a Semiologia, é dotada de uma lógica diádica, ou seja, é composta de dicotomias, o que parece ser um elemento essencial para a compreensão de seu pensamento. Entre as díadas, podem-se citar: sincronia e diacronia, língua e fala, imagem acústica (significante) e conceito (significado), relações sintagmáticas e associativas.

A sincronia seria o ponto de vista de análise da linguagem que enfatiza o estado da língua ou sistema de signos como um conjunto estático considerado em uma época. Estuda a rede de relações dos elementos que compõem esse sistema de signo, sem considerar sua história ou o fator tempo. Nesse sentido, as ocorrências dos elementos predominam, isto é, o eixo da simultaneidade. Privilegia o aspecto simultâneo, pois os elementos que compõem a língua são examinados em conjunto, segundo as correlações.

Esse ponto de vista comporta-se, na prática, como uma estratégia ou um método de descrever a linguagem e que se aproxima da análise daquilo que denominou de sistema. “A *Linguística sincrônica* se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva” (Saussure, 1970, p.116).

Se o conceito de representações coletivas sugere uma relação entre Durkheim e Saussure, Dinneen (1970, p.265 apud Lopes, 1995, p.74) vai mais longe e lembra que, para a adoção do ponto de vista sincrônico, Saussure foi influenciado por um livro de Durkheim, *As regras do método sociológico*.

O aspecto diacrônico, pelo contrário, reconhece na história dos sistemas sígnicos um objeto de análise. A evolução dos estados de um sistema é o aspecto relevante. A Linguística diacrônica ou evolutiva interessa-se pelo processo de sucessão temporal dos componentes do sistema, por isso, chama-se eixo das sucessões. Para Saussure (1970, p.116), “A *Linguística diacrônica* estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si”.

Diacronia e sincronia são diferentes modos de proceder à descrição linguística. Os estudos históricos, isto é, os que tratam da evolução das línguas, obedecem ao ponto de vista diacrônico. “É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução” (Saussure, 1970, p.96).

Uma terceira opção para compreender a análise dos fenômenos da linguagem é relacionada por Saussure como uma possível estratégia de integração dos dois eixos, da simultaneidade e da sucessão. É o construto teórico concebido como pancronismo. A questão é a seguinte: em que medida se poderá estudar a língua de um ponto de vista pancrônico? (idem, p.111). Uma das únicas opções gerais ao pancronismo é a existência de leis gerais que tratam dos fenômenos linguísticos. “Assim, visto que se produziram e produzirão sempre transformações fonéticas, pode-se considerar esse fenômeno em geral como um dos aspectos constantes da linguagem; é, pois, uma de suas leis” (idem, p.112). Como esses objetos de análise se restringem aos fatos concretos, segundo Saussure (1970, p.112), já não se estará no âmbito da língua, isto é, impossibilita uma análise pancrônica, pois “O ponto de vista pancrônico não alcança jamais os fatos particulares da língua”.

Saussure percebe as deficiências da Linguística sincrônica e da diacrônica, e o pancronismo surge como alternativa – pelo menos teórica – com a finalidade de abranger os diferentes esforços para compreender mais amplamente os fenômenos linguísticos, sejam

históricos ou sistêmicos. Infelizmente, segundo sua perspectiva, é inviável alcançar essa macroteoria, na medida em que se está sempre voltando aos casos particulares no estudo da linguagem, enfatizando as ações de execução do sistema (fala) e a sua dinâmica. O limite do pancronismo estaria na ênfase nos exemplos pontuais do fenômeno linguístico.

A língua representa a maior expressão de uma entidade que virtualmente contém relações internas entre seus elementos. O conceito de língua é fundamental para o entendimento das principais teses de Saussure, por exemplo, a supremacia do aspecto coletivo sobre o individual na linguagem, sendo o único e legítimo objeto da Linguística.

Uma estrutura formada pelas convenções sociais que constitui o sistema ou o esquema utilizado pelos falantes é a melhor definição de língua. Tal entidade é, por assim dizer, uma instituição social. O estudo da estrutura atual de uma língua se dá, como visto, pela abordagem sincrônica ou do sistema, ou o estudo das relações presentes e de sua dinâmica, as quais participam na formação da estrutura, tais como as funções que se relacionam mutuamente. Para Saussure (1970, p.18), a língua é uma convenção estabelecida entre os homens; dessa maneira, qualquer signo linguístico será igualmente uma convenção. A língua é o sistema virtual de signos e suas respectivas relações, referindo-se ao conjunto de possibilidades imanentes de execução da linguagem.

A ênfase na língua em detrimento da fala parece legítima, quando, no contexto do movimento linguístico do século XX, se tenta justificar a autonomia da Linguística. Ressaltar sua independência, geralmente, acompanha a eliminação de campos de estudo que ela não pode abarcar com leis fundamentadas na experiência. Supõe-se que, com esse intuito legítimo, Saussure procurou retirar tudo o que foge do controle das leis gerais, isto é, os fatos particulares da linguagem. Como consequência, há duas partes no estudo da Linguística, “[...] uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independe do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra secundária, tem por objeto a parte

individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psicofísica” (Saussure, 1970, p.27).

Quando se fala de sistema, deve-se entender o que usualmente é conhecido por estrutura. A título de resgate conceitual, sabe-se que Saussure não se referiu à palavra “estrutura” quando definiu língua, mas se valeu em muitas passagens do *Cours* da noção de sistema. É no interior do sistema que o significado dos signos torna-se concreto, fora dele não há possibilidade de ordenamento pela língua. Essa noção de sistema foi resgatada pelos semiólogos para entender os demais tipos de signos e como estes surgem em sistemas específicos e concorrentes. Para Saussure (1970, p.31), “[...] a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria”.

Proporcionalmente à valorização do sistema, nota-se na teoria exposta no *Cours* a patente sugestão da inviabilidade da análise individual dos fenômenos da linguagem. “Cumprе sobretudo notar que o termo emprestado não é considerado mais como tal desde que seja estudado no seio do sistema; ele existe somente por sua relação e oposição com as palavras que lhe estão associadas, da mesma forma que qualquer outro signo autóctone” (Saussure, 1970, p.31).

Nesses termos encontram-se as manifestações mais contundentes da similaridade entre o ponto de vista durkheimiano e o saussuriano. A coletividade e a sua objetividade, em ambos os casos, são exaltadas. Assim, “[...] a execução das imagens acústicas, em nada afeta o sistema em si. Sob esse aspecto, pode-se comparar a língua a uma sinfonia, cuja realidade independe da maneira por que é executada; os erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em nada tal realidade”(idem, p.26).

A fala ou o discurso seria a execução do sistema, ou o aspecto individual da linguagem. Fala representa a participação dos indivíduos na forma de um ato de linguagem, enquanto língua é um produto social que, de acordo com a conclusão de Saussure (1970, p.271), é o único objeto da Linguística. Em tal afirmação, Saussure parece assumir uma posição que procura atribuir à fala uma relevância secundária para os estudos linguísticos. Mas é devido à fala que se percebe o sistema.

Sobre a fala ocorrem as atualizações da língua. As inovações do sistema surgem nesse nível. É fato que, para Saussure, o papel individual da linguagem não poderia ser objeto legítimo da Linguística; também consta que somente por meio dos falantes ou executores do sistema haverá alterações e ressignificação dos signos linguísticos. “A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1ª) as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2ª) o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (Saussure, 1970, p.22). As combinações são realizadas tendo à disposição o sistema língua; em outras palavras, seus elementos passíveis de organização individual para o uso da linguagem.

No campo da fala se encontra a teórica liberdade em fazer as combinações. Diz-se teórica, pois, na prática, o falante depende do conjunto de elementos disponíveis em sua língua, a qual recorre a certas regras para que se efetive a comunicação com os demais falantes. Saussure (1970, p.92) chega, assim, a uma definição bem simples, direta e coerente da linguagem: “[...] distinguimos primeiramente, no seio do fenômeno total que representa a linguagem, dois fatores: a língua e a fala. A língua é para nós a linguagem menos a fala. É o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender”. Essa definição foi utilizada por linguistas e semiólogos posteriores, e ainda figura como atual em manuais de Linguística.

Esse modo de raciocinar e descrever a realidade linguística por dicotomias apresenta-se também na concepção de signo. Examinando o material recolhido no *Cours*, nota-se que o signo linguístico deve, impreterivelmente, ser composto por duas faces, a saber: o significante e o significado. O significante é a impressão mental do signo e o significado é a ideia ou o conceito que fornece o sentido ao significante. Em Saussure (1970, p.80).

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa

puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente neste sentido e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato.

Verifica-se que o signo é puramente mental. O fenômeno ou a ação do signo em suas duas faces ocorre na mente humana. Não há menção na composição interna do signo de uma coisa que o determine ou que possa ser tomada como o referente ou algo derivado da realidade experiencial. Sob os termos *coisa*, *referente* e *realidade* há uma série de intervenientes que muitas vezes não são esclarecidos, fato que fortalece a homogeneização desse conjunto. O referente é considerado um existente, pode-se supor real ou imaginário, mas parece não ter sido esta a ênfase de algumas linhas teóricas linguísticas, que talvez por necessidade de delimitação de espaço científico e profissional se fixaram no fenômeno mental. Os demais fenômenos devem ser objeto de outras ciências, tais como a Física e a Química.

O objeto do significado é um componente levado pelo significante. O signo, para Saussure (1970, p.81), é exatamente a união dessas duas faces – que numa terminologia anterior fora substituída –, da imagem acústica (significante) e do conceito (significado). O processo que liga ambas as faces é chamado de significação.

Concerne ao signo linguístico, além do aspecto mental, a arbitrariedade. Por exemplo, um grupo fônico (m-a-r) não tem relação necessária alguma com a ideia que designa (o conceito ou as imagens mentais associadas ao mar para os indivíduos em geral). Nessa circunstância, o signo linguístico é uma convenção que não tem razão apodítica ou de coexistência com as ideias que veicula. Saussure (1970, p.83) assim explica o conceito: “[...] queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade”. Essa imotivação não ocorre com o símbolo que, na discussão de Saussure, é motivado

por uma necessidade ou exigência de semelhança com o objeto representado, portanto, é provocado pelo objeto.

A rediscussão da arbitrariedade e da imotivação do signo linguístico proporciona uma demarcação dos limites e fronteiras, tanto da Linguística quanto de outras teorias do signo. Há perspectivas que valorizam signos não arbitrários e motivados. Guiraud (1972) argumenta que a motivação está na gênese de todos os signos linguísticos e que, etimologicamente, todas as palavras são motivadas, tal que a motivação engendra a participação de algo que possa ser referido a alguma coisa.

Para Saussure, o signo, além de psíquico, é uma realidade comprovada socialmente pelas pessoas. Sendo psíquico, significa que os aspectos exteriores à associação construída mentalmente não compõem o escopo da Linguística. Tanto o significante quanto o significado têm existência no cérebro, ou melhor, na mente humana. São as representações psíquicas originadas na percepção, cuja determinação se deve à identificação feita pelos sentidos, que merecem ser chamadas de significante e significado, isto é, tanto a expressão apreendida quanto os conceitos atribuídos. “Os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações, as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro” (Saussure, 1970, p.23).

A esse ponto, deve-se ressaltar ainda uma preliminar teorização exposta nas ideias de Saussure sobre o conceito de cognição. Consiste em saber: como devem pensar os executores do sistema, isto é, da língua? Examinar o que o linguista suíço compreendia por pensamento é necessário, pois isso se constitui na origem de uma teoria propriamente linguística da cognição. Porém, o fundamental é que tal noção impactou em outro desdobramento do conceito de signo.

Tal teoria parece conceber um sujeito ideal, ao mesmo tempo em que influencia outros pontos de vista em torno da noção de cognição. Cognição, em Saussure, sugere algo restrito ao nível simbólico, no sentido de que somente mediante os signos convencionais é

que se pode pensar. Desse modo, não existiria cognição antes do signo linguístico. Essa concepção provoca um grande debate, em que se encontra no centro a tentativa de se estabelecer o ponto de origem da cognição. Há contribuições sobre o tema que afirmam que a capacidade cognitiva vem sendo construída antes dos pensamentos convencionais.

Para Saussure (1970, p.130-1), o pensamento é caótico e recebe ordenamento exclusivamente pela língua, pois, “psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio de palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. [...] Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado”. Acredita-se que essas afirmações, em direção a uma teoria linguística da cognição humana, possam ter influenciado outras disciplinas, a ponto de conceber o pensamento dos sujeitos como entidades que seriam inconsistentes sem o auxílio da língua organizadora. Daí resultaria a ênfase na análise do que é permanente em um dado grupo social, um sistema de signos que realmente plasma o que os membros desse grupo efetivamente pensam. Não é o caso aqui de revisar as contribuições da Linguística à teoria da cognição, apenas faz-se uma incursão nas ideias de Saussure a esse respeito.

Outra concepção relevante nas teses de Saussure é a menção de dois eixos da linguagem: o do sintagma e o da associação. Ao lado da fala, o eixo de execução da linguagem na forma de uma cadeia sequencial é designado de relações sintagmáticas. Um sintagma é representado pelas frases expressas na fala ou no registro escrito da língua (por exemplo: “Pedro ganhou um presente de sua esposa”).

A solidariedade sintagmática permite que os membros da cadeia falada constituam sentido em confronto e/ou comparação com as demais unidades. “De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (Saussure, 1970, p.142). Um sintagma por excelência é a frase; exceto as frases feitas que se institu-

cionalizaram, quer dizer, incorporaram-se à língua. Segundo Lopes (1995, p.89-90), os contrastes do sintagma podem ser analisados em três níveis: fonológico (consoantes e vogais presentes em uma frase), morfológico (formação das palavras do sintagma), sintático (elementos determinantes e determinados).

O fato que concretiza a presença da língua no sujeito está nos momentos em que dispõe os elementos no sistema. Isso ocorre via relações associativas, segundo eixo da linguagem, que é representado por uma associação mental feita pelo sujeito que concebe como competidoras pelo menos duas unidades da língua (signos) para preencher um espaço da cadeia falada. Essas relações por associação podem variar imensamente, tomando como critérios: o radical, o sufixo, o significado ou o significante (Saussure, 1970, p.145).

Ainda de acordo com Saussure (1970, p.146), “um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida”. Contudo, dois aspectos apresentam-se como essenciais nessas relações: a ordem indeterminada e o número indefinido. A disposição das unidades é caótica antes da determinação e sem parâmetros formais para adotar *a priori*; seu número é indefinido, pois representa a possibilidade ilimitada das combinações.

O paradigma, utilizado excessivamente na literatura quando o assunto são os conceitos fundamentais de Saussure, designa o tipo de relação associativa que se dá unicamente a partir dos “paradigmas de flexão”, cuja ênfase incide sobre a modificação modular da desinência da palavra. Por exemplo: “Em latim, em *dominus, domini, domino*, etc., temos certamente um grupo associativo formado por um elemento comum [...]” (Saussure, 1970, p.147). Um exemplo das relações associativas e sintagmáticas pode ser dado a seguir:

Figura 1 – Relações associativas e sintagmáticas

| | | Relação sintagmática | | | | | | |
|---------------------|--|----------------------|----------------|------------|------------------|----|-----|---------------|
| Relação associativa | | Pedro | ganhou | um | presente | de | sua | esposa |
| | | | <i>recebeu</i> | | <i>agrado</i> | | | <i>mulher</i> |
| | | | <i>aceitou</i> | <i>uma</i> | <i>lembrança</i> | | | <i>amada</i> |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse exemplo traz uma relação associativa por significados. A palavra “ganhou” pode ser substituída por “recebeu”, assim como as demais podem ser substituídas por sinônimos. “*Nenhuma mensagem tem sentido em si mesma*. Os elementos componentes de uma mensagem só têm sentido completo quando os correlacionamos, em nossa memória da língua, com os demais elementos linguísticos com os quais ele forma sistema” (Lopes, 1995, p.90). A defesa da noção de sistema sustenta-se na constatação da proeminência das relações como mecanismo gerador de todo e qualquer significado.

Em linhas gerais, quando se assevera que nenhuma mensagem tem sentido em si mesma, afirma-se que os elementos dependem uns dos outros para resultarem em algum significado. Saussure (1970, p.132) já anunciava que a questão da significação ancora-se na noção de valor, pois “[...] a ideia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte [...]”. Justa conclusão que influenciou diretamente linguistas posteriores a verem na rede de relações a única fonte para o estudo do significado da língua, dispensando assim outras perspectivas do significado.

Com esse argumento, Saussure parece ter inaugurado uma linha teórica para o estudo semântico da língua do ponto de vista linguístico. O valor de um termo não é dado isoladamente, mas pelo conjunto que o acompanha, e mesmo com os demais termos

concorrentes e correlacionados. “Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa ‘sol’ se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é impossível dizer ‘sentar-se ao sol’” (Saussure, 1970, p.135).

Para uma palavra pouco importa o conceito literal que denota, pois, para se alcançá-lo, há que compará-lo com seus sinônimos e antônimos, além dos termos que acompanham o sintagma que veicula a palavra. As diferenças também aparecem no nível fonológico: “O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação” (idem, p.137).

O valor se distingue da significação, porque é um elemento e condicionante desta última. A significação pressupõe a união de um significante com um significado, ao passo que o valor se destina aos elementos. Recorrendo-se para isso ao conjunto do sistema empregado, a significação é o resultado total desse processo. O valor da palavra inglesa *mutton* (carne de carneiro) é diferente de *sheep* (o animal carneiro), pois é determinado pelo contexto de uso. Não obstante, a significação de *sheep*, carneiro ou *mouton*, em francês, é a mesma (idem, p.134). O valor de uma palavra é resultado da presença ou da ausência dos termos vizinhos e/ou concorrentes. A significação depende do valor determinado.

Deve-se destacar que Saussure esboçou uma teoria que explicasse vários fenômenos linguísticos, indicando os fundamentos da Linguística e de suas várias áreas de estudo. Além disso, muitos outros aspectos levantados por Saussure foram posteriormente destacados por outros linguistas. Vale salientar ainda que Saussure não se referiu à língua como estrutura subjacente aos grupos sociais; o termo utilizado foi sistema. Por alguma razão, os linguistas começaram a utilizar estrutura para representar sistemas de signos como a língua. No *Cours* não era representativo o termo “estrutura”, bem como não se cogitava a noção de estruturalismo. Isso veio a ser incorporado ao discurso dos linguistas após a década de 1930.

Presume-se que os saussurianos tenham em comum a percepção de que os fatos da língua podem ter suas estruturas descritas. Eles reconhecem na obra de Saussure a teoria fundamental para explicar os fenômenos relacionados com a linguagem, bem como as principais divisões da Linguística.

As teses de Saussure foram aprofundadas de maneira sistemática na exposição feita pelo linguista dinamarquês Louis Trolle Hjelmslev (1899-1965), em sua principal obra, *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, publicada originalmente em 1943. Hjelmslev forneceu à Linguística moderna uma contribuição considerável que visou iniciar uma teorização geral da linguagem. “O trabalho preliminar de uma tal Linguística consiste em construir uma teoria da linguagem que formule e descubra as premissas dessa linguagem, que indique seus métodos e fixe seus caminhos. O presente estudo constitui os prolegômenos de uma tal teoria” (Hjelmslev, 1975, p.187).

Hjelmslev constituiu, em 1930, uma verdadeira escola de Linguística estruturalista, conhecida como Glossemática ou Círculo Linguístico de Copenhague. A chamada Glossemática procurou especificar as formas invariantes do sistema sógnico; tais formas abstratas mínimas são conhecidas como glossemas e seriam a base de explicação de todas as áreas da Linguística (Crystal, 2000).

A Linguística, segundo Hjelmslev, é a ciência e o estudo da linguagem não como um fim em si mesmo, e sim como maneira de conhecer a civilização humana (Hjelmslev, 1972, p.12). De Saussure, o linguista dinamarquês conservou duas afirmações centrais: a língua não é substância, mas forma; e toda língua é ao mesmo tempo expressão e conteúdo (Ducrot & Todorov, 1988, p.31). Os conceitos de sistema sógnico e signo em Hjelmslev sustentam-se nessas duas premissas básicas, que permitem uma nova estratificação dupla do signo.

Igualmente, com o intuito de consolidar a explicação linguística da língua, Hjelmslev reconhece a fragilidade dos estudos baseados na Filosofia que misturavam Lógica e Gramática, generalizando seus argumentos, partindo de poucos casos analisados e

escolhidos aleatoriamente (Hjelmslev, 1972, p.22). Essa busca de generalização está no centro das ideias do linguísta, que pensava a Linguística ainda nos parâmetros da ciência positiva. Além disso, demonstra uma busca para romper com os estudos filosóficos da linguagem, pois se acreditava que estes não poderiam alcançar o grau de abstração necessário a uma teoria propriamente linguística, a seu modo.

Nesses termos, a Linguística que pode conquistar um grau de generalidade é certamente a Linguística sincrônica, que possibilita a descoberta de leis gerais. Ao contrário da diacronia, que apenas fornece declarações especiais ou não universais sobre casos de evolução linguística, a ciência dos estados da língua permite que se descubram regularidades no mesmo estado e chegar a considerações universais ou globais (idem, p.25).

Como mencionado, a palavra *estrutura* não consta na exposição teórica do *Cours* de Saussure, entretanto, subjaz às preocupações de Hjelmslev. Segundo o autor: “Entendemos por *Linguística estrutural* um conjunto de investigações que descansam sobre a *hipótese* de que é cientificamente legítimo descrever a linguagem como se fora *essencialmente* uma *entidade autônoma de dependências internas*, ou, em uma palavra, uma *estrutura*” (idem, p.27, 131).

A hipótese deve conduzir os trabalhos dos linguístas; trata-se de uma proposição inicial de toda investigação linguística. Contudo, a Linguística se isentaria da especulação metafísica e de apreciações subjetivas da Estética. A Linguística estrutural substitui a Filosofia da Linguagem por uma pesquisa científica e positiva. É provável que o positivismo de Comte também tenha presidido a proposta de Linguística de Hjelmslev. De outro modo, não concluiria Hjelmslev sobre a necessidade de positividade no conhecimento da Linguística.

Hjelmslev excluiu o dogmatismo apriorístico como possibilidade de explicação dos fenômenos linguísticos e concluiu que os fatos não servem para ilustrar a utilidade do método estrutural. As especulações e as especificidades claramente filosóficas foram também excluídas da reflexão linguística, segundo sua perspectiva.

Seguindo as marcas teóricas deixadas por Saussure, Hjelmslev definiu a linguagem como a totalidade constituída de língua e fala. Ao tratar de linguagem, enfatiza a linguagem humana (*idem*, p.29). Segundo a hipótese hjelmsleviana, a linguagem é essencialmente uma entidade autônoma, constituída essencialmente de dependências internas. A fala, enquanto fenômeno propenso a ser observado cientificamente, está subordinada à língua. É a língua, como um sistema de signos, e não a fala, que constitui o objeto específico da Linguística estrutural (*idem*, p.31).

Do ponto de vista da ideologia positivista, a necessidade de a Linguística se constituir produziu uma ruptura com as diversas manifestações da linguagem, anterior e posterior à abordagem simbólica. Hjelmslev sustenta que há algo de específico na Linguística, e sugere desautorizar a vinculação da linguagem a linhas explicativas porque não discutem sua essência.

Aqui nossa hipótese se opõe a qualquer outra hipótese que considere a linguagem essencialmente em função de outra coisa. Nega o direito de considerar a linguagem exclusivamente como uma função biológica, psicológica, fisiológica, sociológica. Não nega, seria absurdo, que a linguagem desempenha esses papéis; nega somente que este fato esgote a essência de seu ser. (*idem*, p.30)

É como se a teorização da linguagem devesse considerá-la em sua substância, destituída de referenciais biológicos e sociológicos que, provavelmente, a determinam. Com isso, também “[...] nega a existência científica de uma substância abstrata ou de uma realidade que seria independente das referências” (*idem*, p.31).

Hjelmslev (1972, p.34) afirmou que a Linguística estrutural ainda não está formada; no entanto, devem-se apontar suas origens e fundamentos. Foi o que procurou fazer o linguista, isto é, consolidar o estatuto científico da Linguística. Talvez por isso, a influência de Hjelmslev seja sentida por linguistas e semiólogos contemporâneos. Conforme recorda Nöth (2005b, p.51), Greimas, Eco e Barthes utilizam conceitos centrais da teoria hjelmsleviana.

O teórico dinamarquês entendeu a Linguística como uma Semiologia cujo objeto é uma semiótica ou sistema de signos.

Os conceitos de Semiologia, de objetos de estudo e de signo, em Hjelmslev (1975), vem – como era de se esperar – na esteira da proposta saussuriana. Um aspecto marcante de sua dívida teórica com Saussure é o agravamento das dicotomias. Buscou, além de rediscuti-las, propor elementos novos e nomenclaturas ditas “mais puras”. Hjelmslev defendeu um modo dedutivo de descrever os sistemas de signos em geral, levando a Linguística e, por sua vez, a Semiologia, a um estruturalismo extremo e radical, sustentado na existência de uma estrutura subjacente dos fatos sociais da linguagem.

Os dados considerados na teoria da linguagem seriam os textos, que deveriam ser segmentados em componentes até suas partes mínimas (Hjelmslev, 1975, p.189-90). Esses textos compõem o material de pesquisa linguística e contêm diversas partes, entre elas, os diversos *gêneros de estilo* que para Hjelmslev seriam a fala, a escrita, os gestos, os códigos de bandeiras, etc. Nesse sentido, o autor comenta ainda: “Quando estabelecemos o procedimento da análise, admitimos tacitamente que o objeto proposto era um texto redigido numa dada semiótica e não numa mistura de duas ou mais semióticas” (idem, p.212). Mais uma vez, entenda-se semiótica como um objeto de estudo, tal como a língua é objeto da Linguística.

Os textos são os materiais de análise estrutural. A partir da menção de Hjelmslev de que a língua não é o único sistema de signos, pode-se supor que os textos são de diversas naturezas, que não apenas os tratados pela Linguística. Outro aspecto que interessa à teoria de Hjelmslev e que o caracteriza é, certamente, a descrição desses textos até suas últimas partes.

A teoria da linguagem se interessa por textos, e seu objetivo é indicar um procedimento que permita o reconhecimento de um dado texto por meio de uma descrição não contraditória e exaustiva desse texto. Mas ela deve também mostrar como é possível,

do mesmo modo, reconhecer qualquer outro texto da mesma natureza, fornecendo-nos instrumentos para tais textos. (idem, p.192)

Prosseguindo as consequências da hipótese que identifica o estruturalismo, o procedimento analítico concebido por Hjelmslev leva ao extremo a aceitação da estrutura. “Toda descrição científica pressupõe que objeto da descrição seja concebido como uma estrutura (em consequência, analisado segundo um método estrutural que permite reconhecer vínculos entre as partes que o constituem) ou como formando parte de uma estrutura [...]” (idem, p.132).

A Linguística, pela sua própria característica, segundo o autor (1972, p.20), é comparada, pois somente através das comparações com outras línguas é que se pode alcançar a compreensão de uma língua-objeto. “A linguística sem comparação é inconcebível e o termo linguística comparada é, de fato, tautológico” (Hjelmslev, 1972, p.22). Essa afirmação refere-se à ocasião da nomeação de Hjelmslev à cátedra de Linguística Comparada, da Universidade de Copenhague, em 1937. Para o linguista, a supremacia da estrutura e a inevitável necessidade da comparação subsumem-se aos fundamentos principais da Linguística.

A descrição exaustiva supõe a existência de elementos intrínsecos na estrutura do texto que devem ser especificados até seus últimos componentes. Desse modo, o linguista dinamarquês objetiva lançar a teoria da linguagem a uma dimensão transcendental, isto é, determinar uma teoria geral da linguagem que não dependa urgentemente da descrição de todos os elementos em todos os textos possíveis, porém viabilize a previsão das futuras relações.

Acrescenta-se a essa premissa a crença de que não se precisa fazer referência a dados da experiência para justificar a teoria da linguagem, bem como – ressalta o autor – a necessidade de executar um cálculo que preveja as possibilidades de descrição dos textos e semióticas. “Esse cálculo, deduzido a partir da definição apresentada e independentemente de qualquer referência à experiência, fornece o instrumental que permite descrever ou reconhecer um

dado texto e a língua na qual ele está elaborado” (Hjelmslev, 1975, p.193).

Aponta como procedimento o método dedutivo-analítico para examinar os textos. Como afirma o linguista dinamarquês: “Todavia, não basta que a teoria da linguagem permita descrever e elaborar todos os textos possíveis de uma dada língua; é necessário ainda que, sobre a base dos conhecimentos que a teoria da linguagem em geral contém, essa teoria possa fazer a mesma coisa em relação a todos os textos de qualquer outra língua” (idem, p.192). A teoria da linguagem precisa calcular as combinações dos elementos e ser a mais geral possível para cumprir com os requisitos da “verdadeira teoria”, nos moldes hjelmslevianos.

No que tange à linguagem, assume um conceito cujo conteúdo é muito semelhante ao de Saussure, isto é, uma soma dos aspectos institucionais e individuais da língua (a linguagem depende de um sistema de signos, a língua, e de um dispositivo de execução). “A linguagem, como sistema de signos, devia fornecer a chave do sistema conceitual e a da natureza psíquica do homem. A linguagem, como instituição social superindividual, devia contribuir para a caracterização da nação [...]” (idem, p.185-6).

Mantêm-se, como visto, aspectos da arquitetura teórica de Saussure, quando ela não é potencializada. A rediscussão dos determinismos da teoria linguística em Saussure e Hjelmslev somente seria concretizada no âmbito da Linguística depois da década de 1940, quando, além do aparecimento de outros expoentes da Linguística, se descobre a aplicabilidade de teorias dos signos não estruturalistas.

Tomando como ponto de partida a dicotomia significado-significante, Hjelmslev aprofunda a proposta original de Saussure, sugerindo conceitos para melhor especificar os fenômenos abordados. Assim, concebe os níveis nos planos do significado e do significante de Saussure.

No lugar do significante, propõe o *plano de expressão* que se subdivide em dois níveis: a *forma de expressão*, constituída pelas regras paradigmáticas e sintáticas, observando-se que uma mesma forma pode ter duas substâncias distintas, uma fônica e outra grá-

fica; e a *substância de expressão*, cadeia fônica ou sequência de sons emitidos (idem, p.205-10), compreendendo também as zonas fonéticas de sentido, somadas, por exemplo, ao perfil mediano da parte superior da boca e o contínuo das vogais (idem, p.208). Com isso, é possível separar de um teor signifiante único as diversas manifestações deste (substâncias).

Salienta Coelho Netto (1999, p.32-3) que a substância de expressão é o potencial fonético disponível que permite a articulação de palavras; é a substância fônica descrita pela Fonética e não pela Fonologia. A substância de expressão pode corresponder a diversos sistemas: fonético, escrito, gestual, etc. Ela é delimitada pela forma de expressão, que é invariável em relação à substância de expressão. Concorrem para a formação da substância de expressão aspectos sociais e culturais no domínio de uma determinada língua, os quais tratam das condições para que se proceda à estruturação pela forma de expressão. A forma de expressão refere-se a uma estrutura de relações abstratas, regras e valores de posição e oposição no campo da expressão, o que lhe permite reger combinações de unidades de expressão.

A face denominada significado é substituída por *plano de conteúdo* que, por sua vez, é subdividido nos níveis: *forma de conteúdo* ou a organização formal dos significados entre si e *substância de conteúdo* ou o pensamento (Hjelmslev, 1975, p.205), ou seja, as ideias, os conceitos que não existem fora da língua, além dos aspectos emotivos e ideológicos do significado (Coelho Netto, 1999, p.32-3).

A forma de conteúdo é arbitrária e invariável em relação à matéria, funciona como uma fronteira ou limite estabelecido sobre a substância – que é variável –, que somente passa a existir mediante a ação estruturante da forma. Por isso, a forma de conteúdo refere-se ao significado enquanto produzido por regras de combinação de unidades semânticas, ou ao conteúdo psíquico cuja propriedade básica é uma ideia já estruturada.

A substância de conteúdo foi definida por Hjelmslev como pensamento, mas é uma massa sem forma definida que serve de

elemento moldável; também refere-se a zonas de sentido construídas diversamente em diferentes línguas. Eco (2000, p.43) define a substância de conteúdo como ocorrências concretas de unidades semânticas geradas pela forma do sistema. Por outro lado, a forma de conteúdo é um sistema de posições, ou estrutura, que faz algumas unidades de conteúdo assumirem a natureza posicional e oposicional (Eco, 2000, p.41).

Como explica Câmara Júnior (1975, p.195), Hjelmslev “[...] buscou interpretar o conteúdo, isto é, o significado linguístico, em um padrão linguístico de significações, cada língua possuindo o seu padrão típico. Abriu, assim, caminho para o estudo do nível linguístico do significado [...]”. A definição desse padrão linguístico vale-se dos conceitos de substância de expressão e de conteúdo, separando-os da forma de expressão e de conteúdo. Esses últimos tratam especificamente do signo linguístico, que não é substância, mas forma.

Deve-se considerar ainda o sentido ou a matéria, variedade terminológica constatada nas traduções adotadas para o português. Coelho Netto (1999) prefere “sentido”, enquanto Nöth (2005b) recomenda o uso de “matéria” para evitar possíveis confusões entre os termos *sentido*, *significado* e *significação*. Acolhendo esta última justificativa, adota-se o termo *matéria*. As línguas diferenciam-se segundo a *matéria de expressão* e a *matéria de conteúdo*.

Eco (2000, p.41), aproveitando a definição de matéria de conteúdo como contínuo amorfo, denomina de *continuum* a matéria de expressão e matéria de conteúdo. A matéria de expressão é o *continuum* de possibilidades físicas usadas como material amorfo para serem utilizadas como artifícios expressivos, enquanto a matéria de conteúdo é o *continuum* de possibilidades físicas, de eventos psíquicos, de comportamentos e de pensamentos a que o sistema conferiu uma ordem, selecionando aí um conjunto estruturado de unidades semânticas (Eco, 2000, p.41).

O exemplo de Hjelmslev (1975, p.209) é bem ilustrativo: a matéria de expressão de *got* do inglês, *gott* do alemão e *godt* do dinamarquês, é a mesma do ponto de vista fonético, mas a matéria de

conteúdo é diferente. Da mesma maneira, poder-se-ia obter matérias de expressão diversas para a mesma matéria de conteúdo, como *je ne sais pas*, em francês e *I do not know*, em inglês.

Para Hjelmslev (1975, p.207-10), a matéria de conteúdo é o contínuo amorfo e não analisável no qual as fronteiras são colocadas na formação das línguas; a matéria de expressão, por seu turno, trata das condições funcionais oferecidas pela língua, as capacidades humanas de articulação dos sons que formam os diversos sistemas fonológicos. Os mesmo pode ser dito do potencial de comunicação: gráfica e gestual (Nöth, 2005b, p.62). A partir da matéria de conteúdo é possível indicar a mesma realidade semântica.

Um esquema mais complexo pode ser obtido tomando como base a figura “O signo linguístico de Hjelmslev”, de Lopes (1995, p.95). Mas esse esquema não acrescenta a noção de matéria. O conceito de matéria é fundamental para identificar as principais diferenças entre as línguas, as quais se apresentam ora na matéria de expressão, ora via matéria de conteúdo, conforme o exemplo do próprio Hjelmslev. Decorre da introdução da matéria à figura de Lopes o seguinte esquema:

Figura 2 – Concepção de signo de Hjelmslev

| | | |
|---------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Matéria de conteúdo | | |
| Plano do conteúdo | Substância do conteúdo | Signo linguístico |
| | Forma de conteúdo | |
| Plano de expressão | Forma de expressão | |
| | Substância de expressão | |
| Matéria de expressão | | |

Fonte: Adaptado de Lopes (1995, p.95).

Existe nesse esquema a menção de que a matéria se torna algo considerado semioticamente apenas a partir da forma, isto é, torna-se substância somente pela ação da forma. A substância não é uma

constante. As substâncias de expressão e conteúdo surgem quando a forma se projeta sobre a matéria (Hjelmslev, 1975, p.210). Porém, o signo corresponde unicamente à forma.

As noções de forma e substância, segundo a interpretação de Hjelmslev, não seguem o que se concebia até então na Filosofia. Ao contrário da concepção aristotélica de forma e substância – em que a primeira é variável e a segunda trata da essência das coisas, ou seja, é imutável –, para Hjelmslev, são as formas de conteúdo e de expressão que são inalteráveis, invariáveis; ao passo que as substâncias são as que contêm o atributo de variáveis na determinação do signo.

Em síntese, Hjelmslev impulsionou e alargou as ideias presentes no pensamento de Saussure, argumentando que existem estruturas reais na linguagem que devem ser descritas e estratificadas até seus últimos elementos. As ideias estruturalistas de Hjelmslev forneceu material suficiente à definição de agendas de pesquisa na Linguística e no recém-elaborado projeto de Semiologia. Algumas das premissas estruturalistas de ambos os linguistas foram preservadas como elementos fundamentais do discurso científico do campo da Linguística. É provável que o estruturalismo linguístico tenha sido a principal escola linguística a contribuir para a Semiologia, por isso, seus fundamentos mereceram ser apresentados antecipadamente.

Para Barthes (1967, p.22-3), a atividade estruturalista compreende duas operações: a decomposição e a composição, as quais puderam ser identificadas indiretamente no discurso de Hjelmslev. A primeira operação separa os elementos mínimos de um objeto estudado, procurando identificar suas funções e regras de funcionamento. A segunda busca resgatar as relações entre esses elementos, comparando-os uns aos outros para chegar a um modelo da realidade em questão. A esse modelo dá-se o nome de estrutura, nome dado à hipótese central do argumento estruturalista.

Como verificado, tais expressões não figuravam no discurso de Saussure: estrutura, por exemplo, nem mesmo consta como um significante nos apontamentos de seu curso. A noção recorrente era de um sistema, elemento complexo subjacente aos dispositivos atitudi-

nais de execução da linguagem, mas que mesmo assim lhes davam subsídios: regras de uso, mecanismos de inovação, vocabulário, etc.

Resgatando essa noção e colocando-a como suposição que deve ser trabalhada conscientemente na análise linguística, Hjelmslev (1972, p.123) reconhece, em 1957, que a ideia de estrutura está disseminada em um bom número de linguistas. Todavia, como já aventado, somente na década de 1930 é que os termos *estrutura*, *estrutural* e *estruturalismo* incorporaram-se ao jargão da Linguística. A partir desse período, outras contribuições para a Linguística se impuseram e procuravam rediscutir os fundamentos dessa ciência.

Redimensionar a importância da noção de estrutura foi uma tarefa essencial para compreender outros aspectos dos fatos linguísticos em sociedade. A estrutura, como foi considerada por Saussure, não deixava espaço de ação aos sujeitos. As funções que a linguagem desempenhava na comunicação também foram pouco consideradas, quando não excluídas. As funções têm um papel a cumprir na medida em que determinam a significação. Um sistema sustenta-se nos elementos e no modo como estes cumprem suas funções. A função para os estruturalistas era entendida como uma simples correlação entre entidades linguísticas (Lopes, 1995, p.55). Na terminologia de Hjelmslev, as funções são as relações determinadas e estabelecidas entre dois funitivos.

O funcionalismo configura-se como uma das correntes do pensamento linguístico mais influentes. Ele diferencia-se do estruturalismo por sua mudança de ênfase e pela noção de função. Função, na visão estrutural, é uma relação entre elementos, frisando tão somente a relação; é a função que relaciona um elemento ao sistema (Nöth, 2005b, p.85-6). O funcionalismo emprega a noção de função no âmbito pragmático, no sentido de função pragmática manifesta em contextos comunicativos, isto é, a relação dos elementos do sistema com o receptor.

A noção de função não descarta a de estrutura, mesmo porque a estrutura subentende partes que cumprem algum papel junto ao todo. “A semiótica funcionalista se definiu parcialmente em oposição à tradição estruturalista do paradigma semiótico de Saussure

e Hjelmslev, paradigma este por ela criticado devido à sua abordagem estática dos sistemas semióticos” (idem, p.86).

O funcionalismo linguístico iniciou-se em 1926, com a fundação da Escola de Praga ou Círculo Linguístico de Praga. Segundo Nöth (2005b, p.87-99), teve como membros eminentes: V. Mathesius (1882-1946), B. Havránek (1893-1978), Jan Mukařovsky (1891-1975) e Roman Jakobson (1896-1982). A escola montada em Praga recebeu a contribuição direta do formalismo russo, cujo objetivo foi desenvolver uma abordagem científica da literatura e das artes, organizado por dois centros de estudo: Sociedade de Petrogrado para o Estudo da Linguagem Poética, de 1916 a 1930, e o Círculo Linguístico de Moscou, de 1915 a 1921 (Nöth, 2005b, p.90). A tese mais significativa consiste em tratar a linguagem segundo seus objetivos concretos: “A linguagem é descrita como um sistema funcional, que serve ao objetivo da comunicação. Por este motivo, o sistema linguístico não pode permanecer estático, mas deve manter um equilíbrio dinâmico” (idem, p.91).

No campo dos sons da língua, Trubetzkoy separou a Fonologia da Fonética. Assim, a Fonologia estuda os sons da língua enquanto partes funcionais, e a Fonética estuda os sons materiais e sua articulação na fala (Nöth, 2005b, p.91). Ainda, a pertinência como traços distintivos, segundo seus modos de articulação: os fonemas deixam de ser elementos mínimos para passar às variações destes (idem, p.92-3).

Na Estética, os funcionalistas de Praga expõem as funções semióticas. Segundo Mukařovsky (1942, p.40 apud Nöth, 2005b, p.95), as funções são o modo de realização de um sujeito perante o mundo externo. A função estética de Mukařovsky consiste em uma função autônoma, oposta à função de comunicação, e somente a função autônoma é específica de uma obra de arte; a de comunicação é secundária, ou seja, a característica básica da função estética é direcionar o foco de atuação no objeto dado (Nöth, 2005b, p.97-8).

Certamente, Jakobson foi o mais conhecido dessa escola. Suas pesquisas podem ser compreendidas nos períodos: funcionalista,

de 1914 a 1920; estruturalista, de 1920 a 1939; semiótico, de 1939 a 1949; interdisciplinar, iniciados em 1949, em Harvard e no Massachusetts Institute of Technology (MIT), com interesses na teoria da informação, Matemática, Neurolinguística, Biologia e Física (Kock, 1981, p.225 apud Nöth, 2005b, p.99).

Jakobson foi também um dos primeiros estudiosos a descobrir a importância de Charles Peirce (1839-1914) para a Linguística (Nöth, 2005b, p.100). Jakobson contestou a tese da arbitrariedade do signo linguístico, fundamentando-se na Semiótica ou doutrina dos signos de Peirce para concluir que os signos, mesmo os linguísticos, têm uma origem icônica e indicial. A convenção gerada por decisões arbitrárias da sociedade não está desvinculada da associação natural com os objetos os quais se referem os signos linguísticos.

Para Jakobson (1973 apud Nöth, 2005b, p.101), o objeto da Semiótica “[...] é a comunicação de qualquer mensagem, enquanto o campo da Linguística está confinado à comunicação de mensagens verbais”. A Semiótica está dentro dos estudos de comunicação, o que consiste em uma justificativa plausível quando se compara com sua noção de funções da linguagem.

Na opinião de Nöth (2005b, p.102-3), os princípios metodológicos de Jakobson são os seguintes: 1) pertinência; 2) binarismo e análise de traços distintivos; 3) os eixos de seleção e combinação nos sistemas de signos; 4) a dicotomia metáfora-metonímia e sua fundamentação na oposição entre similaridade e contiguidade; 5) a dicotomia código-mensagem, que é reformulação da dicotomia língua e fala, mas de maneira ampliada; 6) teoria das funções semióticas; 7) teoria das formas marcadas. Muitos desses princípios derivam de sua influência semiótica e estética. Dar-se-á atenção especial à teoria das funções semióticas, ressaltando que sua obra não se resume à discussão destas, mas contribuiu de modo significativo para a compreensão da origem da linguagem. É nesse momento que Jakobson coteja teorias linguísticas e semióticas.

Com o intuito de diagnosticar as situações comunicativas e os fatores implicados na comunicação, o linguista sistematizou a teoria das funções da comunicação verbal. “Jakobson desenvolve

um modelo das funções da linguagem de grande influência na semiótica aplicada. Na base dessa teoria está o modelo dos seis fatores que constituem os processos de comunicação. Cada um desses fatores corresponde uma função” (idem, p.103). Ele procurou diminuir essa desvantagem no tratamento das funções de comunicação das mensagens. Influenciado claramente pelos avanços da teoria matemática da informação, tendência expressa nos termos utilizados, Jakobson procurou mostrar que a linguagem deve ser estudada em suas várias funções.

Definiu, assim, os fatores constitutivos de todo processo linguístico na comunicação verbal, a saber: remetente, mensagem, destinatário, contexto, contato e código (Jakobson, 1999, p.123). “Cada um desses seis fatores determina uma diferente função da linguagem. Embora distingamos seis aspectos básicos da linguagem, dificilmente lograríamos, contudo, encontrar mensagens verbais que preenchessem uma única função” (idem, p.123). Depreende-se desse fato que, na maioria das mensagens comunicadas verbalmente, dois ou mais aspectos estariam presentes e determinariam a função linguística da mensagem.

Orientada ao contexto, a função valorizada seria a referencial ou destinada ao referente, também chamada denotativa ou cognitiva. Nela se fornece uma carga de informação maior. Centrada que está no remetente, a função será denominada emotiva ou expressiva, pois busca chamar a atenção para uma possível emoção sentida pelo remetente. Quando a ênfase incide sobre o destinatário da mensagem, a função é chamada de conativa; ela procura determinar uma ação do destinatário ou se objetiva exercer uma influência direta sobre sua ação. Casos em que ocorrem sentenças no modo imperativo são exemplos da função conativa, como “faça isso ou aquilo”. O contato é o fator que determina a função fática, pois visa manter ou encerrar a comunicação entre os sujeitos para verificar o funcionamento adequado do canal. Exemplos dessa função são as mensagens: “alô?” ou “está ouvindo?”.

Nas ocasiões em que o código é o fator determinante, a função da linguagem será a metalingüística. É nessa função que aparece

a necessidade de explicação do código utilizado na mensagem, explicação que se vale do mesmo código para se autexplicar. As respostas para perguntas do gênero: “Não entendi, explique novamente?”, são próprias da função metalinguística.

Quando a mensagem é o aspecto condicionante da comunicação, tem-se o que Jakobson tratou com mais atenção, ou seja, a função poética. É com a função poética que a mensagem se volta a si mesma, não consiste em uma preocupação com o poder referencial ou informativo da mensagem, mas na sua capacidade de ser não utilitária. “A função poética não é a única função da arte verbal, mas tão somente a função dominante, predominante, ao passo que, em todas as outras atividades verbais, ela funciona como um constituinte acessório, subsidiário” (idem, p.128).

É arriscado reduzir a contribuição de Jakobson (1999) e dos funcionalistas, como Martinet, às funções da linguagem. Não obstante, tais funções desempenham um papel fundamental na sustentação da afirmação do aspecto ativo da linguagem na vida das pessoas. Surge, contudo, a questão: seriam esses os únicos fatores influentes na comunicação verbal e, caso sejam, adaptar-se-iam facilmente a casos em que a linguagem verbal não é predominante, como no ramo das artes plásticas e da música?

Uma afirmação essencial para comparar as ideias de Jakobson e dos demais estruturalistas é que, para a Linguística geral, assim como para a Poética, as entidades extralinguísticas (*extra* do latim, que significa exceção), além do tratamento linguístico, ultrapassam seus limites de estudo. Na Linguística estruturalista toma-se como imprescindível e necessária a forma *sígnica*, e não a existência real e individual, fora do movimento *sígnico*, como fenômeno determinante na constituição do *signo* linguístico. Como o *signo* linguístico é unicamente mental, substituto legítimo dos objetos, uma teoria linguística não deve tratar dos objetos, mas das representações destes. Em outras palavras, o *signo* linguístico não é motivado pelo extralinguístico. A teoria do *signo* é diádica, compreendendo apenas as duas formas: de expressão e de conteúdo.

Não teorizar sobre o extralinguístico é comum entre os defensores das teses de Saussure e Hjelmslev, haja vista a definição cabal de signo linguístico como entidade exclusivamente mental e diádica. A Linguística, assim, parece não tratar das coisas, mas do substituto destas, distribuído em um conjunto maior, a língua – mesmo sabendo que quaisquer funções de um objeto, reunidas em um signo convencional, descendem de uma prática e vivência humanas com esse mesmo objeto. Apesar de não estar no nível sincrônico, é fundamental a reconstituição diacrônica do complexo de signos.

De qualquer modo, verifica-se que o funcionalismo de Jakobson acrescenta revisões às premissas básicas do estruturalismo, no sentido de ressaltar a noção de funções da linguagem em situações reais de comunicação, o que dá margem a investigações dos aspectos práticos dos usos e dos usuários da linguagem.

Ainda entre as escolas linguísticas do século XX, foi o distribucionismo que repercutiu, sob outra forma, nas décadas que se seguiram ao estruturalismo. Como o estruturalismo foi reconsiderado pelo funcionalismo, o distribucionismo manteve-se influente, em alguma medida, no gerativismo. O distribucionismo preservou do estruturalismo linguístico a noção de contexto para se definir a dependência entre os elementos. A distribuição busca identificar cada contexto de aparição de uma unidade linguística. Supõe-se que uma palavra deve aparecer sempre acompanhada de outras palavras e, conseqüentemente, de fonemas, em sentenças semelhantes.

Uma distribuição procura representar o contexto linguístico em que as unidades podem ocorrer. As unidades podem ser fonemas ou palavras. Crystal (2000, p.87) salienta que as teorias da distribuição ocorreram, em primeiro lugar, na Fonologia, depois se estenderam a ponto de abranger outras unidades linguísticas. “Uma análise distribucional localizaria os lugares, em unidades linguísticas maiores, onde ocorreriam as unidades menores, como a distribuição de fonemas em uma *silaba* ou palavra, ou de palavras em uma *sentença*” (idem, p.87). O autor argumenta que as mesmas unidades deveriam ter uma distribuição característica própria.

O distribucionismo tem sua origem em L. Bloomfield, que propôs uma teoria da linguagem cujas premissas provêm da Psicologia behaviorista. O ato da fala é um comportamento e todo comportamento humano é explicável e previsível quando estiver em condições de manifestar-se como tal. Sendo o comportamento exposto externamente, não há necessidade de aspectos internos (Ducrot & Todorov, 1988, p.41-2). Bloomfield concluiu que a fala pode ser explicada por suas condições externas, tese denominada de mecanismo. O sentido das palavras não é relevante, tampouco considerações mentalistas ou subjetivistas sobre o significado.

A análise distribucional pressupõe estudar uma língua reunindo-a em um *corpus*, isto é, um conjunto de enunciados efetivamente emitidos pelos usuários da língua. O *corpus* representa um grupo de frases que será analisado para se chegar a uma descrição gramatical. O *corpus* é bem limitado em relação ao número de unidades lexicais e combinações possíveis na língua. Dentro do *corpus*, é necessário buscar regularidades. Além disso, a noção que serve para representar o contexto é chamada de meio utilizado para definir a distribuição de uma unidade (ibidem).

Um dos objetivos da análise distribucional é decompor sucessivamente as frases de um dado *corpus*. Tal pretensão lembra Hjelmslev, que pressupõe, para a análise dedutiva, uma aplicação exaustiva, até o último elemento da unidade.

Algumas teses do distribucionismo tiveram repercussão em outras escolas linguísticas. Tal é o caso do gerativismo. Ducrot & Todorov (1988, p.47) classificam como Linguística gerativa as novas concepções sobre a língua e a linguagem do estadunidense Noam Chomsky. A concepção gerativa na Linguística contesta os dogmas distribucionistas e foi incorporada rapidamente como fundamento da pesquisa estadunidense nesse campo. A Gramática de Chomsky nasce, sobretudo, como uma teoria da sintaxe e toma como fundamento um ponto de vista sincrônico da língua (Lopes, 1995, p.192). Ela confronta-se, além do próprio distribucionismo, com a gramática estrutural.

Lopes (1995, p.190) sumariza o modelo da Gramática estruturalista de acordo com os seguintes objetivos: estudar só enunciados realizados; excluir as considerações da situação e da enunciação; efetuar uma descrição, e não uma explicação com os níveis de análise mínimo (fonológico), médio (morfológico) e máximo (fraseológico). Na cadeia sintagmática, identifica-se a função de contraste; e na classe das relações associativas a função de oposição. Além disso, deve-se acrescentar a comutação, que seria o mecanismo que põe em funcionamento as duas funções (Lopes, 1995, p.190).

A Gramática estrutural aplica conceitos da Linguística estrutural nas formalizações de Saussure e Hjelmslev. A busca de uma descrição mínima e exhaustiva dos elementos é uma condição essencial da teoria da linguagem, para Hjelmslev. Além das estruturas, a gramática gerativa de Chomsky incute uma série de conceitos e regras de explicitação da descrição. Lopes (1995) indica como conceitos teóricos vinculados ao gerativismo os seguintes: gramática, competência, atuação, transformação, gramaticalidade, estrutura de superfície, estrutura profunda, descrição gramatical (estados finitos, sintagmática e transformacional) e componentes gramaticais (sintático, fonológico e semântico).

Chomsky foi aluno de Z. C. Harris, um distribucionista, portanto, supõe a influência teórica direta do distribucionismo. Dessa corrente, reteve o caráter de explicitação e como conceito básico a noção de meio, isto é, unidades linguísticas que rodeiam outras unidades (Ducrot & Todorov, 1988, p.47). Uma crítica fundamental da teoria de Chomsky é sobre a ênfase distribucional da noção de *corpus*, pois a língua não se reduz a um conjunto finito de enunciados, ela em funcionamento é bem diferente de um *corpus*, pois a língua permite uma infinidade de enunciados (idem, p.48). Nesse sentido, a língua não se reduz a um conjunto de enunciados tomados como um modelo, mas conta com um saber subjacente aos enunciados executados.

Outra crítica incide sobre a preocupação distribucional em contentar-se em descrever e recusar-se a explicar (idem, p.48). Entre

outras coisas, procura contemplar o caráter explícito com o explicativo. A descrição não necessariamente explica o funcionamento da linguagem e quais os parâmetros gerais que permitem executar uma frase. O conhecimento do indivíduo deve ser contemplado e, como tal, transcende as unidades linguísticas executadas. Para Chomsky, há uma relação oculta entre o conhecimento das unidades e as regras sintáticas expressas por elas.

A descrição sintática na concepção de Chomsky supõe regras cuja aplicação produz enunciados aceitos ou gramaticais. As condições para que uma gramática seja classificada como gerativa são: a) gerar todos os enunciados de uma língua, e só eles sem exceção; b) representar o saber intuitivo que os sujeitos falantes possuem com respeito aos enunciados da língua (idem, p.48-9). A Gramática busca compreender o funcionamento da língua; entretanto, deve ressaltar os aspectos inatos do sujeito falante que permitem conceber enunciados possíveis a partir de regras já presentes.

[...] a gramática gerativa não é um *modelo de produção* das frases no discurso cotidiano (onde intervêm, sem dúvida, muitos outros fatores). Trata-se apenas, Chomsky insiste neste ponto, de fornecer uma *caracterização matemática* de uma competência que os usuários de uma língua dada possuem (e não um *modelo psicológico* de sua atividade). (idem, p.49)

Essa interpretação é às vezes suscitada pela tentativa de explicar o funcionamento da mente humana e sua interseção com a produção da linguagem. Para Chomsky, a teoria linguística é uma forma que serve para avaliar e fabricar gramáticas (idem, p.49). É evidente, para Chomsky, que uma pessoa já possui uma teoria linguística implícita que a capacita, em seu meio social, a gerar frases aceitáveis; é como se existisse um mecanismo inato que garante a produção de enunciados compreensíveis a partir de regras gerais. Nesse sentido, Chomsky ruma a uma tentativa de explicar a dinâmica da linguagem, interagindo com essas regras gerais.

Chomsky defende a perspectiva racionalista para compreender a percepção. Os trabalhos de Wilhelm von Humboldt já concebiam a existência de um sistema de regras gerativas para produção e interpretação da fala. “Na visão de Humboldt, a aquisição da linguagem é em grande parte uma questão de maturação de uma capacidade linguística inata” (Chomsky, 1970, p.30). Por conta disso, Chomsky adere a uma concepção racionalista da linguagem, chegando a aceitar a tese do inatismo para explicar a origem da linguagem e do conhecimento no sujeito. O que seria inato são os parâmetros, ou melhor, as regras que condicionam os estímulos da percepção a se adequar a formas já preestabelecidas, sendo uma capacidade linguística inata.

A relação dos atributos inatos e das estruturas fonéticas ou de expressão da língua se constituiria a partir da mediação de estruturas ou regras sintáticas. Tal estrutura simula formas inatas que condicionariam a percepção e a interpretação. “No que concerne à aprendizagem linguística, creio ter argumentos convincentes em defesa do ponto de vista de que a mente possui princípios intrínsecos proporcionadores de estruturas invariantes que são pré-requisitos da experiência linguística” (idem, p.31).

A competência consiste na capacidade que por imitação dá conta do mecanismo das velhas frases. Para Chomsky, essa faculdade é inata, todos os homens a constituem, é um universal linguístico. Isto é, são regras gerais de criação de enunciados (Lopes, 1995, p.194). É diferente da manifestação exterior atualizada em um momento específico da competência, a qual é chamada de atuação (idem, p.194-5). Supõe que a teoria linguística deva estudar esses dois mecanismos, com ênfase na competência, visto que se refere à tese do inatismo.

Outro aspecto que Chomsky sustentou em contraposição a outras correntes da Linguística foi a capacidade criativa da linguagem. A investigação linguística deve visar identificar as regras de geração de inúmeros enunciados; regras que, supostamente, têm um número limitado. Na explicação de Chomsky (1970), a forma fonética é determinada pela estrutura de superfície e o

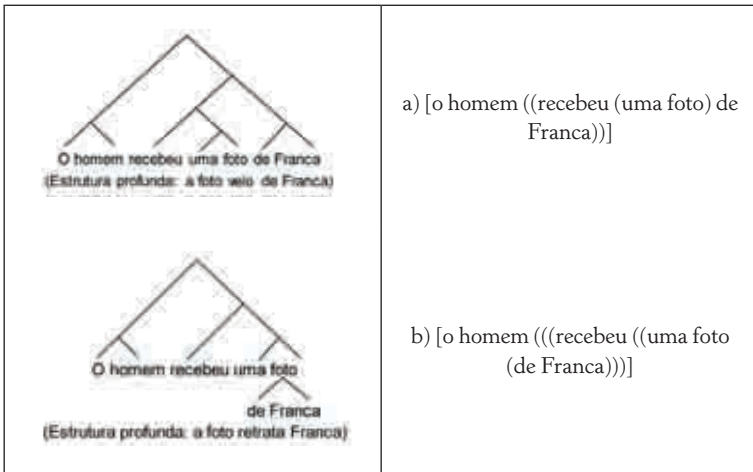
conteúdo semântico é determinado pela estrutura profunda. A estrutura de superfície encontra-se na forma de um sintagma típico que pode ser analisado estruturalmente, ao passo que a estrutura profunda respeita ao significado subjacente.

Uma estrutura profunda está representada na mente humana, trazendo a interpretação semântica. Determina o significado, submetendo a regras sintáticas o aspecto semântico da língua. Tal posição não tem o aceite de todos os linguistas, em especial os que procuram justificar a Semântica como ciência independente. Chomsky subsumiu a Semântica à Sintaxe, e, por conseguinte, esta dentro da Gramática.

A Gramática gerativa seria constituída pelo conjunto de regras que o falante-ouvinte possui de sua língua, seu conhecimento das operações lhe permite executar vários enunciados com facilidade. A expressão também pode ser entregue para caracterizar a teoria linguística que procura simular o funcionamento das regras utilizadas pelo falante estudado. Para Chomsky (1970, p.35), o linguista profissional deve representar o sistema de regras internalizado e intuitivo. Sendo assim, pode-se afirmar que uma criança dispõe de uma teoria ideal que é aprendida por ela.

Ainda sobre a estrutura de superfície, Lopes (1995, p.199) argumenta que ela está relacionada à forma fonética do enunciado, sua representação é linear e o arranjo dos elementos submete-se à hierarquia. Um sintagma sugere uma estrutura de superfície e pode ou não refletir imediatamente a estrutura profunda. É mais provável que a estrutura profunda não se represente na estrutura superficial. “Essas estruturas subjacentes podem ser reveladas através de diagramas que descrevem os indicadores sintagmáticos [...]” (Lopes, 1995, p.201). As estruturas profundas podem ser esquematizadas por gráficos arbóreos ou por parentização, conforme o esquema da Figura 3.

Figura 3 – Tipos de descrição da estrutura profunda



Fonte: Lopes (1995, p.201-2).

As estruturas sintáticas determinam a forma e o sentido. São regras de interpretação que interessam à estrutura gramatical. O exemplo dado por Chomsky (1970, p.38) expõe de forma concisa os processos que relacionam estrutura profunda e de superfície: “Considerem-se, por exemplo, as operações de passivação e interrogação. As sentenças (1) John was examined by the doctor, e (2) Did the doctor examine John, têm ambas uma estrutura profunda semelhante à da sentença (3) The doctor examined John, paráfrase da sentença (1)”. As sentenças 1 e 2 são estruturas superficiais, geradas a partir da estrutura profunda 3. Para ligar essas estruturas utiliza-se o recurso da transformação.

Não seria possível alcançar a estrutura profunda partindo da estrutura superficial; essa análise é um procedimento considerado ultrapassado por Chomsky (1970, p.39), à medida que busca dividir e classificar sucessivas vezes as unidades de uma sentença. É o que também conclui Lopes (1995, p.194): a Linguística estrutural limita-se a produzir inventários e classificações de unidades e níveis sobrepostos, apresentando uma visão taxionômica das línguas naturais e ignorando seu aspecto criador.

A transformação seria precisamente o processo segundo o qual, a partir de certas regras de transformação (previamente presentes enquanto competência), aplicadas (atuação) a poucas frases, geram-se frases novas (Lopes, 1995, p.196). Frases da estrutura superficial são obtidas executando transformações, respeitando as regras da estrutura profunda. Nesse sentido, a frase mínima é simbolizada por $F = SN + SV$, ou seja, um sintagma nominal seguido de um sintagma verbal.

No que tange à descrição gramatical, são três os modelos utilizados: Gramática dos estados finitos, Gramática sintagmática e Gramática gerativa. A Gramática sintagmática pode descrever um conjunto de enunciados maior que a Gramática de estados finitos. As gramáticas transformacionais dão conta dos processos de geração e de formação de frases; os processos de apassivação e interrogação, como visto, são operações de transformação.

A geração de frases é obtida a partir da aplicação de regras de transformação. “A passagem da primeira frase para a segunda faz-se mediante regras de transformação, as quais têm a função de relacionar os níveis da estrutura subjacente (profunda) e da estrutura superficial” (idem, p.224).

Contudo, a gramática deve conceber o que é aceitável em uma língua, quando está bem formada fonológica e sintaticamente, e separar de sentenças inaceitáveis. Aos dois tipos de decisões dá-se o nome de gramatical e agramatical. O sistema de Chomsky possibilita criar também frases sem sentido – agramaticais – pelas combinações possíveis dos elementos viabilizadas pelas regras. A razão disso pode ser esclarecida quando se associa a frase ao referente. Semanticamente, o sujeito deve comparar isso para ser possível o sentido; deve observar fatos existentes, passados ou presentes, e os que também têm grande probabilidade de ocorrer no futuro. Os componentes gramaticais dividem-se em: a) sintático ou dotado de propriedade gerativa; b) fonológico ou interpretação externa de (a); c) semântico ou interpretação de (a) (idem, p.205).

De modo geral, a proposta gerativa trouxe à tona questões essenciais para compreensão da origem da linguagem humana, res-

paldando-se em concepções filosóficas, sobretudo o racionalismo. Lopes (1995, p.231) argumenta que a Gramática gerativa tem um enfoque no eixo sincrônico, e a despeito de rechaçar os taxonomistas, adota resultados dos estudos taxionômicos. Observa ainda que a Semântica da Linguística gerativa não se baseia em uma teoria do signo.

Tal fato não compromete a contribuição de Chomsky. Por correlacionar a teoria linguística à explicação da formação da linguagem em geral, o linguista avança em relação à teorização do que deveria ser a mente e o conhecimento humanos, os quais permitem gerar um conjunto infinito de enunciados. Ao contrário da abordagem estrutural, o gerativismo enfatiza as condições de inovação da linguagem e não procura somente determinar o conjunto do sistema como uma entidade objetiva. Pode-se arriscar a afirmar que o gerativismo inverte a lente da Linguística, procurando nos indivíduos as condições imutáveis de produção de regras e expressão de enunciados. O coletivo saussuriano não seria a única variável no estudo da linguagem humana.

Todavia, quando a Linguística especifica-se como estudo do significado, as ideias gerativistas não surgem como as únicas explicações do fenômeno. Antes de Chomsky submeter a Semântica à sintaxe, outras teorias do significado já estavam consolidadas no campo da Linguística.

A Semântica (derivada do grego *sêmainô*, que quer dizer significar) é definida restritamente como o estudo do sentido das palavras (Guiraud, 1972, p.7). Sentido na definição do autor quer dizer significado ou emprego. Por Semântica define-se, mais amplamente, a ciência das significações das línguas naturais (Lopes, 1995, p.232). Ainda sob a designação “semântica”, tem-se uma série de estudos do significado que não se limita às palavras e avança para a descoberta do significado de vários sistemas de signos.

A Semântica se confunde com a Semiologia, o estudo ou doutrina dos signos produzidos pelo homem. Esse impasse pode ser dirimido com a menção da origem e dos temas de estudo das diversas linhas da Semântica. Entretanto, os relacionamentos entre a

teoria dos signos e a teoria das significações e do sentido das palavras possuem problemas e soluções aparentemente comuns. No que respeita à Semântica, cumpre apresentar as ideias das principais frentes de estudo que aparentemente mais influenciaram outras áreas, juntamente com a discussão breve dos problemas semânticos tratados pela Lógica.

No início do século XIX, os gramáticos conheciam o termo “semasiologia” (formado pelo radical grego *sema*) para o estudo das significações. Foi por volta da segunda metade do século XIX que o linguista francês Michel Bréal apresentou a substituição do termo por “semântica” para designar a ciência da significação (Guiraud, 1972, p.10). Esse campo de estudo envolve níveis diferenciados de tratamento dos problemas do significado, os quais especificam o caráter e o vínculo disciplinar da Semântica. Tanto para Greimas (1973) quanto para Lopes (1995, p.233), há inúmeras dificuldades para desenvolver a Semântica, pois, mesmo dentro da Linguística, ela é uma área que surgiu tardiamente e se apresenta como subsidiária ou apenas complementar aos demais estudos.

Câmara Júnior (1975, p.194) lembra que, para E. Sapir, existem três níveis do significado das formas linguísticas: o nível lógico, o nível psicológico e o nível linguístico. Apenas este último poderia constituir o que se denominariam Semântica linguística. Desde Saussure, a Linguística tenta oferecer uma abordagem propriamente linguística do significado, recusando as explicações lógicas do sentido. Assim, o significado não é obtido pela análise dos termos em um argumento e pelas condições de verdade ou falsidade das premissas ou do exame que mostra a validade ou a invalidez de um argumento. Significado é, portanto, um elemento analisável pela estrutura contextual que o circunda.

Uma segunda classificação muito próxima dos níveis propostos por Sapir foi exposta por Crystal (2000, p.232-3), que indica como principais linhas: a Semântica filosófica, que examina as relações entre expressões linguísticas e os fenômenos do mundo exterior (estaria mais próxima da Semiótica e da Filosofia da Linguagem); a Semântica lógica, estudo da significação das expressões em

sistemas lógicos de análise e cálculo; e a Semântica linguística, que estuda as relações semânticas das línguas naturais em oposição às línguas lógicas.

No interior da Semântica linguística encontram-se: a Semântica behaviorista de Bloomfield, que consiste na aplicação de técnicas da Psicologia ao estudo da significação, a partir do comportamento observável e mensurável; e a Semântica estrutural, o estudo da significação através das relações semânticas. É justamente esse desdobramento da Semântica linguística que acolhe o maior número de contribuições e, pode-se dizer, é predominante até hoje em alguns campos do conhecimento. A teoria semântica gerativa também se agrupa à Semântica linguística, mas estuda os componentes semânticos, a representação semântica e os traços semânticos. Além disso, deve-se registrar a participação da teoria dos campos semânticos, surgida em 1930, que ressalta que o vocabulário é organizado em áreas em que as palavras se inter-relacionam (Crystal, 2000, p.233).

Lopes (1995) apresenta uma terceira classificação mais específica e, ao que tudo indica, oscila entre a Semântica lógica e a Semântica linguística. A teoria do significado do ponto de vista linguístico considera a perspectiva inicial de Saussure, a Semântica de Hjelmslev e a Semântica estrutural de Greimas. As linhas semânticas de matriz linguística, em sua maioria, reconhecem as noções de estrutura e de valor como fundamentais para conceber o significado. Lopes (1995) ainda salienta que a Semântica lógica, ou, como prefere designar, “da palavra isolada”, conta com as propostas de G. Frege (1848-1925), da descrição semântica de Pottier, da Semântica contexto-situacional de Ducrot e da Semântica gerativa proposta por Katz e Fodor.

Na divisão estabelecida, a Semântica lógica oferece contribuições para a teorização linguística que não é de matriz estrutural. O autor (Lopes, 1995, p.232) ainda distingue a Semântica linguística, que trata das línguas naturais, da Semântica semiótica, cujo estudo trata da significação nos sistemas secundários. Entretanto, é discutível essa última divisão, pois, se o universo do sentido é uno – como

afirma o autor –, por que sustentar a existência de uma Semântica linguística e outra para os sistemas secundários de signos?

Uma quarta fonte de classificação dos problemas semânticos é sugerida por Guiraud (1972, p.8-9), que estabelece os principais problemas semânticos: os psicológicos, os lógicos e os linguísticos. Cada um destes representará um ramo de estudo da semântica. Os problemas psicológicos resumem-se às seguintes perguntas: Por que e como nos comunicamos? Que é signo e que se passa em nossa mente e na do nosso interlocutor quando nos comunicamos? Qual o substrato, o mecanismo fisiológico e o psíquico dessa operação? Por outro lado, os problemas lógicos podem ser assim enunciados: Quais são as relações do signo com a realidade? Em que condições será um signo considerado aplicável a um objeto ou a uma situação que ele tem a função de significar? Quais são as regras que asseguram uma verdadeira significação? Em seguida, os problemas linguísticos, ou de uma Semântica linguística, classificada como a semântica por excelência pelo estudioso (Guiraud, 1972, p.8), seriam: Que é uma palavra? Quais são as relações entre a forma e o sentido de uma palavra e as relações entre as palavras? Como elas asseguram a sua função?

A perspectiva de Guiraud (1972, p.133) concebe ainda a Semântica linguística geral, que estuda as leis da significação e das causas das mudanças de sentido e a Semântica linguística aplicada, que pode ser analítica (sincrônica ou diacrônica) ou estrutural (também sincrônica ou diacrônica).

Entre tantos problemas semânticos apontados, é preciso concentrar atenção em três principais frentes de contribuição para a Semântica, comuns aos diversos autores e segundo os propósitos deste livro: da Lógica, da Linguística e da Psicologia. Essa tripartição de Guiraud (1972), tal como a de Sapir (apud Câmara Júnior, 1975), sugere maior abrangência e concisão ao tratamento do complexo problema da significação. A Semântica filosófica, definida por Crystal (2000), teoriza sobre a relação realidade e linguagem, subsumida, de certa maneira, à Semântica lógica. Essa última abrange também os campos mais formalizados ou matemáticos da Lógica. Portanto, emprega-se

a expressão “Semântica lógica” para tratar de um vasto campo de especulações e aplicações.

Semântica psicológica, Semântica lógica e Semântica linguística não são a mesma coisa, apesar de utilizarem teorias umas das outras e pertencerem à mesma zona de indagações científicas. A Semântica psicológica pesquisa a solução de problemas que interessam também à Lógica, o signo, a mente e a comunicação, caso seja entendida como um campo mais amplo do que a Lógica formal. A presente exposição não adentrará nos meandros da Semântica psicológica, por estar fora dos temas em foco neste trabalho.

Da mesma forma, interessam à Semântica linguística as teorias que sustentam a prática e a teoria de tratamento da informação. Sabe-se que a Semântica linguística é, sobretudo, estrutural. Para Hjelmslev, o único modo de conceber a Semântica estrutural é aceitar como hipótese a noção de estrutura e o conceito de valor, ambos anunciados antecipadamente por Saussure. Este último, por sinal, figura como uma das principais bases teóricas nos manuais sobre Semântica (Guiraud, 1972, p.22).

Como visto, o significado para Saussure (1970) é uma das faces do signo linguístico, juntamente com o significante. É o conceito, o conteúdo que se liga a uma expressão. Quando tomado isoladamente, o significado do signo apresenta-se facilmente distinguível. Entretanto, o significado não pode ser avaliado sem fazer menção ao entorno contextual ao qual pertence. A simples fonação de um sintagma não quer dizer que seus elementos receberão isoladamente um significado único. As relações que se estabelecem com as demais palavras no contexto da enunciação ou da escrita são as que definirão o significado.

Nesse sentido, não haveria uma verdade ou uma condição anterior predisposta a delinear o significado de palavras ou frases. O papel do contexto é representado pelos eixos sintagmáticos e associativos. As palavras, dispostas uma após a outra, condicionam a função de cada uma delas, limitando-as mutuamente.

Uma palavra com significado ou significante semelhante sempre competirá com outras concorrentes e disponíveis na língua. O

valor de uma palavra será determinado por seu emprego e este por um contexto mais amplo, em que ocorrem as execuções do sistema. Uma unidade se opõe à outra, e é isto que permite identificá-la e diferenciá-la.

Salienta-se que na visão saussuriana e de semanticistas estruturalistas, “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (Saussure, 1970, p.80). O significado não é obtido pela análise e comparação com a realidade extralinguística. As fronteiras da teoria linguística somente tornam-se evidentes quando divididas desse modo.

Em contraposição, em Chomsky, por exemplo, encontra-se uma preocupação com a origem dos enunciados e com especulações sobre o que é inato na mente humana. Tal argumento está mais próximo de uma filosofia racionalista ou de um idealismo clássico sobre a origem da linguagem, submetido ao rótulo extralinguístico.

Na literatura especializada denominam realidade extralinguística genericamente, mesmo sendo constatado que as posições a respeito dessa questão variam muito. A palavra “extralinguístico” aceita as possíveis acepções: realidade sensível (ou a realidade fenomênica), a coisa-em-si kantiana (ou os noumenos), a realidade nomeada, conhecida culturalmente. Essa realidade nomeada parece ser admitida na noção de Eco (2000) e grande parte dos teóricos que contemplam um possível referente. Para Eco, não se trata da coisa, mas das possibilidades de denominação da coisa recordada pela cultura e delimitada pela língua. Sobre esse problema voltar-se-á posteriormente, quando se visitar uma das noções mais importantes de referente em vigor, e que causam muitas dificuldades de entendimento entre lógicos e linguistas: a noção de referente de Frege.

O projeto de uma Semântica linguística, com seu fundo estrutural, recebeu forte impulso de Hjelmslev (1972), que produziu um texto para tal finalidade. Um fato característico das iniciativas de Saussure e Hjelmslev é a tentativa de erigir uma Semântica sem influências externas ou que não sejam fundadas nos conceitos linguísticos (estruturais). O *Cours* procura desempenhar essa função

de certa forma, bem como os *Prolegômenos*. Hjelmslev (1972, p.127-8) sublinha: “Finalmente, também é essa a razão por que a semântica, esse fruto tardio entre as disciplinas linguísticas, tem nascido de um diacronismo e em parte de um psicologismo exclusivos, e tem dificuldades para encontrar suas bases nos marcos da linguística estrutural”.

Tal esforço emancipatório da Linguística teve como consequência um afastamento de disciplinas como a Epistemologia para, assim, constituir um ponto de vista linguístico sobre o significado. Segundo Hjelmslev (1972), as explicações detectadas em uma análise dos conceitos resultam ou da natureza do objeto (realismo) ou do método (nominalismo). Conclui o linguista: “Esse problema é evidentemente de ordem epistemológica e ultrapassa os limites do presente estudo e a competência da linguística enquanto tal” (Hjelmslev, 1972, p.132). Nesses termos, parece que o problema epistemológico não é pertinente ao linguista, conseqüentemente, à Linguística.

Enquanto proposta, Hjelmslev (1972, p.130-45) reconhece que, para existir, a Semântica estrutural – subentendendo toda a Semântica que deseja ser linguística – deverá se basear em alguns parâmetros. Em primeiro lugar, definir o que se entende por estrutura. Em segundo, introduzir a noção de valor e de significação, pois o valor como um elemento da significação é diferencial, isto é, um valor possui um sentido diferencial, opositivo ou negativo. A significação constitui o domínio da substância de conteúdo e a forma de conteúdo tem de ser arbitrária. Em terceiro lugar, situar valor e significação. Em quarto, a substância semântica comporta vários níveis: físico, da percepção e de apreciação coletiva. Presume-se que o nível coletivo interesse à Semântica estrutural. Além do mais, deve-se operacionalmente decompor os níveis de signos; signos mais extensos, signos mínimos e partes de signo, reduzindo os signos mais extensos por diferentes níveis de análise (Hjelmslev, 1972, p.144-5).

Lopes (1995) recorda que Hjelmslev introduziu a necessidade de localizar unidades menores do que o signo, isto é, componentes do signo. O componente mínimo é chamado de sema ou o menor traço semântico pertinente. Nesse sentido, classifica a contribuição de

Hjelmslev na análise componencial. Essa disciplina deveria propor dois objetivos: descrever a organização interna dos diferentes campos semânticos e descrever o mecanismo pelo qual diferentes campos semânticos se integram, formando um sistema com a unidade maior (Lopes, 1995, p.241). É evidente que as contribuições de Hjelmslev não se resumem à discussão dos parâmetros gerais de uma Semântica estrutural. Há, no campo da teoria dos signos, inovações teóricas de autoria do linguista dinamarquês que dizem respeito à denotação e à conotação, além do conceito de semiótica.

A teoria dos campos semânticos procura valorizar as relações que uma unidade lexical estabelece com o seu meio. As unidades linguísticas formam complexos grupos de palavras unidas por palavras-chave, cada grupo sendo organizado a partir da identificação de palavras-chave fundamentais, essenciais na área de especialidade em questão. “O fundador da teoria dos campos de palavras, J. Trier, observou que as unidades léxicas de uma língua se deixam reunir em grupos estruturados de tal modo que cada unidade fica definida pelo lugar que ocupa respectivamente à posição das demais” (Lopes, 1995, p.242).

Guiraud (1972) inclui a teoria dos campos semânticos na Semântica linguística estrutural, na medida em que esta conserva uma das teses básicas do estruturalismo: a identificação não da palavra isolada, mas da capacidade de seu entorno produzir o significado efetivo de uma unidade linguística. Para o autor, “J. Trier, em seu *Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes* (Heidelberg, 1931), estuda as palavras em relação ao setor conceitual do entendimento, e mostra que elas constituem um conjunto estruturado, dentro do qual cada uma delas está sob a dependência das outras” (Guiraud, 1972, p.87).

Contudo, salienta-se que há estudos na mesma direção que reforçam o princípio defendido por Trier, como a teoria dos campos associativos de Bally, a lexicologia de Matoré, a teoria das esferas de pensamento de Sperber e a teoria de campos morfossemânticos de Guiraud.

Greimas (1973) prossegue na tentativa estruturalista de empreender uma Semântica linguística. Trata-se de uma expansão da teoria semântica estruturalista, tal como se apresenta nos escritos de Saussure e Hjelmslev. Lopes (1995), tendo justificado as principais limitações das diversas linhas semânticas (Semântica lógica, Semântica contexto-situacional e Semântica gerativa), não despendeu o mesmo esforço de crítica ao exame da Semântica de Greimas, o que incluía, necessariamente, a discussão de possíveis limitações.

Esse fato reforça a premissa de que a proposta greimasiana é uma das mais importantes empresas da Semântica linguística estruturalista. O objeto da semântica greimasiana é descrever as línguas naturais na sua qualidade de conjuntos significantes, trata-as como língua-objeto, produzindo um discurso que condiz com uma metalingua, da qual se vale para estudar o objeto em questão (Lopes, 1995, p.311).

Tendo em vista os temas de aplicação da Semântica greimasiana: literatura, contos, narrativas, sistemas simbólicos de natureza não verbal, conclui-se que sua exposição deve acompanhar as demais apresentações da teoria dos signos, portanto, será apresentada em outra seção. Não se objetiva, com isso, concebê-la como apenas semiológica, porém é compreendida duplamente: como Semântica estrutural e como Semiologia do discurso.

Ressalta-se ainda que somente acompanhando as demais correntes da Semântica será possível entender as razões da distância existente entre as explicações lógico-filosóficas e as propriamente linguísticas do significado. Essas seriam as duas formas que mais influenciam o entendimento da significação.

Nesse sentido, acredita-se que a corrente lógica da Semântica acaba por ser mal interpretada, deixando de discutir os teóricos que poderiam inserir a esse ponto sua contribuição. Isso, conseqüentemente, afeta a disposição das influências da Linguística na organização da informação e do conhecimento.

Para a Semântica linguística estrutural, a noção de objeto ou de algo que está fora do signo é concebível, porém não determinante

em sua teorização. As críticas de ramos da Linguística endereçadas à Semântica lógica, por esta aceitar a noção de referente, mostram-se pouco esclarecedoras sobre a articulação do referente com o significado.

Como aventado anteriormente, alguns linguistas compreendem por extralinguístico uma série de pressuposições: realidade fenomênica, a coisa em si mesma, realidade designada. É extralinguístico algo que está fora do mental. Explicar essas noções é de fundamental importância para abrir espaço a considerações sobre a Semântica lógica e demais teorias do signo que respeitem pressupostos lógicos e uma leitura triádica do signo, sem, contudo, classificar antecipadamente tais conceitos como inadequados ou inviáveis à teorização do significado.

Em primeiro lugar, pode-se supor que a *realidade fenomênica* (relativa aos fenômenos) consiste na forma que o mundo se mostra aos sujeitos, o fenômeno seriam as coisas como as conhecemos, de acordo como se apresentam, em formas e aparências. A realidade fenomênica consistiria em uma das acepções do extralinguístico.

Em segundo lugar, presume-se que a *coisa* é considerada nela mesma e independente do conhecimento que se poderia ter dela, tal como Kant (1980) definiu os noumenos. São as coisas não consideradas como fenômenos. Destas, não se pode nada conhecer sem a mediação dos fenômenos que indicam sua presença. Nesse sentido, considera-se que a coisa é tomada como entidade cujas propriedades são químico-físicas e podem ser estudadas por outras ciências, menos a Linguística.

O terceiro entendimento perfaz as coisas como elas podem ser a partir das convenções socioculturais que as designam, o que se pode chamar de *coisa culturalizada*. A língua influi na nomeação das coisas e as possibilidades de definição são dadas pela linguagem. Quando se esclarecem as diferenças substanciais dessas concepções logo se verifica que, em muitas ocasiões, alguns textos tratam indiferentemente tais particularidades. Pode-se ainda pensar no referente enquanto uma *entidade textual* funcionando como índice. Nessa acepção, verifica-se a capacidade de frases e palavras reme-

terem a partes anteriores (anáfora) ou posteriores (catáfora) de um discurso.

Sabe-se que cada uma dessas três acepções propõe consequências fundamentais para a teorização do referente. Por exemplo, uma crítica proveniente da Linguística sobre a teoria do referente fundamenta-se na equivalência entre coisa e referente, contudo, deverá reconhecer que em certos momentos o referente será um fenômeno e, por conseguinte, da ordem do mental. Seguindo essa leitura, a comparação de referente com fenômeno produzirá uma separação artificial, na medida em que, em ambas as situações, o fenômeno será algo percebido mentalmente.

Em geral, mencionam como referente as coisas, quando, na realidade, ele cumpre uma função lógica e em nenhum momento diz respeito, exclusivamente, a coisas individuais ou às suas propriedades físico-químicas. Isto é, objeto do signo será todo e qualquer elemento que cumpra a função de ser o pressuposto de uma representação. Apesar disso, a teoria do signo na Linguística estrutural não se manifesta no sentido de aceitar que os elementos exteriores ao sistema possam direcionar o curso da representação do signo linguístico. O argumento privilegiado é o de Saussure, que sustenta a não motivação no signo linguístico, pois não se refere a objetos exteriores para iniciar a construção do significado.

Ora, se não houvesse motivação, como se poderiam conhecer as coisas? O conhecimento do código linguístico parece não garantir a efetivação do significado. Deve-se considerar que há um contexto anterior e um relacionamento social com os objetos que corporificam os significados. A tese defendida no ensaio de Blikstein (1985) responde satisfatoriamente ao problema da significação real que condiciona o conhecimento humano. Para o autor (1985), a significação é um processo que se origina antes da simbolização gerada pelo signo linguístico, é construída pelo contexto social, bem como pelo convívio com as coisas, os noumenos e seus fenômenos.

Supõe-se que o conhecimento humano não se origina no signo linguístico, pode ser que até se amplie com sua realização. Na opinião de Blikstein (1985), a Linguística e a Semiologia rejeitam o

referente, mas este é um elemento fundamental ao estudo geral da linguagem humana e sua conexão com o conhecimento da realidade. Parece ser um tema à margem da especulação da Semântica estruturalista; no entanto, não pode ficar excluído quando se teoriza sobre o conhecimento humano em geral e suas conexões com a linguagem. O objetivo não é contestar o olhar linguístico sobre a questão – mesmo porque foram poucos os teóricos mencionados –, mas ressaltar a relevância desse conceito para uma teoria triádica dos signos com base na Filosofia.

Outra teoria que supostamente influenciou muitos lógicos e linguistas, e que tem contato com as noções discutidas anteriormente, é a teoria da referência de Frege. Ela é fonte de muitas incompreensões e equívocos. A teoria lógica do significado funda-se na anuência da determinação do signo por algo fora dele – mas que não está literalmente distante –, isto é, um elemento que subjaz a qualquer cognição ou conceito.

Uma teoria lógico-filosófica do significado deve examinar as influências do referente para daí tirar argumentos sobre a verdade das sentenças e as condições de apresentação desse fenômeno como realidade. A teoria linguística desenvolvida por Saussure, e principalmente por Hjelmslev, demarcou como condição principal as relações de significado subjacentes à estrutura da linguagem. Eles propunham afastar todo tipo de realismo dos objetos exteriores, mas preservar o realismo das entidades virtuais presentes no sistema. Em outras palavras, um tipo de idealismo.

Quando se busca encontrar as contribuições da Lógica na teorização do significado, tem-se que aderir às discussões propostas pela Filosofia. Uma teoria geral dos signos somente pode trazer contribuições ao estudo do significado se considerar a perspectiva lógica da Semântica. Ela resgata o problema do referente que transpassa a relação humana com os objetos e a simbolização. Talvez seja nesse eixo que se encontrem os parâmetros essenciais para se delimitar o campo das teorias linguísticas do signo e das teorias lógicas do mesmo. Não há possibilidade de compreender, efetivamente, uma Semiótica sem a aceitação anterior da perspectiva lógica do

significado. Seria contraditório supor que é dispensável à teoria lógica a menção de objetos, aos quais faz referência. Como registrado, objeto não é somente coisa, mas um elemento que realiza uma função lógica no jogo da significação.

A noção lógica de referente de Frege parece ter sido considerada em segundo plano, de acordo com os propósitos da Linguística. Frege (1974, p.195), antes de qualquer coisa, parece objetivar a eficiência dos signos escritos para diminuir a ambiguidade da linguagem; a principal tese é mostrar a eficiência dos sinais para conduzir as operações lógicas. De início, o autor aceita a influência do exterior como força motriz que orienta nossa atenção; em seguida, as percepções sensíveis podem ser reunidas em diversas formas de sinais. Como lógico, Frege constata que o significado das palavras é fugidio, transita de uma expressão a outra; é nesse contexto que uma linguagem artificial teria um campo de aplicação. A Lógica, como instrumento intelectual dos cientistas, deve conduzir mais rapidamente a raciocínios válidos e acusar quando estes são feitos de maneira enganosa.

O problema de Frege, no âmbito da Lógica, e sua respectiva solução, é considerar os sinais como tentativa de superar as inconsistências da linguagem comum, e isso parece entrar em desacordo com as explicações linguísticas centradas no estudo de outros discursos que não o científico. O argumento de que a “verdade” do significado pode ser revelada a partir da análise de uma proposição não é aceito sem resistências.

Frege (1974, p.195-6) explicita a participação de três elementos na formação do signo: a coisa ou as coisas semelhantes, singular e do exterior; o sinal, como as palavras e os sinais matemáticos; e o conceito, que é comum ao sinal e à coisa. À primeira vista, parece que Frege especifica que coisa é algo do exterior, o que pode gerar dificuldades quando se procura aplicar essa tríade não mais em termos, porém em enunciados mais complexos.

Essa crítica parece ter levado Lopes (1995) a classificar a Semântica lógica como semântica da palavra isolada. Ainda para Lopes (1995, p.247), Frege condiciona a significação ao seu valor

de verdade e por trazer ao fenômeno cultural o objeto da realidade fenomênica, extralinguístico. Lopes (1995) entende que este é um problema da Lógica e da Moral, e não um problema da Linguística. Encontra-se aqui novamente a necessidade de se separar com precisão os conceitos: objeto, realidade e fenômeno.

Para o autor, em Frege, referência é o objeto a que o signo se refere, sentido é o modo de exprimir a referência, e imagem associada constitui-se na associação subjetiva que cada sujeito faz do sentido (Lopes, 1995, p.245-6). O objeto deve ser compreendido na sua forma mais ampla, o que é pouco esclarecedor, pois, de fato, não o define nem sugere que se trata de uma função lógica. É presumível, partindo de exemplos fornecidos pelo autor, que a referência será da ordem da realidade exterior ao fenômeno linguístico. De qualquer modo, o importante é ressaltar que o conceito de signo de Frege é triádico.

Na mesma linha, Ducrot & Todorov (1988, p.230-1) afirmam que, em Frege, referência trata do referente do signo, expressão que o designa; e sentido, a maneira pela qual ela designa esse objeto. Contudo, Ducrot & Todorov (1988) atrelam a noção de referente de Frege ao âmbito dos objetos reais que designa. Em uma interpretação linguística do referente, definem-no como objeto designado que mediante uma expressão forma seu referente, e tal realidade não é a realidade, o mundo (Ducrot & Todorov, 1988, p.229).

Mas a referência de Frege diz respeito à tradução da palavra alemã *bedeutung*, que, nesse contexto, pode receber dois empregos: o de objeto real e o de classe de objetos possíveis a que o signo se refere, ou seja, um objeto-tipo (Eco, 2000, p.50-1). Nessa segunda acepção, assemelha-se ao conteúdo. É uma definição de entidade histórica, um conteúdo denotado. Eco (2000) argumentará que somente se a referência for entendida dessa última forma é que interessará à pesquisa semiológica.

Tais interpretações tendem à valorização do entendimento de referência em Frege como algo da realidade designada e da realidade objetiva, e este segundo, como tal, não interessa à Linguística – a não ser quando o compreende como um recorte cultural. Pre-

sume-se que a preferência por essa interpretação da teoria do signo de Frege tenha gerado dificuldades em se adotar a noção de referente, bem como toda e qualquer visão triádica do signo.

Ocorre que, em Frege, não há uma equivalência única e precisa entre a referência e o real, fato que desfaz o pseudoproblema da equivalência para todas as ocasiões. Uma reflexão acurada e derivada da Lógica pode pontuar qual o real problema de Frege, para daí revisitar a pertinência dos conceitos lógicos do signo. Segundo Haack (2002, p.96-7), Frege indagou-se sobre se os nomes próprios têm sentido e referência. Assim, perguntou: Como pode “ $a = b$ ” ser mais informativo que “ $a = a$ ”, se “ a ” é “ b ”? Sua resposta sustenta que a referência de “ a ” é a mesma de “ b ”, contudo, o sentido de ambos é diferente. É essa diferença que acrescenta maior grau de efetividade.

O nome próprio é tanto nome ordinário quanto descrições. O nome é a expressão que se refere a um objeto definido, porém há outros nomes que não denotam um objeto real (idem, p.98). Nesse sentido, referente não pode ser concebido unicamente como o conjunto da realidade, apesar de, em varias ocasiões, compreender elementos desta no processo de referência. Tal posição não faria jus à especificidade da teoria lógica do signo de Frege.

Para Frege, as variações de sentido são toleráveis se a referência permanecer a mesma. Como a referência não se subsumirá apenas à realidade, tampouco se aplicará estritamente aos nomes próprios – ou à palavra isolada de Lopes (1995) –, o que, de fato, se pode entender por ela? A resposta mais condizente à matriz teórica fregeana habilita como referência os seguintes elementos: objeto (real ou fictício), conceito (classes de coisas) e valor de verdade.

Segundo Frege, a referência será um objeto quando sua expressão for um nome próprio e na medida em que o sentido for o significado deste nome (Haack, 2002, p.97); a referência será um conceito para sua expressão que será um predicado, e o sentido constituirá o significado da expressão predicativa. Quando a referência constar como valor de verdade, sua expressão será uma sentença em que seu sentido será uma proposição.

Desse modo, fica evidente que a teoria de Frege não se limita a dizer, sobre a referência, que ela equivale à coisa em todas as situações. Além do mais, o argumento de que a Semântica lógica analisa a palavra de forma isolada também não se sustenta, pela simples presença da noção de proposição. O importante é que a teoria do signo, proposta por Frege, é triádica, e procura pensar o objeto (referência ou referente) em sua função lógica no signo.

Reitera-se a importância da perspectiva lógica do significado. Negligenciar tal concepção pode trazer consequências consideráveis para os campos de pesquisa que explicam o fenômeno da linguagem. Além de Frege, outros teóricos contribuíram para a ampliação da Semântica, do ponto de vista da Lógica: Agostinho, Locke, Peirce, Welby, Morris, Carnap, Hilbert, Russell, Cassirer, entre outros. Santo Agostinho, por exemplo, já definia signo com o auxílio das concepções de expressão, coisa e significado (Blikstein, 1985, p.24). As demais contribuições seguiram a versão triádica do signo.

Não sem razão, Morris dividirá a teoria lógica do signo em três modos de ação do signo. Entre estas, ficou conhecida por Pragmática esse ramo da teoria dos signos que estuda os usuários dos signos, os locutores, suas modalidades de uso cotidiano e contextual (Morris, 1976). É fato que Morris recebeu forte influência do Pragmatismo clássico, pois suas principais teses vão ao encontro das expectativas teóricas de seus fundadores, entre eles Peirce.

A Semântica lógica, em sua versão presente na Lógica simbólica moderna, evoca a preocupação de Frege a respeito da possibilidade de se efetivar uma linguagem que sirva de guia para o pensamento. Não é outro o objetivo a não ser livrar-se das encruzilhadas do pensamento, em suas manifestações enganadoras que inibem a verificação do significado das expressões. As críticas endereçadas a essa concepção fundam-se na premissa de que a Lógica simbólica visa retirar da linguagem o atributo sociocultural. Contudo, o problema lógico diz respeito a como operacionalizar mais rápida e corretamente as cadeias de deduções decorrentes da análise dos argumentos.

Respeitando essa particularidade, reitera-se a relevância da noção triádica do signo proveniente da Lógica, bem como as soluções encontradas para os problemas do significado em contextos especializados. Dedicar-se a tais questões não significa que os aspectos sociais devam ser retirados das análises lógicas, porém essas características já participam da construção do significado, apenas sendo substituídas por algum símbolo e outros que reconstituam seu contexto.

Sem fornecer maiores explicações dos desdobramentos da concepção lógica do significado, neste momento, merece destaque a concepção geral do lugar da Semântica. Segundo essa perspectiva: “A semântica faz parte, portanto, aqui, da lógica, que é o estudo das formas e das leis do pensamento, sendo, ao mesmo tempo, uma arte da linguagem instrumento do pensamento, um logos a um só tempo palavra e razão” (Guiraud, 1972, p.110).

O grupo que catalisou as contribuições lógicas para o significado dos conceitos científicos ficou conhecido como Escola de Viena, que avançou, consideravelmente, na versão positiva da ciência. As teses dos integrantes da Escola repercutiram mundialmente nos círculos acadêmicos, e se seguiu uma visão matematizada da linguagem científica.

Apesar de a Semântica ser um campo fundamental para a Linguística estrutural e a Lógica formal e simbólica, após a década de 1950, outros horizontes teóricos firmaram-se no âmbito da Linguística. Na esteira da Pragmática de Morris, uma série de contribuições levantou o problema da linguagem do ponto de vista do sujeito. É precisamente o que se pode entender por uma tentativa de inserção do sujeito na teoria linguística, pois Saussure tinha-o destituído de um papel ativo. Tal reconsideração do sujeito poderia passar pela linha da enunciação de uma Sociologia da língua ou por uma perspectiva pós-estruturalista.

Nas décadas seguintes, nota-se como fundamentais os avanços de uma Linguística do texto, bem como das teorias e estratégias de Análise de Discurso e Análise de Conteúdo. As três tiveram impacto em outras disciplinas, entre elas a Ciência da Informação,

especificamente, a organização da informação e do conhecimento. Um levantamento dos principais conceitos da Análise de Discurso e de Conteúdo não será apresentado, contudo registra-se a pertinência dessas disciplinas no tratamento da linguagem para a recuperação da informação.

Não obstante, no que se refere ainda à Semântica lógica, verifica-se que esta procura estabelecer parâmetros para definir os conceitos, principalmente os científicos, fato que a aproxima de campos de pesquisa e atuação profissional mais aplicados. Alguns deles sustentaram-se nas teses lógicas sobre a definição de termos e conceitos no âmbito científico. Esse fenômeno parece ter ocorrido com a Terminologia.

A Terminologia é a ciência que estuda os termos científicos e técnicos. O trabalho do terminólogo pode gerar produtos que beneficiem o desenvolvimento das ciências e das áreas profissionais. Apesar de a Terminologia não ser considerada unanimemente um ramo disciplinar da Linguística, parte de seu referencial teórico provém da ciência da língua, e por isso está inserida nesta seção.

Para Cabré (1995, p.289), sob a expressão “Terminologia” encontram-se diversas compreensões: uma disciplina, uma prática e um produto gerado a partir dessa prática, respeitando as teorias da disciplina em questão. Enquanto disciplina, ocupa-se de termos especializados; na condição de uma prática, concebe as diretrizes e os princípios para compilar termos; e, no que tange ao produto, corresponde a um conjunto de termos de um campo de especialidade (Cabré, 1995, p.289-90; Dias, 2000, p.90). Uma década depois, a autora (2005, p.2) sustentou que sob a Terminologia se devem entender quatro vertentes: uma necessidade social, uma prática social para responder a essa necessidade, uma aplicação ou produto gerado a partir dessa prática e um campo do conhecimento.

Interessa, antes de mais nada, apontar os fundamentos linguísticos da Terminologia. Para tanto, devem-se destacar as principais definições em torno do objeto da Terminologia. Não cabe, neste momento, discutir se a Linguística compreende a Terminologia como um de seus ramos, o fato é que conceitos do estruturalismo

linguístico, bem como outras escolas da Linguística, estão presentes nessa disciplina.

A Terminologia, segundo Krieger (2001b, p.35) e Boulanger (1995), tem por objeto o termo técnico e científico. Krieger (2001a, p.23) define termos como as “[...] entidades complexas que, a despeito de suas particularidades, integram o funcionamento das línguas naturais”. Cabré (2005, p.10), por outro lado, define como objeto da Terminologia as unidades terminológicas, as quais possuem conteúdos especializados e, portanto, podem receber um tratamento pluridisciplinar.

Quaisquer palavras ou expressões de um campo de especialidade dotadas de valor podem ser consideradas termos. Os conceitos são unidades de conhecimento e devem possuir uma conexão com a unidade terminológica para serem expressos. Esses campos podem ser definidos como campos científicos e técnicos quanto às áreas ocupacionais. Eles dispõem de uma língua particular, e os pesquisadores, técnicos e profissionais participam ativamente na construção do curso especializado. Podem-se também compreender esses campos mais gerais como domínios, tal como a Química, e como subdomínio, a Química Orgânica. Contudo, domínios e subdomínios não se referem apenas às ciências, compreendem também os campos indicados anteriormente.

A relação com os conceitos técnico-científicos é condição essencial para se chegar ao termo. Um termo representa o conceito especializado e tem com este uma relação necessária. São verdadeiras representações de unidades de conhecimentos, e não simples unidades lexicais (Krieger, 2001b, p.35). As palavras da língua não especializada podem – como muitas vezes ocorre – corresponder a termos de campos científicos, técnico ou profissional, no entanto, o termo é reservado ao vocabulário especializado. Na linguagem saussuriana, o sistema língua conteria o subsistema língua especializada.

No desenvolvimento da Terminologia enquanto disciplina, identifica-se um conjunto de linhas teóricas que divergem quanto ao seu escopo e à posição do campo diante de outras disciplinas que es-

tudam a linguagem. A primeira corrente que representou a fundação do campo da Terminologia como ciência autônoma é denominada Teoria Geral da Terminologia (TGT). A TGT baseou-se na proposta do engenheiro austríaco Eugen Wüster, decorrente de sua tese de doutorado *Normalização internacional na técnica, especialmente na eletrotécnica*, defendida na década de 1960, e que se manteve fiel às ideias do Círculo de Viena (Krieger, 2001a, p.23), construindo as bases de sua teoria já na década de 1930 (Barros, 2006, p.22).

Conhecida como teoria clássica, ela defende uma perspectiva normativa, considerando o conceito como unidade de conhecimento autônoma. Isso quer dizer que o termo e os conceitos não são entes indissociáveis. Na realidade, a associação de um termo ao conceito pode ser algo contingencial. Barros (2006, p.22) salientou que a TGT concebe o conceito e o termo como coisas independentes, a unidade de conhecimento constituinte do conceito preexiste aos termos. Essa interpretação difere radicalmente da proposta de signo linguístico, em que há união indissolúvel entre a expressão e o conteúdo de um conceito. Para a TGT, o procedimento adotado é onomasiológico, pois parte dos conceitos de um campo de especialidade para se alcançar as denominações ou indicação dos termos.

Não obstante, para garantir maior comunicação entre os especialistas, deve-se proceder à padronização dos termos, mediante conceitos facilmente denomináveis (Krieger, 2001a, p.24-5). Uma vez que as terminologias representam conceitos e não simples significações, não são as representações comuns de palavras do léxico, mas sinalizam a presença de uma unidade de conhecimento irreduzível a uma palavra qualquer. Os conceitos, da perspectiva da TGT, são representações das características e relações dos objetos. A preocupação com a eliminação das ambiguidades e a supervalorização dos conceitos diante dos termos fazem da teoria de Wüster um espaço com fraca inserção dos conceitos linguísticos.

Em alguns procedimentos aplicados, a Terminologia se aproxima da Lexicografia, que parte inicialmente de uma lista de palavras para, então, defini-las. Esse processo é conhecido como

orientação semasiológica. A Lexicografia subentende a não padronização. Por conta disso, é menos descritiva e tem como um dos objetivos produzir dicionários gerais.

Contrariamente, a Terminografia parte de conceitos ou estrutura nocional para consultar o uso em especialistas, procedimento chamado de onomasiológico. É fortemente orientada para a normalização, a padronização e, conseqüentemente, a univocidade dos termos. É mais descritiva que a anterior e tem como finalidade produzir dicionários especializados (Cabré, 1995, p.394; Krieger, 2001a, p.25). Esse procedimento descritivo da Terminologia oferece subsídios práticos na coleta de termos utilizados em contextos especializados, possibilitando a elaboração de glossários, terminologias, etc., monolíngues ou bilíngues.

Krieger (2001a, p.23-4) salienta que a TGT é considerada um ramo da Linguística aplicada e estabelece relações ou encontra-se em convergência com a Linguística, a Lógica, a Ontologia, as Ciências da Informação e diferentes campos científicos beneficiados por seus resultados. Cabré (1995, p.291) acrescenta que a TGT foi a primeira posição da Terminologia, a qual procurou sustentar sua autonomia e autossuficiência, argumentando que os termos não são especificamente linguagens, apesar de incluírem uma linguagem. Também é fato que a TGT foi construída à margem da concepção da Linguística e das inovações no campo da Semântica e Pragmática, separando conceito de designação, enfatizando a forma escrita dos discursos e dispensando a diacronia subjacente ao estudo da linguagem (Cabré, 2005, p.3-4).

Por outro lado, a TGT foi profundamente influenciada pela Lógica e por suas concepções de linguagem, conceito, termo e definição. A TGT surgiu antes de novos movimentos de teorização da Terminologia e guarda estreita relação com as teses do Círculo de Viena, ou positivismo lógico. Para essa escola, a linguagem científica deveria ser mais apurada, utilizando a perfeição da linguagem lógico-matemática como modelo representacional da realidade empírica. Havia uma crença na neutralidade das palavras e dos conceitos científicos na incumbência de representar realidades. Presumiu-se que a análise

lógico-matemática dos conceitos seria um meio eficaz de se alcançar a validade do argumento científico.

Fora dessa discussão e tendo uma posição supostamente mais crítica em relação ao escopo da Terminologia, está presente a proposta que defende uma Terminologia como subdisciplina – não autônoma –, mas partindo de outras disciplinas como a Linguística, a Filosofia ou as áreas científicas. A Terminologia seria um apêndice de outras disciplinas, segundo assevera Cabré (1995, p.291).

Pode-se pensar que as reflexões socioterminológicas defendem a dependência relativa da Terminologia. Boulanger (1995, p.314) reconhece esse aspecto subalterno da Terminologia em relação ao campo da Linguística, como uma ideologia que domina o rótulo Terminologia. Para uma teoria sociológica da Terminologia, “o signo terminológico passou a ser tratado de acordo com a concepção saussureana de unidade entre o significante e o significado”. (Barros, 2006, p.22). Segundo essa perspectiva, os estudos no interior da Linguística proporcionam uma matriz teórica a responder aos aspectos socioculturais da constituição dos termos. A Terminologia é dependente dos estudos gerais desenvolvidos pela Linguística, muito mais que na TGT.

A Teoria Socioterminológica (TST) estaria entre as perspectivas da não autonomia. Contudo, ela aceita o relacionamento interdisciplinar com outros campos de estudo como uma condição indispensável. Para Boulanger (1995, p.313), “[...] a terminologia é um campo da linguística, tanto sob o ponto de vista da teoria, quanto sob o ponto de vista da prática”. É uma perspectiva que concebe claramente a Terminologia como subdisciplina que, atualmente, integra programas de ensino universitário em Tradução e em Linguística. Krieger (2001b, p.36) registra que França e Canadá contribuem, significativamente, para a reflexão socioterminológica.

Sendo um ramo especial da Linguística, o parâmetro para se preceder a quaisquer definições não poderia ser outro senão o semasiológico. Primeiro, delimita-se o contexto de uso dos termos, bem como os candidatos a termos, para, em segundo lugar, efetuar

a definição buscando o conceito. O estudo do léxico, por conseguinte, é indispensável para o terminólogo orientado por essa perspectiva.

O uso da linguagem é uma ênfase dos estudos socioterminológicos. É provável que o funcionalismo linguístico, bem como os estudos da linha pragmática, centrada no uso e nos usuários da língua, tenham contribuído significativamente para a TST. O contexto linguístico proporciona as diretrizes para a definição dos termos e a delimitação das práticas de seus usos.

A terceira corrente do estudo das unidades terminológicas é conhecida como Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), desenvolvida por Maria Teresa Cabré e um grupo de colaboradores da Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, nas décadas de 1980 e 1990 (Krieger, 2001b, p.35; Barros, 2006, p.22). O objetivo fundamental é promover a comunicação entre as pessoas, e, para tanto, devem-se conceber os termos em sua capacidade de ligar intersubjetivamente comunidades. A principal característica da Terminologia é ser interdisciplinar e autônoma, mesmo recebendo contribuições de várias disciplinas que oferecem subsídios à teorização e à prática com os termos.

O cenário da discussão de Cabré é esse contexto contemporâneo em que a comunicação entre as pessoas é cada vez mais potencializada com os usos das novas tecnologias da informação, a expansão e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa. O conhecimento científico atingiu altas taxas de interação com pessoas especialistas e não especialistas, a multiplicação dos intercâmbios linguísticos e culturais. Em outras palavras, um fenômeno abrangente que se pode qualificar de globalizante.

Para Cabré (1995, p.291), a TCT sustenta que a Terminologia é uma disciplina autônoma, interdisciplinar e constrói sua especificidade a partir das disciplinas de que é devedora. Tem fundamentos da Linguística e da Documentação e supõe como primordial a comunicação pragmática entre falantes e suas situações de comunicação (Cabré, 1995, p.293). As unidades terminológicas podem receber tratamentos pluridimensionais, sugerindo que o termo é ao

mesmo tempo uma unidade de conhecimento, uma entidade linguística e uma unidade de comunicação (Barros, 2006, p.26).

Diferentemente da TGT, o termo aqui se apresenta em um contexto mais complexo, pois é instrumento de comunicação intersubjetiva, ao mesmo tempo que se constitui em uma entidade cognitiva e linguística. Não se pode alijar o termo de seu contexto, que motiva uma leitura dos fenômenos contemporâneos em seu entorno, os quais indicam, por exemplo, que os termos não objetivam tão somente a comunicação entre especialistas, mas a comunicação destes com outras comunidades discursivas.

A ênfase na comunicação está associada a um conjunto mais abrangente de teorias parceiras que não devem ser evitadas pela Terminologia. Cabré (2005, p.5-7) reconhece que a Terminologia dispõe de teorias que superam a menção isolada da Lógica e da Linguística, contemplando a Semântica, a Pragmática, o funcionalismo linguístico, a Linguística de *corpus*, a Análise de Discurso, as ciências cognitivas, a Linguística computacional, a indexação automática, a Sociolinguística e a Linguística do texto.

Compreende-se que, devido aos trabalhos de elaboração de repertórios terminológicos, a Terminologia integra um processo comunicacional. Krieger (2001a, p.28) comenta que esta é uma Terminologia de base linguístico-comunicativa. Desse modo, reconhecer o funcionalismo linguístico como uma escola fundamental para verificar os atos de linguagem, segundo suas funções, com ênfase na comunicação, é, de certo modo, pressupor a função comunicativa das terminologias e dos conceitos.

Há, evidentemente, muitos conceitos linguísticos presentes na teoria terminológica, dependendo da corrente em questão. Tais conceitos estão indiretamente sendo incorporados como arcabouço teórico da organização da informação e do conhecimento, na medida em que esta recebe contribuições terminológicas. Na organização da informação e do conhecimento, os procedimentos terminológicos se tornaram essenciais para representar conceitos de campos especializados do conhecimento científico, o que, em última análise, facilita a organização de documentos para posterior recuperação. Kobashi

(1996, p.7, 12) ressalta que as mais recentes produções teóricas dos pesquisadores brasileiros apontam para a interface entre Terminologia e análise documental. O pressuposto é que a Terminologia imprime rigor às práticas de construção de vocabulários para fins documentais. A relação entre Terminologia e organização da informação e do conhecimento será analisada no capítulo seguinte.

A Terminologia, em cada uma de suas correntes, percebe da Linguística um conjunto de contribuições, conforme assume Cabré, as quais se dão na forma de teorias, conceitos e procedimentos. Algumas dessas influências serão examinadas a seguir, sem pretensão de aprofundar a questão.

O conceito de signo linguístico, por exemplo, preside a exposição de Boulanger (1995, p.314), sendo considerado fundamental para compreender a sequência: termo → denominação → conceito; o que para o autor é nada mais que a fórmula saussuriana: signo → significante + significado. Um conceito trata da língua natural e o outro se refere a línguas de especialidade. Como forma de inserir conteúdos linguísticos na formação do terminólogo, Boulanger (1995, p.314) recomenda que se inicie pela Linguística teórica.

Na mesma linha, para Krieger (2001a, p.29-30), o termo conforma-se ao conceito de signo de Saussure; possui uma condição sígnica que permite sua análise no plano semântico e pragmático-comunicacional. As terminologias contam com o sintagma terminológico, pois 80% das terminologias são compostas de unidades complexas. Isso significa que a compreensão da maioria das unidades terminológicas subentende a aceitação de conceitos fundamentais do estruturalismo linguístico. Em resumo, para Krieger (2001a, p.31), os termos são também signos linguísticos.

Semelhante discussão é retomada por Cabré (1995, p.291), no contexto da Teoria Comunicativa da Terminologia, porém, diferentemente dos anteriores, defende que a Terminologia considera os termos como unidades sígnicas de três faces (coisa, nome e significado), aproximando-se mais da concepção de signo da Semântica lógica que da Linguística. A autora diferencia as perspectivas adotadas pela Linguística, Filosofia e áreas de especialidade; cada uma

inclinando-se a um eixo da noção de signo, o que torna a abordagem sempre incompleta. Por exemplo, a Linguística fica com as díadas conceito/significado e nome/denominação; a Filosofia, com as díadas conceito/significado e coisa/referente; e as áreas especializadas, com significado/conceito e coisa/referente (Cabré, 1995, p.291).

A noção de signo linguístico é tomada como base na conceitualização de termo na abordagem terminológica; contudo, a aceitação integral da explicação linguística depende do ponto de vista em jogo. A abordagem da Teoria Comunicativa da Terminologia sugere um avanço, incorporando na definição de quaisquer termos as realidades extralinguísticas das áreas de especialidade. Conforme será apontado, a organização da informação e do conhecimento segue os parâmetros das perspectivas mais tradicionais da Linguística.

Outros conceitos do estruturalismo linguístico são fundamentais para a Terminologia, entre os quais, diacronia, sincronia, língua, sintagma. Para Boulanger (1995, p.315), além do signo linguístico, os conceitos língua e sincronia são essenciais para compreender as línguas de especialidade. Além disso, a Terminologia exige conhecimentos sobre o léxico (nos conceitos de palavras, termos, entidades lexicais, variação lexical), conhecimentos de Semântica (hierarquização e estruturação do léxico, sinonímia, homonímia, polissemia, analogia, etc., procurando reduzir a polissemia e propor a univocidade), de Morfologia (formação de palavras do léxico em disciplinas científicas) e de Lexicografia (decodificação que exige o conhecimento de análise de dicionários e enciclopédias e lexicografia ou terminografia de codificação, isto é, operações para construir dicionários lexicais de domínios específicos). São inúmeras as contribuições linguísticas à Terminologia.

Como visto, a principal contribuição provém do estruturalismo linguístico, seja devido aos conceitos fundamentais elencados pelos autores, ou mesmo pela linha adotada pela Semântica; os demais conhecimentos linguísticos baseiam-se em outras origens, conforme Cabré (2005). Para a TGT, é pouco influente a questão diacrônica

dos termos, quanto mais as relações intrínsecas das palavras e dos conceitos para constituir a significação. Presume-se que a questão do significado, para Wüster, não está na relação que um conceito estabelece com os demais – conforme uma leitura do valor linguístico –, mas nas propriedades dos objetos que constituem um conceito.

Cabré (1995) menciona alguns conceitos da teoria linguística, os quais fundamentam diretamente ou servem para identificar as diferenças em relação aos termos para Terminologia, por exemplo, sincronia. A Terminologia volta-se à linguagem real especializada, sendo que um conceito independe do termo. Em outras palavras, enfatiza o aspecto sincrônico, ao contrário da teoria linguística, que teoriza sobre os temas: a competência de um falante ideal (não concebe o significado, caso não esteja vinculado à palavra); a evolução do significado é livre; os conceitos não são considerados em seu âmbito internacional; além de a pronúncia ser aspecto irrelevante para a Terminologia (Cabré, 1995, p.292). Mas Cabré aludirá à possibilidade de influência dos aspectos orais da língua: “A análise das unidades terminológicas desde a linguística pressupõe entrar através dos textos ou produções linguísticas orais” (Cabré, 2005, p.8, tradução nossa).

Pode-se, com isso, inferir que conceitos fundamentais dessa discussão são: linguagem, sintaxe, diacronia e sincronia. A crítica da Terminologia, elaborada por Cabré (1995, p.292), sustenta que na Linguística os conceitos não são considerados internacionalmente, como algo referente aos demais países, mas pode intervir na pronúncia, aspecto que não interessa à Terminologia.

Cabré (1995, p.293) ainda ressalta que os aspectos pragmáticos da linguagem permitem separar termos de palavras. Para a autora, eles se distinguem pelos seus usuários, pelas situações em que são utilizados, pela temática que veiculam e pelo tipo de discurso em que aparecem. A ênfase na Pragmática alude à concepção da Pragmática de Morris, ou seja, nos usos e usuários que definem efetivamente o papel dos termos em um contexto.

Em resumo, a Terminologia “[...] se limita a aportar elementos teóricos – e princípios práticos – capazes de reger a busca, seleção e

ordenação dos termos próprios dos campos de especialidade, com a finalidade de normalizar sua forma e seus conteúdo” (Cabrè, 1995, p.293). A Linguística atua sobre o léxico comum e a Terminologia, nesse aspecto, sobre o especializado. Mas os termos não são compreendidos como elementos naturais do sistema linguístico; termos não sofrem os efeitos da realização, não comportam processos de sinonímia e variação que afetam o léxico comum, pois são elementos artificiais, estranhos aos sistemas linguísticos e seu funcionamento natural (Krieger, 2001a, p.26).

Krieger (2001a, p.27) admite dois processos definidores da relação entre o léxico comum e o especializado: um é a terminologização, em que as palavras adquirem sentidos especializados, mas coexistem com sentidos comuns; o outro processo é a vulgarização, e os termos científicos circulam irrestritamente, o que dificulta a separação entre o léxico comum e o especializado.

Contudo, a dúvida entre o léxico comum e o especializado não pode ser superada por uma definição teórica, e sim por um método que leve em conta os usuários, sobretudo os objetos aos quais se referem os conceitos. É, justamente, a noção de objeto que está distante das posições linguísticas do signo resumidas anteriormente. O avanço da linha terminológica de Cabré está na inclusão da perspectiva pragmática e funcionalista da linguagem, privilegiando os usuários e os usos dos termos. Mas sugere-se muito pouco a respeito de uma teoria do objeto do signo enquanto subsídio à teoria terminológica.

A perspectiva linguística da Terminologia é influenciada pela Sociolinguística, que justifica a relevância do contexto para identificar a execução terminológica (Krieger, 2001a, p.30). No que tange à tendência recente da Terminologia, Krieger (2001a, p.31) observa o seguinte fenômeno: “Assiste-se à passagem de um paradigma prescritivo para um descritivo e, concomitantemente, deliniam-se as bases para uma teoria da Terminologia de base linguístico-comunicacional”. A face linguística do fenômeno, referente a unidades terminológicas e da disciplina Terminologia, aparece como incontestável.

Krieger (2001b, p.36-7), além de Cabré (2005), sublinha os seguintes aportes teóricos da Terminologia para estudar as linguagens especializadas: os elementos da Linguística textual, a Semiótica narrativa greimasiana, o enfoque enunciativo dos discursos e os componentes pragmáticos na comunicação especializada. Elementos como a textualidade, a discursividade, a organização narrativa dos textos e aspectos pragmáticos que são operacionais para a identificação de itens lexicais.

Se as correntes linguísticas elencadas anteriormente desempenham um papel estruturante na constituição de explicações e soluções para a Terminologia, então, pode ser que tal fenômeno se estenda à organização da informação e do conhecimento.

2

LINGUÍSTICA NA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

En materia de lingüística, la palabra-clave estructura proporcionaría una ilustración: en efecto, es la palabra que encabeza la lingüística actual.
Hjelmslev, 1972, p.146

Presume-se que o papel da Linguística na organização da informação e do conhecimento é fundamental antes de qualquer exame mais profundo, na medida em que fornece condições mínimas para o tratamento da informação. De acordo com Montgomery (1972, p.195), a relação entre essas duas áreas parece bastante óbvia, pois a Ciência da Informação lida com a linguagem como primeiro meio de comunicação da informação e a Linguística estuda a linguagem.

De modo preliminar, aceita-se que a organização da informação e do conhecimento fundamenta-se, principalmente, na Linguística. Sendo assim, essa ciência fornece os principais conceitos para a análise documental, desde as noções de signo, linguagem, representação, até pontos mais específicos que tratam da estruturação de linguagens de indexação ou linguagens documentais, sistemas de classificação e suas relações internas.

O objetivo deste capítulo consiste em discutir sumariamente as principais influências de conceitos linguísticos no âmbito da orga-

nização da informação e do conhecimento. O procedimento adotado foi o indutivo e consistiu na elaboração de um argumento sobre o assunto, recorrendo a afirmações contidas em diversos textos em que consta a presença da Linguística em uma das linhas da organização da informação e do conhecimento mais representativas, a análise documental. Desse momento em diante, pode-se avançar a um conjunto preliminar de contribuições (uma hipótese) atribuídas ao todo da organização da informação e do conhecimento. Acredita-se que o eixo de relacionamento entre as disciplinas se encontra nas atividades e nas reflexões desenvolvidas pela análise documental, em virtude das particularidades dos problemas que investiga e, conseqüentemente, aos quais procura oferecer soluções.

Por análise documental, entende-se o tratamento dos atributos físicos e de conteúdo dos materiais de informação. Pressupõe-se que apenas o tratamento do conteúdo responde, majoritariamente, à interface com a Linguística. Por isso, as influências dessa disciplina sobre a análise física ou análise da forma não foram examinadas, mas isso não significa que tal interação não seja possível.

Deve-se salientar ainda que a análise documental engendra atividades que a projetam na esfera da organização da informação, e, na medida em que compreende reflexões e construção de produtos que modelam representações do conhecimento de um grupo, insere-se no campo da organização do conhecimento, de acordo com a proposta de delimitação de Brascher & Café (2008). O estudo do impacto da Linguística sobre a análise documental pode sugerir que outras teorias, dentro da organização da informação e do conhecimento, podem ter recebido graus semelhantes de influência. Nesse sentido, a leitura da discussão a seguir deve observar as restrições aqui delineadas.

Quando se reflete sobre a análise documental, resgata-se imediatamente a relação entre Linguística e Documentação. Na Documentação – entendida neste contexto como Ciência da Informação – defende-se como indispensável que a Linguística interaja, de forma significativa, com a prática da análise da informação em

documentos. Entretanto, do ponto de vista da Linguística, essa interação parece ser de outra magnitude.

A Linguística, enquanto campo interdisciplinar, segundo o esquema diagramático de Peytard (1971, p.73 apud Lopes, 1995, p.25), apenas exerce influência no campo da Documentação. Isso significa que a noção de que há interdisciplinaridade – encontro e troca de conceitos, teorias e métodos entre disciplinas –, se compreendida como troca em vários níveis, pode ser discutida no eixo linguístico.

De acordo com o modelo proposto por Peytard, não ocorrem empréstimos tomados da Documentação, muito menos a aplicação da Documentação na Linguística. Fenômeno oposto acontece com a Lógica Matemática, em que se processam aplicações na Linguística ou mesmo com a Literatura, que penetra a Linguística, ao passo que recebe algumas aplicações.

Existe, outrossim, uma visão um pouco limitada da relação entre Linguística e organização da informação e do conhecimento, segundo a qual, caso uma disciplina aplique teorias já testadas em outra e chegue a levantar alguns problemas decorrentes da prática profissional, a ciência mais teórica pode tomar os problemas da primeira como se fossem de seu interesse. Essa dinâmica da integração parece coerente, entretanto, não ocorre desse modo na realidade. Em muitas ocasiões, disciplinas supostamente parceiras estão bem distantes uma da outra. É desse modo que argumenta Natali (1978, p.40): “A documentação, considerada por muitos como a variante mais industrializada da análise de textos, serviria assim de *feedback* para as pesquisas linguísticas das quais ela novamente se alimentaria”. Assim, caso a Linguística não tome para si os problemas da Documentação, o círculo seria desfeito.

Para Mendonça (2000, p.65), “em toda pesquisa, pôde-se constatar a dependência da ciência da informação representada pela gama de problemas informacionais que buscam soluções no campo da linguística”. Apesar de o estudo tratar de assuntos recorrentes em uma única revista nacional de Ciência da Informação, a sua conclusão não se distancia da realidade observada na literatura relativa à análise

documental. Pinto Molina (1993, p.37) reconhecerá que os profissionais da informação, principalmente os de análise documental, concentram grande parte de seus esforços de pesquisa no campo da Linguística com a expectativa de obter bons resultados.

Supõe-se que o “diálogo interdisciplinar” poderia, em algumas ocasiões, ser substituído por outra metáfora. Ao mesmo tempo em que é arriscado fazer essa observação, não se questionam as razões operacionais que conduzem as decisões de aproximação com a Linguística. Medidas tomadas em organização da informação e do conhecimento ilustram o fato de retirar de outras disciplinas apenas o necessário. O procedimento interdisciplinar, com o intuito de avançar na compreensão de um problema ou fenômeno, é substituído pela operação utilitária de eleger o diretamente aplicável.

Respalhando-se na premissa da necessidade dos recortes operacionais e do reconhecimento do papel estratégico da Documentação na sociedade, Natali (1978, p.34) avaliou a vizinhança entre Linguística e Documentação que, segundo concluiu, é pouco explorada por duas razões principais. Primeiro, porque as pesquisas linguísticas foram, até aquele momento, no campo da sintaxe e que o interesse não é suficiente para a área de Documentação; além disso, as pesquisas semiológicas voltadas para o extrafrásico não desenvolveram métodos operacionais. Em segundo lugar, a análise documental desenvolveu-se com operações implícitas, submetidas ao aspecto individual de cada indexador; e somente com as influências da “explosão da informação” é que surgiu a necessidade de explicitação das operações de documentação (Natali, 1978, p.34).

Cunha (1989a, p.17) também alude à exigência de proceder “recortes” em disciplinas para permitir uma operacionalização, sendo exemplar o que ocorre com a Linguística. Esse argumento incide diretamente sobre o diálogo interdisciplinar entre organização da informação e Linguística, pois essas interpretações procuram ajustar as possíveis conexões conceituais ao nível de um “recorte”, com interesses exclusivamente práticos. Pinto Molina (1993, p.37) sublinha o excessivo aspecto prático da Documentação, o que também pode favorecer a ocorrência desses recortes.

Presume-se que, por razões de ordem prática, as condições de relacionamento entre as disciplinas se estendeu a um nível superficial, apesar de especificamente aplicado. Esse é um ponto fundamental à discussão da interdisciplinaridade da organização da informação e do conhecimento, pois apontam como ilegítimas as incorporações unilaterais de outros conceitos ao campo, ao mesmo tempo em que autorizam claramente a operação de recortes. Mesmo que esses recortes respeitem o entendimento original dos conceitos submetidas à análise, pressupõe direcionar a solução de uma demanda, e menos avançar na compreensão de um fenômeno. Argumentos nesse sentido podem apresentar-se como contraditórios.

Sabendo que a interdisciplinaridade visa retornar a uma condição mais favorável para resolver problemas comuns entre disciplinas, a transdisciplinaridade ultrapassa o âmbito acadêmico, determinando ações efetivas e concretas. Os parâmetros de coligação entre setores na transdisciplinaridade respeitam a um caráter também aplicado. Isso exige uma revisão teórica do pacto entre organização da informação e conhecimento e Linguística, na medida em que o objetivo principal foi chegar a soluções práticas para a organização da informação, depois de uma prévia análise teórica calcada na premissa dos recortes.

As dificuldades apontadas por Natali impactaram decisivamente as áreas que se dedicam à análise da informação, do ponto de vista de seu tratamento temático. Devem-se resgatar os princípios conceituais e os procedimentos operacionais das linhas do tratamento do conteúdo da informação, especificamente a análise documental, antes de apontar as influências centrais da Linguística.

Sendo assim, recorda-se que Guimarães (2003, p.105) dividiu inicialmente o tratamento temático da informação em duas vertentes teóricas fundamentais: europeia e norte-americana. A primeira é representativa em países como Inglaterra, França e Espanha, e tem como foco o processo em si. A linha norte-americana está prioritariamente centrada na consistência dos produtos.

Em uma versão mais recente e detalhada, Guimarães (2006, p.9-10) identificou três distintas correntes que sustentam as dis-

cussões fundamentais da análise do conteúdo da informação: a linha norte-americana ou *subject cataloguing*, cuja ênfase está nos catálogos enquanto produtos do processo de análise; a inglesa ou *indexing*, em que o enfoque está nos instrumentos de indexação, índices e tesouros; e a francesa ou *analyse documentaire*, cujo foco incide sobre o processo de análise da informação. O autor sublinha os periódicos que representam a concentração dos debates de cada uma dessas linhas. Na linha norte-americana é significativa a contribuição do *Cataloguing and Classification Quarterly*; na linha inglesa, o *The Indexer*; e, por fim, a linha francesa é representada pelos periódicos *Documentaliste* e *Journal of Documentation*.

Supõe-se que tais correntes ou perspectivas da análise temática da informação foram responsáveis pela institucionalização de teorias e de práticas desse campo em vários países. A perspectiva francesa, por exemplo, figura como responsável pela formação, na Espanha e no Brasil, de pesquisadores e profissionais nesse campo. Isto não significa que as demais perspectivas não tenham sido bem recepcionadas nesses países, embora demonstre que na história recente da análise temática da informação uma dessas linhas foi incorporada de modo mais efetivo que as demais.

Lancaster (1993, p.15) comenta que há algumas distinções na literatura sobre a análise da informação: catalogação de assunto, indexação de assunto e classificação. A catalogação de assunto diz respeito às atividades de atribuição de cabeçalhos de assunto que potencialmente representam o conteúdo de documentos tomados na íntegra, tal como o livro, o relatório, etc. Enfatiza, naturalmente, as formas de representação do assunto em um catálogo de uma biblioteca.

A indexação de assunto é a expressão que corresponde às atividades de representação do conteúdo de partes de um documento, com o objetivo de produzir um índice cujos termos referem-se aos assuntos no interior do documento (Lancaster, 1993, p.15). E a atividade compreendida por classificação refere-se à atribuição de números de classificação para os documentos, com a finalidade estrita de ordenar itens em estantes de bibliotecas.

Contudo, para Lancaster (1993, p.17), tal divisão é enganosa e artificial, e por comodidade prefere designar de indexação todas as atividades de classificação de assuntos. A concepção de indexação do autor pressupõe algumas etapas fundamentais: a análise conceitual e a tradução. Na análise conceitual procura-se descobrir a tematicidade do documento, do que trata, quais seus assuntos e quais os conceitos que melhor o representam. A tradução é a etapa que compreende as atividades de conversão dos resultados da análise conceitual para termos de indexação. Nessa fase, utiliza-se com frequência um tipo de vocabulário controlado – que não é o caso pormenorizar aqui –, bem como especificar as modalidades de indexação.

O processo de indexação nessa linha é composto de duas grandes etapas, cada uma das quais com objetivos claros. Na primeira, analisam-se e retiram-se os conceitos indispensáveis para representação de um documento. A segunda etapa vislumbra como resultado termos de indexação representáveis em sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto ou tesouros. Ao lado das atividades de indexação, o processo de análise da informação requer o processo de redação de resumos, cuja atividade se circunscreve à descrição narrativa de um texto, resultando em modalidades de resumos, conforme o objetivo de seu uso: breves (indicativo), ampliados (informativos) e com comentários (críticos).

Podem-se esquematizar essas etapas de indexação e os resultados concretos da atividade de redação de resumos, de Lancaster, conforme o Quadro 1.

O lado esquerdo corresponde à indexação, juntamente com suas etapas; é a parte que se deve discutir mais atentamente. Próximas à concepção da indexação como centro da análise e representação de conteúdos informacionais, há perspectivas que enfatizam outros aspectos do tratamento da informação. É o caso da corrente francesa *analyse documentaire* (análise documental), citada por Guimarães (2003, 2006). Antes de apresentar as contribuições e as interações constatadas, devem-se acrescentar algumas definições sobre a análise documental.

Quadro 1 – Etapas do processo de indexação

| Indexação | | Redação de resumos | |
|--------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| Etapas | Resultados | Etapas | Resultados |
| Análise conceitual | Tematicidade | | Indicativo |
| | | Descrição narrativa | Informativo |
| Tradução | Termos de indexação | | Crítico |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Lancaster (1993).

Como indicado, a análise da informação no âmbito da Ciência da Informação pressupõe dois macroprocessos: análise do conteúdo da informação e análise da forma do registro da informação. Embora ambos sejam indispensáveis, presume-se que as interações com a Linguística se expressem em menor medida na análise formal da informação, pois a ciência da língua entraria nesse processo no que tange apenas aos cuidados com a padronização dos nomes e termos.

A análise documental, com ênfase para o conteúdo, originou-se nos trabalhos de J.-C. Gardin, na França. A matriz da análise documental descende do quadro conceitual de Gardin, argumento aceito unanimemente por diversos autores da área da organização da informação e do conhecimento (Grasseschi, 1989, p.108; Kobashi, 1989a, p.48; García Gutiérrez, 1999, p.24; Cunha, 1989a, 1989b).

Trata-se da área de estudo dos processos de descrição de conteúdos dos documentos para sua posterior recuperação. Atenta-se, mais especificamente, aos processos envolvidos na descrição dos conteúdos dos documentos, que surgiram em um contexto bem definido, o qual aceita que uma enorme quantidade de informação existente motivou a busca de técnicas para seu tratamento. A explosão da informação seria o pano de fundo ou o contexto do surgimento dos problemas e soluções propostas pela análise documental. Tal contexto não pode deixar de incluir os empreendimentos que

estimularam essa explosão e conseqüente solução, mediante tratamento da massa documental.

Em outras palavras, a I e a II Guerra Mundial fomentaram a busca de mecanismos mais ágeis para o tratamento da informação especializada.

[...] a “explosão da informação” acontece e decorre a partir do desmantelamento pelas potências aliadas, dos arquivos técnicos da indústria alemã, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com efeito, no anseio de conhecer a fundo o real nível dos conhecimentos científicos e tecnológicos da Alemanha, iniciou-se uma verdadeira maratona de análise de conteúdo de toda a documentação encontrada. Mobilizaram-se importantes efetivos de especialistas em ciência e tecnologia, e de documentalistas, de diversos países que precederam a organizar, condensar e indexar os relatórios de pesquisa e documentos diversos, encaminhando os resultados aos respectivos governos. (Robredo, 2003, p.50)

Em meados da década de 1950, as preocupações teóricas da Documentação surgiram de modo sistemático com as experimentações de automação: indexação, elaboração de resumos e recuperação; época que corresponde à elaboração da proposta de indexação e realização automática de resumos por Luhn, entre 1958 e 1959 (Kobashi, 1996, p.6). Nesse período, os progressos em Ciência da Informação eram apenas progressos em Recuperação da Informação. E, na década de 1960, inaugura-se o campo de investigação denominado análise documental (Tálamo, 2001, p.144).

A análise documental preocupa-se com o tratamento do conteúdo de textos. A dificuldade consiste em não atender de forma proporcional a todos os tipos de texto. Uma das conseqüências da análise documental é a divisão entre literatura científica e demais categorias de textos. Gardin (1974, p.121) afirma que a análise documental trabalha com textos provenientes do discurso científico. Essa separação pode parecer operativa, mas atualmente merece ser revista em virtude da notória atenção destinada aos demais tipos

de textos, contando com experimentos comprovados em romance, textos jornalísticos, etc. Tais relatos podem ser encontrados nos estudos publicados em Cunha (1989b).

Gardin (1974, p.120) define análise documental, de um ponto de vista processual, como a extração do sentido dos documentos, especialmente documentos escritos. Ainda para o autor (Gardin, 1987, p.48-9), a análise documental é a expressão que designa o conjunto de procedimentos para exprimir o conteúdo dos documentos científicos sob formas destinadas a facilitar a consulta. Nesse sentido, o resumo é uma das formas de passar do texto original a um mais curto, escrito na mesma linguagem científica ou natural, e a classificação designa domínios ou assuntos sobre as classes de documentos. A indexação é entendida como uma extensão desse procedimento, em que se associa, para cada documento, um número de termos ou descritores. O produto da análise documental é uma representação do texto em uma linguagem que não poderá ser confundida com a língua do documento, mesmo que os termos tenham a mesma forma.

A concepção de Gardin para análise documental diferencia-se de indexação, na medida em que esta última é um processo que ocorre posteriormente à análise da informação. O produto da análise seria o resumo, pois obedece à organização e à linguagem estabelecidas no texto integral. E o produto da indexação seria uma espécie de índice.

No contexto da organização da informação e do conhecimento, a análise documental constitui uma prática e um saber que procuram dar conta do tratamento das informações dos documentos para conceber sistemas de recuperação da informação. Cunha (1989a, p.40) define análise documental como “[...] um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de exprimir o conteúdo de documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação”. Os objetivos básicos são reduzir os conteúdos dos documentos em traços significativos para sua representação e, com isso, garantir resultados efetivos na recuperação da informação.

Pinto Molina (1993, p.49) define análise documental como uma ciência que possui fundamentos teóricos próprios e uma técnica

que não deve esquecer a orientação eminentemente prática. Esse entendimento suporia que a análise documental não é apenas uma corrente entre as demais que se dedica ao tratamento do conteúdo do documento. Tal interpretação sustenta uma independência em relação a outras áreas da Ciência da Informação. Conquanto, levando em consideração a argumentação proposta anteriormente, a análise documental será vista tão somente como uma das perspectivas do tratamento do conteúdo, o que permite uma visão mais ampla sobre os fenômenos da análise da informação, aceitando-os como decorrentes de diferentes práticas semelhantes que ocorrem em vários países.

Como assinala García Gutierrez (1999, p.24), Gardin foi o precursor de uma perspectiva inovadora de teoria e prática da Documentação, detendo-se sobre a construção dos discursos das ciências humanas; ele procurou levantar os procedimentos que poderiam resolver o problema da representação da lógica dos argumentos do conhecimento produzidos por tais ciências. Gardin classificou de Epistemologia prática a tentativa de singularizar o texto para identificar as construções epistemológicas das ciências humanas. A base da Epistemologia prática reside na Lógica, na Teoria do Conhecimento e na Linguística, e objetiva determinar a forma de raciocínio nas ciências humanas a partir dos textos científicos (García Gutierrez, 1999, p.18-9).

Kobashi (1996, p.9) reconhece ainda que a Documentação opera sempre com uma enorme quantidade de textos, mas o valor do produto documental está relacionado com a atualidade da informação. A questão primordial da análise documental pode ser resumida, segundo Kobashi (1996, p.14), na seguinte pergunta: será possível identificar a informação principal de documentos-textos para construir representações? As relações com outras disciplinas dependerão da observância a essa questão. Com essa condição, a maioria das relações interdisciplinares terá como meta descobrir a informação principal para ser representada. Mesmo assim, não se examina com mais ênfase no respectivo pressuposto o aspecto explicativo dos processos que levam à representação.

Um campo que não se aprofunda continuamente na explicação de seus processos, ressaltando o sucesso de suas operações e apenas motivado por razões de ordem prática, corre o risco de revelar suas falhas e incoerências decorrentes do ponto de vista de outras disciplinas. A atitude de autorreflexão, contando com o apoio de outras ciências, deve constar na agenda da pesquisa da análise documental, bem como da própria organização da informação e do conhecimento.

Há na proposta da análise documental algumas correntes, tais como a espanhola e a brasileira, que fazem referência aos trabalhos de Gardin, adicionando-se outros elementos teóricos para propor soluções de problemas de documentação. No Brasil, por exemplo, a linha de análise documental proveniente dos trabalhos de Gardin se institucionalizou, mas a assimilação desse saber do contexto francês não se deu unilateralmente.

Muitas pesquisas foram empreendidas com a intenção de fundamentar as práticas de análise documental, além de testar os avanços alcançados no sentido de validar ou de indicar a inviabilidade de continuar uma investigação por um caminho considerado não adequado. Ressalta-se que a discussão pormenorizada das correntes espanhola e brasileira é essencial para pontuar as contribuições da Linguística para a análise documental. No entanto, não é propósito deste livro identificar como essas vertentes, em particular, receberam as contribuições da ciência da língua.

Os procedimentos metodológicos da análise documental são reduzidos às operações empíricas para atribuir a um texto qualquer (livros, artigos, atas de congressos, etc.) uma ou várias palavras-chave, destinadas à recuperação de um documento sobre um tema dado (Gardin, 1974, p.81). Essa análise é considerada uma operação semântica porque conduz a passagem do texto original a uma espécie de representação. O termo “representação” é utilizado para designar o produto da análise documental, mais que o processo que a gerou.

Segundo Gardin (1974, p.82), esses métodos, entendidos como processos, respeitam um caráter utilitarista, pois devem obedecer

às funções essenciais da recuperação da informação. A utilidade é a regra básica para o desenvolvimento de sistemas de informação. Outros teóricos da análise documental voltam reiteradamente a essa afirmação de Gardin para explicitar o foco dessa linha da organização da informação e do conhecimento.

Uma leitura da noção de utilidade indica que há necessidade de se priorizar o que, para um coletivo, é de fundamental importância, e dessas prioridades conclui a regra utilitária, tal como a fundamentou J. Bentham (1748-1832). Se os benefícios de um sistema de organização e recuperação da informação atingem o maior número de pessoas possível, significa que tal sistema é útil e adequado para essa coletividade. Essa parece ser a regra que persiste e foi claramente divulgada por Gardin.

As críticas a essa premissa giram em torno da noção mesma de utilidade que, respeitando os ditames da recuperação da informação no contexto atual, homogeneiza as particularidades das formas de organização e acesso à informação. Na medida em que prioriza a coletividade, não avança na compreensão das implicações individuais do sucesso ou insucesso de um sistema de organização e recuperação.

Gardin (1966, p.175-6) registra que dois processos parecem fundamentais para se trabalhar com o conteúdo dos documentos: a extração, “[...] em que se retira um certo número de palavras ou frases do texto original, julgadas particularmente representativas de seu conteúdo, sem as fazer sofrer nenhuma transformação”, e a indexação, “[...] em que se substitui frequentemente uma palavra ou uma expressão da linguagem natural por um termo completamente diverso [...]”. Após o desenvolvimento dessa proposta, seguidores de Gardin segmentaram e renomearam ligeiramente esses processos fundamentais, mas, em essência, continuam tratando do mesmo fato: a retirada de conteúdo significativo de textos e a conversão de expressões da linguagem do documento em outros termos, geralmente diferentes, com o objetivo de recuperar o maior número de documentos com conteúdo semelhante.

Chaumier (1971, p.15), por seu turno, entende por análise documental o conjunto de operações que procuram representar o con-

teúdo de um documento em uma forma diferente da original. Os métodos que concretizam essas operações são a redação de resumos e a indexação. O processo de redação de resumos propõe uma representação condensada dos textos, enquanto o método designado por indexação procura destacar conceitos de um documento e substituí-los por termos diferentes dos presentes no texto original. Esse processo recorre a algum tipo de tradução. A indexação opõe-se à extração, cuja tarefa principal é retirar palavras que representam o conteúdo principal do texto. Na extração, as palavras não sofrem alteração semântica significativa, na indexação sim. Conforme Chaumier (1971, p.16): “Trata-se de duas variantes do mesmo método de análise”.

No método de produzir resumos, Chaumier (1971, p.15) observa:

O resumo, representação condensada da informação contida num documento, é de comprimento variável, consoante o nível da análise, o comprimento dos documentos ou o sistema documental utilizado. Pode ir de algumas linhas (resumos sinaléticos) a uma ou várias dezenas de linhas (resumos analíticos) e, por vezes, até a várias páginas (resumos críticos). (Chaumier, 1971, p.15)

O autor observa que o método de análise documental mais utilizado é a indexação. Nesse procuram-se condensar as características do conteúdo de um documento na forma de uma linguagem mais adequada ao sistema. Esse procedimento traz, conseqüentemente, facilidades para a recuperação da informação, em virtude da uniformidade terminológica. Contudo, nem sempre é fácil realizar uma triangulação entre o registro linguístico presente nos textos, a hipotética linguagem do sistema e a linguagem real dos usuários.

O termo *extração*, utilizado por Gardin para referir-se ao processo de retirada de expressões do texto dos documentos para apresentá-los, é definido também por Chaumier (1971, p.17) como o procedimento que “[...] retém as palavras do texto que lhe pa-

recem exprimir os conceitos essenciais, sem os submeter à transformação semântica. No caso da análise por extracção há apenas transformações morfológicas para reduzir as diferentes formas do mesmo termo (emprego exclusivo do singular e do masculino)”. Outras iniciativas de sistematizar os procedimentos da análise documental concentram-se na redefinição das operações anteriormente apontadas.

Nesse sentido, a metodologia da análise documental supõe, inicialmente, dois momentos: a *análise*, com o objetivo de segmentar o texto e isolar conceitos que possivelmente traduziriam o conteúdo do documento; a *síntese*, que tem como meta chegar a conceitos que traduzam o conteúdo na forma de linguagens documentais, subentendendo a anterior seleção dos aspectos formais e de conteúdo de acordo com a fixação dos conceitos escolhidos (Cunha, 1989a, p.56-61).

Posteriormente, Cunha (1989b, p.17) propôs a questão central da análise documental: como se passa de um todo – conjunto de documentos, documento, texto, discurso – para sua simbolização, representação? E considerou que existem, na realidade, três momentos no processo de análise documental.

Dado que entendemos a AD como um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de textos ou documentos, consideramos que existem três momentos determinantes: a leitura, a segmentação e a representação em linguagens documentárias do texto ou documento analisado, sendo que os dois primeiros momentos (a leitura e a segmentação) constituem a análise do texto da qual depende intrinsecamente a representação-metatexto. (Cunha, 1989b, p.18)

Kobashi (1996, p.10), por sua vez, acrescenta à teoria sustentando que o processo de análise documental encontra dois objetos: o texto ou a unidade de análise e a linguagem documental ou o instrumento comutador. A autora ainda assinala que a análise documental pressupõe três fases: leitura do texto, seleção do conteúdo informa-

cional considerado relevante para usos determinados e representação ou dar forma às informações selecionadas para poder manipulá-las.

Com efeito, é possível concluir que esses três momentos ou etapas constituem um desmembramento lógico dos dois processos assinalados por Gardin, pois o começo de qualquer atividade de extração passa pela leitura inicial e, como tal, requer atenção especial, principalmente às estratégias de leitura fundamentadas em pesquisas do campo da Linguística. Sendo assim, para aceitar a perspectiva que apresenta três fases do processo de análise documental, deve-se reconhecer antecipadamente que elas decorrem dos processos de Gardin.

Para Gardin (1966, p.172), representações indexadas são toda expressão com características dos documentos tratados, sejam de forma, como tipo de publicação, formato, língua, sejam de conteúdo, como disciplinas, assuntos, noções, etc. Representar, nesse contexto, é retirar aspectos significativos que permitem identificar o conteúdo ou a forma do documento para recuperar a informação. Essas representações servirão, por fim, para organização de léxicos documentais, expressão utilizada primeiramente por Gardin (1966) para designar as linguagens documentais. Elas constituem instrumentos auxiliares da atividade de representação dos documentos para sua futura recuperação e podem contemplar diversas modalidades.

As representações indexadas são “[...] toda expressão com determinadas características dos documentos tratados: características de forma (exemplo: tipo de publicação, formato, língua, etc.) ou de conteúdo (exemplo: disciplinas, assuntos, noções, etc.) – mediante os signos precedentes” (Gardin, 1966, p.172). O conceito de representação de Gardin coloca-se como um elemento ou entidade que detém aspectos ou características de um segundo elemento ao qual se refere. Não é um processo, mas deriva de um tipo de operação; a ênfase recai sobre as expressões que equivalem a aspectos dos documentos analisados.

A principal dificuldade é conceber representação como um rótulo que equivale a um elemento anterior. Esse modelo de repre-

sentação é diádico, pois subentende dois elementos, um substituto e um substituído. Verifica-se que não há menção a um terceiro objeto que está ativo no processo de representação e que permite ligar a expressão com características do documento a documentos tratados documentalmente.

Gardin ainda esboçou uma tipologia geral dos léxicos documentais que compreende glossários (conjunto de termos naturais em uma ordem não significante, alfabética, por exemplo) e tesouros de termos naturais (organizados por afinidades semânticas). A lexicografia documental compreende: tesouros de termos documentais (da linguagem natural à linguagem documental); listas com correspondências não organizadas (da linguagem natural para a linguagem documental explícita); Uniterm (unidades positivas) e dicionários Kwic (unidades negativas); e linguagem documental com correspondências explícitas e organizadas: classificação (Gardin, 1966, p.173-4). Uma classificação tem como resultados palavras-chave, rubricas e entradas na forma de índices. A definição de Gardin já continha os procedimentos principais e os produtos consequentes da análise documental, também atentando para possíveis ferramentas, tais como as linguagens de indexação.

Essas representações, para Gardin, seriam as linguagens documentais. O conceito de “linguagem” para análise documental é distinto do utilizado pela Linguística estrutural em Saussure, Hjelmslev e Barthes. Nota-se, em Cunha (1989a, p.41) e Cintra (1983, p.7), que a linguagem é o dispositivo de comunicação humana que congrega um código e alguma forma de execução do mesmo. Em contraposição, para a Linguística estrutural, a linguagem é a língua mais a fala. As linguagens documentais pressupõem termos como unidades semânticas unívocas (Kobashi, 1996, p.10, 13), ao passo que, para a Linguística, as unidades aceitam necessariamente a variação. Retornar-se-á em um próximo momento a essa discussão.

No que tange aos produtos da análise documental, pode-se afirmar que são dois tipos básicos de representação: o resumo e o índice. Um é produto da redução e o outro, da indexação que

produz as palavras ou os sintagmas de entrada em índices (Kobashi, 1996, p.9).

De modo geral, em análise documental, desde Gardin, seriam três categorias gerais que constituem o todo dos temas de estudo da análise do conteúdo dos documentos: processos, produtos e instrumentos. Inserida na organização da informação e do conhecimento, a análise documental inclui os aspectos temáticos da informação e divide espaço com as atividades e produtos da análise da forma.

Um quadro geral que ilustra o conjunto de processos da análise documental, bem como outras atividades da organização da informação e do conhecimento, foi concebido em reunião de trabalho dos docentes das escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul (Encontro..., 2002, p.20), e citado posteriormente em Guimarães, Danuello & Menezes (2004, p.183).

Quadro 2 – Processos, produtos e instrumentos referentes ao campo da organização da informação e do conhecimento

| | Organização da informação | | Recuperação da informação |
|---------------------|--|---|---|
| | Forma | Conteúdo | |
| Processos | Catálogoção Controle de autoridades | Análise Condensação Representação | Avaliação Estratégias de busca |
| Produtos | Catálogos OPACs | Índice Resumo | |
| Instrumentos | Formatos Controle de autoridades | Classificações Lista de cabeçalhos de assunto Tesouros Terminologias Ontologias | Modelos de recuperação Sistemas de recuperação da informação Interfaces |

Fonte: Encontro dos Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul (2002, p.20).

Quadro 3 – Diversidade terminológica das fases de análise documental

| | | | | | | | |
|---------------|-----------|--------------------|---------------|---------------------|-----------------|---------------------|---|
| Gardin (1966) | Exatção | Gardin (1978) | Cunha (1989a) | Cunha (1989b) | Kobashi (1996) | Encontro (2002) | Guimarães (2003) |
| Exatção | Exatção | Análise documental | Análise | Leitura Segmentação | Leitura Seleção | Análise Condensação | <i>Etapas analíticas</i> (leitura técnica e identificação de conceitos) |
| Indexação | Indexação | Indexação | Síntese | Representação | Representação | Representação | <i>Etapas sintéticas</i> (seleção de conceitos, condensação documental e representação documental) |

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito ao conteúdo, o esquema articula, além dos diversos processos de análise temática da informação, os produtos e os instrumentos. Nessa delimitação, é possível identificar a interface entre a análise do conteúdo da informação e a organização da informação e do conhecimento. As classificações e as terminologias, enquanto modelos representacionais do conhecimento de um campo científico ou de atividade, apoiam as atividades práticas da análise de conteúdo da informação. A própria linha teórica da análise documental parece sempre ter congregado esforços no sentido de produzir propostas de modelos representacionais do conhecimento.

Tais processos operados sobre o conteúdo dos documentos são denominados de análise, condensação e representação. A análise trata de extrair os conceitos fundamentais do documento por uma leitura orientada para essa finalidade e a condensação submete o texto a uma redução quantitativa, buscando conservar a estrutura de seus argumentos principais, resultando no resumo. Já a representação, é o processo pelo qual se traduz o conteúdo fundamental do documento em descritores aceitáveis pelo sistema, com isso produzindo formas indiciais de representação. Esse último processo é, por vezes, conhecido como indexação. As três ações mencionadas guardam nítida semelhança com as operações de análise documental de conteúdo, conforme a linha francesa.

Guimarães (2003) esmiúça tais processos, dividindo-os em duas grandes etapas: analítica e sintética. A etapa analítica compreende a *leitura técnica* do documento, procurando destacar as partes textuais que revelam maior conteúdo temático e a *identificação de conceitos* fundamentais para formar enunciados de assunto. A etapa sintética ocupa-se do que em outras propostas contém a condensação e a representação, e compreende a *seleção de conceitos* diretamente úteis à construção do assunto, a *condensação documental*, que produz um microdocumento denominado resumo, e a *representação documental*, processo que tem a finalidade de traduzir o conteúdo do documento em linguagens de indexação, resultando na confecção de índices.

A partir do exposto, é possível concluir que existem similaridades entre os processos necessários para o tratamento do conteúdo dos documentos. De fato, ressalta-se mais uma vez que os momentos, fases, processos, etapas ou operações constituem um desmembramento lógico dos dois processos elencados inicialmente por Gardin. Assumindo tal pressuposição, podem-se apontar os processos discutidos por Gardin como uma matriz conceitual de referência para definições posteriores, conforme procura sintetizar o Quadro 3.

Apesar da diversidade terminológica no decorrer de aproximadamente quarenta anos, pode-se afirmar que as etapas da análise documental subentendem, basicamente: a *análise* do material, que recorre à leitura e um tipo de extração de informação temática; a *condensação*, que objetiva reduzir o material a um conjunto de informações, etapa que requer o conhecimento do texto para poder segmentá-lo e selecionar as partes conceituais relevantes; a *representação*, como etapa final que procura fazer equivalências, em que o estar no lugar de, ou referir-se a, é condição fundamental para expressar o conteúdo de um documento em linguagens documentais. A despeito de a condensação estar separada da representação, ela é em si um processo representacional, pois elege um microdocumento como substituto do documento na íntegra. Enquanto o produto da representação será um índice, o da condensação será um resumo.

Oposta à concepção de indexação estadunidense ou inglesa, a análise documental inclui a indexação como uma fase localizada no final do processo, e não como a expressão que agrupa o conjunto de fases do tratamento do conteúdo da informação. Essa distinção não influi no sucesso do processo, embora mostre a ênfase de cada uma das correntes, ora nos produtos, ora nos processos de análise do conteúdo da informação.

Mesmo considerando o trabalho pioneiro de Gardin, não se pode afirmar que ele constituiu fonte de solução para todas as questões teóricas e práticas da análise documental. Foi justamente o que levou Cunha (1989b, p.17) a argumentar que os pressupostos de

Gardin demonstram problemas relacionados ao conceito de discurso científico, às suas condições de produção, à identificação das construções epistemológicas via Lógica e Linguística, à passagem de traços descritivos para metalinguagem e à organização em redes lógico-semânticas para representação de textos. “Essas questões e as interrogações anteriormente anunciadas a que os trabalhos de Gardin não nos deram resposta satisfatória e levaram-nos a buscar referenciais capazes de virem a ser operacionalizados nas análises de textos com fins documentários” (Cunha, 1989b, p.20).

Esse movimento demonstrou que nem todas as respostas provêm do quadro teórico de Gardin, e que contribuições podem surgir de fora das teorias elencadas pela corrente clássica da análise documental. Com essa intenção, os referenciais acionados para solucionar o problema da operacionalização da análise documental derivam de teorias e conceitos desenvolvidos por uma variedade enorme de teóricos, entre os quais: Eco, Charaudeau e Bronchart; Fillmore & Pottier; Van Dijk e pela área de Inteligência Artificial (Cunha, 1989b).

Salienta-se que a maioria do quadro conceitual levantado tem ainda como pano de fundo as teorias linguísticas. Com isso, reafirma-se o papel determinante dessa disciplina na composição de conceitos e metodologias da análise documental, salvas às incursões da informática, que não objetivam teorizar, mas garantir o poderio aplicativo das premissas do tratamento documental de conteúdo.

Muitos dos aportes da Linguística na organização da informação e do conhecimento concentram-se na análise documental. Esse campo procedeu a uma reflexão sobre os processos de tratamento da informação sem igual, revendo de fato qual o papel da Linguística no desenvolvimento dos produtos utilizados na organização e recuperação da informação. Teóricos da análise documental têm insistido na pressuposição de que da Linguística se devem retirar conceitos e teorias que sejam diretamente operacionais.

Segundo Natali (1978, p.39), as escolhas da análise documental são fixadas por necessidades operacionais. “Para tanto, impõe-se uma visão simplificadora da linguagem; abstraem-se proposital-

mente certos conceitos que ela desenvolve, o mesmo valendo para a semântica e semiologia atuais.” Contudo, pensar que a Linguística possa receber apenas cortes circunstanciais é dispensar a capacidade explicativa dessa disciplina. Isso não significa que a ênfase nas necessidades práticas seja inadequada, pois é da própria natureza das demandas sociais de informação exigir respostas imediatas.

Insiste-se que se devem priorizar também, na interação com quaisquer outras disciplinas, em especial as dedicadas ao estudo da linguagem, as perspectivas explicativas ou teóricas. Apesar dos avanços consideráveis nos métodos de análise de documentos para fins documentais, a visão geral do fenômeno do tratamento da informação e seus diversos fatores poderia receber um estudo também acurado.

Tratando especificamente das relações interdisciplinares entre análise documental e Linguística, faz-se útil indicar como os conceitos desta última foram transportados para a primeira. A Linguística e, como ela, a Semiologia, não podem ser observadas unicamente do ponto de vista da finalidade aplicada. É necessário resgatar a capacidade explicativa dos quadros teóricos oriundos das ciências da linguagem e da Semiótica, e não apenas reconhecer conceitos fundamentais, isolando os explicitamente úteis.

É também arriscado concluir que a Linguística tem um único e claro objeto de estudo. Essa leitura pode dificultar a identificação das linhas teóricas. Como expõe Natali: “Há evidentemente uma disciplina que tem por objeto a análise de textos em linguagem natural, tendo em vista os próprios textos. Trata-se da linguística” (Natali, 1978, p.34). Caso fosse correta essa interpretação, as diversas concepções do objeto da Linguística seriam desconsideradas. Como bem lembrou Natali (1978, p.39): “Convém, no entanto, levantarmos certos problemas de peso, como, por exemplo, o fato de o termo ‘linguística’ não significar uma única alternativa metodológica. Em verdade, elas são inúmeras. Isto nos leva à escolha das escolas [...]”.

Diante do exposto, da Linguística supõe-se que a análise documental – que representa um dos principais meios de interação com a organização da informação e do conhecimento – assumiu como

relevantes as escolas em que tal grau de sistematicidade e aplicação pudessem ser efetivados. Algumas dessas contribuições serão examinadas a seguir.

Seria prudente expor, de forma sumária, o que as correntes da Linguística anteriormente elencadas têm oferecido à análise documental, seja diretamente, na condição de fornecedora de premissas úteis, ou em virtude do auxílio a campos de estudos intermediários que servem de interface entre as áreas. Esse auxílio enquadra-se perfeitamente ao caso da Terminologia.

A influência de maior relevância da Linguística à análise documental provém, evidentemente, do estruturalismo. Desde a década de 1960, Gardin recorre a um conceito de signo para tratar qualquer símbolo, elemento do conjunto lexical, cujos exemplos são palavras-chave, descritores e termos de indexação. Tais signos podem ou não ser emprestados da língua natural (Gardin, 1966, p.172).

O conceito de signo é definido de modo amplo, referindo-se a qualquer palavra, seja na condição de unidade de análise ou no parâmetro de análise sob a forma de um termo de indexação. O signo linguístico parece ser o conceito que melhor sustenta a noção de signo de Gardin. O conceito de signo é utilizado para entender palavras e termos de indexação (idem, p.172). Além disso, áreas de estudo da Linguística, como a Lexicografia, contribuem em um sentido aplicado para as linguagens documentais. Em outras palavras, a Lexicografia documental, concebida por Gardin, pretende estudar os léxicos documentais e seus modos de construção.

Gardin recebeu uma influência fortemente estruturalista. Segundo Barthes (1967, p.21-2), o estruturalismo é uma atividade que procura imitar a realidade para torná-la inteligível. Como exemplo, cita Gardin que aplica a técnica na identificação dos traços pertinentes dos bronzes pré-históricos. Ademais, o fato de conceber os léxicos documentais como uma tentativa de reconstituir uma área do saber partindo dos termos mais significativos para representar as relações entre os conhecimentos, pôde indicar uma tentativa de aplicação da análise estrutural.

As operações típicas de um método estruturalista são: decomposição e composição. Uma separa os elementos mínimos de um objeto estudado, procurando identificar suas funções e regras de funcionamento. A outra busca relações entre esses elementos, comparando-os uns aos outros para alcançar um modelo da realidade tratada (Barthes, 1967, p.22-3). É razoável perceber semelhanças entre essas operações básicas e as que orientam as ações de análise documental.

A necessidade de desconstruir e reconstruir um sistema semelhante ao da língua é um dos objetivos da análise documental para recuperação da informação. Presume-se que exista um sistema cujos elementos estão relacionados uns com os outros, podendo ter essas relações quebradas (ou decompostas) e depois reconstruídas. Esse procedimento confirma que se pensa na língua como estrutura.

De forma específica, a metodologia da análise documental também pressupõe dois momentos básicos, semelhantes ao método estrutural: a análise, com o objetivo de segmentar o texto e isolar conceitos que possivelmente traduziriam o conteúdo do documento; e a síntese, que tem como meta chegar a conceitos que traduzam o conteúdo na forma de linguagens documentais, subentendendo uma anterior seleção dos aspectos formais e de conteúdo de acordo com a fixação dos conceitos escolhidos (Cunha, 1989a, p.56-61).

As estratégias da atividade estruturalista, registra Barthes (1967), supõem a decomposição do sistema de signos em elementos para análise, e a composição, que seria a construção arquitetônica do modelo, com as relações e funções entre os elementos do sistema. A análise opera por decomposição do sistema para o estudo dos elementos isoladamente, os quais adquirem significados apenas na composição, processo similar à síntese na análise documental.

Por mais que não sejam atividades idênticas, as macro-operações de quaisquer teorias estruturalistas incluem, confortavelmente, as operações da análise documental. A tese é a de que é plenamente possível reconstituir um todo significativo após a especificação profunda do sistema. No caso da atividade estruturalista,

o modelo procura imitar a realidade e funcionar como hipótese de trabalho, o que ecoa um tom hjelmsleviano. No segundo caso, os processos de análise documental viabilizam a reconstrução do conhecimento em documentos, como forma de atingir o sistema de conhecimento de um campo científico ou ocupacional.

Não é apenas nos conceitos básicos que o estruturalismo linguístico repercute na análise documental. Nessa área, são inúmeras as contribuições, sendo temerário afirmar de maneira conclusiva que o discurso da análise documental está destituído de referenciais linguísticos. O próprio processo de tradução da linguagem natural para a linguagem artificial subentende a concepção de linguagem que, por suposição, se refere diretamente à Linguística.

Por também contar com um sistema de signos e expressar a organização relacional entre eles, foi construída a ideia no campo da análise documental de que a linguagem documental é um tipo de linguagem. “A linguagem documentária é pois linguagem, exatamente porque concretiza a capacidade simbólica do homem, através da organização de seus termos e regras em sistema próprio” (Cintra, 1983, p.7). Contudo, comparando o conceito à noção clássica de Saussure e outros estruturalistas, para os quais linguagem é a soma da língua com a fala, postula como conclusão que a noção de linguagem aplicada à análise documental não se fundamenta, exclusivamente, no estruturalismo. Defende-se uma outra interpretação da noção da linguagem; sendo assim, as linguagens documentais seriam línguas formalizadas, mas, por não apresentarem um mecanismo aperfeiçoado de execução do sistema por sujeitos, não manifestariam uma “fala”. O conceito estruturalista de linguagem não se aplica literalmente à linguagem documental, a não ser que esta tenha sido reinterpretada sob outros parâmetros.

A teorização de Saussure e Hjelmslev é fundamental na análise documental, conforme observa Pinto Molina (1993, p.51-3). Esses teóricos de orientação estruturalista recebem grande reconhecimento no contexto da análise documental. Os contatos entre Linguística e organização da informação e do conhecimento foram tardios em relação ao que ocorreu com outros campos de pesquisa,

como a computação. Essa interação foi inaugurada no final da década de 1960, ao mesmo tempo em que se estabeleceram semelhanças entre os processos documentais e a tradução automática (Kobashi, 1996, p.6-7).

Gardin reconheceu que qualquer linguagem documental possui necessariamente termos ou léxico, unidades determinadas *a priori* ou eixo paradigmático e uma sintaxe que encadeia termos ou eixo sintagmático (Natali, 1978, p.36-7; Kobashi, 1996, p.19). O conceito de léxico reporta à noção de um *corpus* de palavras realmente executadas. O eixo paradigmático ou das relações associativas e o eixo sintagmático ou das execuções sequenciais mostram como os conceitos básicos do estruturalismo linguístico fundamentam a explicação do que deva ser uma linguagem documental. Além disso, funciona de modo a justificar o substantivo “linguagem”, ancorando-o a conceitos que caracterizam a linguagem verbal.

Lara (1999), objetivando operacionalizar os conceitos linguísticos na construção de linguagens documentais, vale-se principalmente do estruturalismo clássico, a saber: estrutura, signo linguístico, sintagma, paradigma, plano de expressão, plano de conteúdo, sincronia, diacronia, língua, fala, forma e substância. No que se refere às linguagens documentais, a autora (1999, p.156) conclui: “A partir da noção básica de estrutura linguística, verificamos seu aporte fundamental para o desenvolvimento de metodologias de construção de linguagens documentárias baseadas num sistema de relações”.

Supõe-se que na construção das linguagens documentais, mas também nas diversas categorias teóricas utilizadas pela análise documental, está explícita a participação ativa do estruturalismo mais que outras escolas da Linguística. Ele conduz as explicações de conceitos e, objetivamente, a construção de técnicas e instrumentos de organização da informação e do conhecimento.

Nesse sentido, cabe perguntar: será que o resultado desse diálogo resultou em uma explicação mais abrangente do fenômeno da linguagem nos ambientes informacionais? Ou ainda: será que apenas permitiu construir instrumentos, guiando as operações prá-

ticas no trabalho de análise documental? Caso se leve em conta a origem das investidas em direção à Linguística, que sempre se orientaram exclusivamente pela necessidade de realizar recortes pontuais, a resposta à questão tende a indicar que os aspectos teórico e explicativo do fenômeno da linguagem foram suplantados pelas determinações práticas.

Recentemente, Vogel (2007) aprofundou-se no conceito de estrutura e estruturação no contexto das linguagens documentais. Analisando diversas linguagens documentais, tais como vocabulários controlados, tesouros, mapas conceituais, etc., concluiu que todas “lidam, portanto, com a noção de estrutura, mas nem tanto com o processo de estruturação que permitiria renovar e reorganizar continuamente o instrumento de organização de informação e de indexação” (Vogel, 2007, p.116). A autora argumenta que não é apenas a noção geral de estrutura que se torna fundamental para a construção de instrumentos de organização da informação, mas é o seu atributo de relacionamento interno entre os elementos que mais interessa.

Tais considerações reforçam ainda mais o papel do estruturalismo como a principal contribuição da Linguística à análise documental. A consequência desse relacionamento poderia ser um afastamento da noção de sujeito e suas possibilidades interpretativas, e de construção dos elementos do sistema. Em teoria, a prioridade é o coletivo, o que se acredita ser a média das interpretações sobre um dado sistema, um determinado corpo de conhecimentos.

O estruturalismo, estreitamente relacionado à perspectiva durkheimiana de coletividade e com as hipóteses de um sistema subjacente às expectativas individuais, é uma alternativa à teoria sobre o conhecimento construído pelos indivíduos – tanto em termos cognitivos quanto em termos sociais –, contudo, não enfatiza com a mesma intensidade esse fator, com que produz reflexões sobre a aplicabilidade da noção de estrutura.

Deve-se registrar que o distribucionismo também influenciou, em certa medida, a análise documental. Para Natali (1978, p.39), a perspectiva utilizada inicialmente foi a anglo-americana; primeiro

o distribucionalismo de Harris, depois a Semântica gerativa de Chomsky, Katz e Postal, e, finalmente, a de Fillmore, Lakoff, McCawley e Bach. Na mesma direção, Pinto Molina (1993, p.51-3) salienta que as teorizações de Saussure, de Hjelmslev, das funções da linguagem, das Escolas de Praga, Copenhague e da estadunidense, além de Greimas, Bloomfield, Chomsky, Fillmore e Pottier, foram e são fundamentais para a análise documental.

A contribuição mais significativa do distribucionismo para a análise documental parece ter sido a noção de *corpus*. Um *corpus* constitui-se de elementos efetivamente realizados, tomando a forma de uma amostra. Embora as linguagens documentais refiram-se a uma área de conhecimento ou campo ocupacional, sua construção depende da determinação antecipada de um *corpus*. Sendo assim, deve-se resgatar o meio que constitui as relações entre os elementos da língua. A necessidade da explicitação das relações entre as palavras também é uma característica básica presente na análise documental.

Os conceitos linguísticos e as diversas linhas teóricas da Linguística do século XX tiveram uma presença significativa na organização da informação e do conhecimento. Como examinado, desde a simples noção de signo e de linguagem até as relações entre significados em um campo semântico provêm da Linguística. Pode-se ampliar esse argumento e afirmar que parte substancial do jargão do especialista em análise documental descende do campo da Linguística, em suas diversas orientações teóricas.

No que tange à interdisciplinaridade, pode-se supor que é difícil reconhecer a existência de uma ação mútua entre as disciplinas envolvidas, pois ocorre com maior frequência o emprego de conceitos da Linguística para explicar questões da organização da informação e do conhecimento, em seus núcleos específicos. Quando isso não ocorre, procura-se rediscutir o emprego de um termo com fundo linguístico ou a aplicação de um conceito no âmbito da organização da informação e do conhecimento. Essa é uma condição indispensável para que se discuta interdisciplinaridade entre análise documental e Linguística.

Para existir um nível mais avançado de interdisciplinaridade que subentenda a integração de saberes, deve-se superar esse estágio inicial de diálogo, pois o recorrente é perceber a organização da informação e do conhecimento manifestar-se, sobre o fenômeno da linguagem para recuperação da informação, com base na Linguística. Porém, pouco se contribui para a teorização geral a respeito da linguagem humana. E, quando os sujeitos exigem uma teoria que os inclua no fenômeno da linguagem, talvez o esquema hipotético gerado pelos procedimentos estruturalistas e o conceito diádico de signo torne-se parcialmente adequado.

O funcionalismo linguístico, enquanto corrente que valoriza o uso efetivo da linguagem verbal para fins de comunicação, contribui para a análise documental em duas frentes principais. Em primeiro lugar, uma perspectiva voltada ao usuário, a qual, sob o rótulo Pragmática, preserva a função de comunicação de todo o sistema de informação. Tal linha comunicativa é defendida por Izquierdo Alonso (2000).

Em segundo lugar, estão as considerações das linguagens documentais como um mecanismo que, em si mesmo, guarda a responsabilidade de comunicar aos usuários o que existe. É seu papel de mediadoras entre a informação, a linguagem do sistema e a do usuário. Em outras palavras, é a função de comunicação ou de informar (referencial) que está em jogo.

Essa última influência nem sempre é assumida fazendo referência às funções da linguagem de Jakobson. Entretanto, pode-se supor a existência de tal ligação na medida em que orienta a construção das linguagens documentais. Os argumentos que dizem que os produtos documentais têm por objetivo comunicar para que a informação seja utilizada podem ser amparados, de modo subjacente, pelo ponto de vista funcionalista da linguagem. Em algumas posições, revela-se que todas as ações do documentalista têm a finalidade comunicativa.

No entanto, todo ato documentário é um ato de comunicação que tem a finalidade de promover a circulação da informação.

Desse modo, para ser eficaz, o ato documentário requer, inicialmente, uma visão clara dos parâmetros específicos no interior dos quais instaura-se a situação comunicativa (objetivos institucionais, tipos de usuários e de demandas, estrutura organizacional, etc.). (Kobashi, 1996, p.9)

Afirmações dessa natureza assumem que o papel do documentalista e dos produtos documentais é, acima de tudo, comunicar. No caso das linguagens documentais, a função da linguagem oscila entre a referencial e a metalinguística, pois o código estabelecido por essas linguagens busca traduzir outro código inicial que deu origem ao sistema, isto é, a linguagem expressa nos documentos.

Ao lado da perspectiva funcionalista do papel das linguagens documentais, deve-se ressaltar a contribuição do gerativismo. Natali (1978, p.39) e Pinto Molina (1993, p.51-3) registraram a influência da figura de Chomsky na análise documental. A teoria gerativa de Chomsky foi resgatada pela análise documental dentro das reflexões sobre indexação. Cintra (1983, p.16) argumentou que, assim como a Semântica pode ser teorizada por duas vertentes, a estrutural e a gerativo-transformacional, o mesmo se pode dizer da sintaxe na indexação. Segundo a autora (Cintra, 1983, p.16), a sintaxe das linguagens documentais tem recorrido à visão estrutural e gerativa. A exposição sobre Gramática gerativa elaborada por Cintra (1983) esclarece os pontos fundamentais da escola, reunindo e discutindo conceitos centrais de Chomsky.

É através da sintaxe transformacional – via o modelo de casos de Charles Fillmore – que se observa o vínculo da Gramática gerativa com os processos de indexação (aqui definido mais amplamente como de análise documental), materializado pelo Preserved Context Index Systems (Precis), sistema de indexação desenvolvido pela British Library, a partir de 1971 (Cintra, 1983, p.16; Baranow, 1983, p.29). Baranow (1983, p.30) lembra que o modelo de Chomsky fundamenta-se na Matemática e, por isso, teria uma forte relação com a Linguística matemática, a qual se vincula à Linguística computacional.

O problema de aceitar funções inatas presentes na mente serve para simular sistemas computacionais com a finalidade de produzir traduções. Chomsky (1970, p.37) destaca que a análise mecânica de sentenças por técnicas computacionais pode apoiar projetos como a tradução automática.

A vertente do gerativismo que se interessa pela tradução automática é de grande valia para a organização da informação e do conhecimento. O gerativismo estaria contribuindo com a área desde 1970. Nos primeiros estudos, configurava-se como a teoria que conduz às práticas e aplicações mais específicas no campo da análise documental. Mas não se pode presumir por isso uma aplicação generalizada.

Em respeito à análise documental, a discussão teórica das teses gerativas sobre a mente e o funcionamento da linguagem como fonte potencial de influência é indiretamente percebida, ao contrário do que ocorre com os conceitos semânticos de matriz linguística, amplamente aplicados e debatidos. Em relação à Semântica, adotada pela análise da informação, a Gramática gerativa teve pouco impacto, mas não pôde deixar de ser mencionada como uma das contribuições da Linguística na história das técnicas e dos procedimentos de tratamento do conteúdo da informação.

Segundo a literatura consultada, campos aplicados da Linguística foram mais bem revisados com o objetivo de estabelecer conexões com a análise documental. Esse é o caso da Linguística textual, da Análise de Conteúdo e da Análise de Discurso. É evidente que essas áreas não possuem um corpo de conhecimentos consensual ou uma única linha teórica; não obstante, parâmetros gerais são indicados como essenciais à problemática da análise documental.

Criada na década de 1960, a disciplina Linguística textual apresentou amplos resultados do nível da palavra ou da frase ao texto completo, uma unidade gramatical superior, área que interessa à análise documental (Pinto Molina, 1993, p.54). A Linguística textual possui como metas fundamentais determinar o que é um texto e como caracterizar as várias espécies de textos (Favero & Kock,

1988, p.14 apud Kobashi, 1996, p.17). Entre os conceitos aplicados à análise documental estão: a superestrutura ou o esquema global, que funciona como a sintaxe que organiza as partes do texto; e a delimitação dos tipos de leitura: palavra por palavra (*bottom up*) e identificação da superestrutura (*top-down*) (Van Dijk & Kintsch, 1983, p.23 apud Kobashi, 1996, p.18).

É dessas noções de texto que o documentalista deve se munir para, então, conduzir-se no processo de leitura. Como a leitura nesse contexto é um processo com finalidades profissionais, é preciso garantir certo grau de produtividade e padronização sobre o processo de leitura de textos, o que torna a Linguística textual uma área essencial para a utilização de técnicas de leitura documental. Em contraposição, não significa que o processo de leitura de estruturas textuais seja útil a todos os tipos de textos e manifestações registradas da cultura. Documentos contendo imagens exigiriam adaptações conceituais e de procedimento, quando não uma radical revisão das opções teóricas adotadas.

A Análise de conteúdo, estudando as condições de produção do texto, além dos próprios textos, subentende as seguintes fases: formulação de dados, redução de dados, inferência e análise. Segundo conclui Kobashi (1996, p.15-6), com o auxílio de Gardin, a aplicação da Análise de conteúdo na análise documental mostrou-se insatisfatória, pois, ao contrário da análise documental, a Análise de conteúdo trabalha com todos os tipos de textos e manifestações. Essa última extrai fragmentos dos textos que revelam opiniões, preocupando-se, sobremaneira, com as condições de produção, ao passo que a análise documental identifica a estrutura informacional para representação documental.

Se tais condições de produção do discurso não interessam para a análise documental, seria contraditória a busca por contribuições da Terminologia, pois esta visa reconstituir o contexto de produção e de circulação das mensagens. A despeito de a análise documental objetivar a identificação da estrutura de informação para representar e oferecer melhores condições de recuperação, o referido processo de representação deve se associar às condições de

produção para que o produto final faça referência ao contexto. Ora, sem tais indicações, como se poderia aproximar sistemas e usuários?

A Análise de discurso, por seu turno, preocupa-se com a análise interna e externa ao texto, o contexto sócio-histórico (Barros, 1988, p.5 apud Kobashi, 1996, p.16). Os procedimentos para incorporá-la não foram bem-sucedidos, pelo que se verifica, pois a análise documental não se preocupa com as questões sócio-históricas, e a noção de informação relevante em um texto varia muito (Kobashi, 1996, p.17). Novamente, caso as questões sócio-históricas não importassem de fato, como organizar um sistema de informação sem antes compreender o campo de conhecimento ou ocupacional do qual faz parte? Talvez os aprofundamentos nas questões sócio-históricas sejam secundários, mas de maneira alguma dispensáveis.

Decisões desse tipo poderiam levar a análise documental a rejeitar, pouco a pouco, um ponto de vista abrangente sobre os fatores condicionantes do fenômeno da linguagem. Talvez seja necessário rever a extensão do pressuposto da necessidade prática na área, respeitando, obviamente, a demanda social por um volume crescente de documentos.

É provável também que a ênfase em recortes circunstanciais possa ter reduzido os esforços da organização da informação e do conhecimento no sentido de teorizar a respeito da constituição da linguagem, das variáveis determinantes na produção e, conseqüentemente, de suas formas de organização.

Várias foram as vertentes estudadas com o objetivo de chegar a convergências entre análise documental e análise de discurso. Em primeiro lugar, Cunha (1989b, p.23), Kobashi (1989b, p.35), Cunha, Kobashi & Amaro (1989, p.127-8) salientaram os trabalhos de Bronckart e os tipos de discurso, de acordo com o ato de produção. Essas últimas autoras argumentaram que o conhecimento sobre análise de textos ajuda, particularmente, na elaboração de dicionários e permite trabalhar com a noção de textos arquétipos. Em segundo lugar, aparece Charaudeau, com as contribuições em torno das tipologias discursivas, das circunstâncias

de elaboração e das competências situacional, discursiva e linguística (Cunha, 1989b, p.23; Kobashi, 1989b, p.38-9; Amaro, 1989, p.61-2).

Kobashi (1996, p.22) questiona a assimilação da análise documental por outras áreas, pois a principal diferença em relação às demais formas de análise (Análise de discurso, Análise de conteúdo, Análise logicista, Linguística textual e Inteligência artificial) é que a análise documental elabora modalidades de informação mediadas por códigos de conversão que buscam viabilizar a circulação da informação.

Com efeito, as técnicas são mais úteis na análise documental que os conceitos teóricos. Quando Linguística textual, Análise de conteúdo e Análise de discurso se voltam à teorização do discurso e do texto, afastando-se dos mecanismos, instrumentos e procedimentos tangíveis da análise de textos, isso parece não mais interessar para a análise documental. Essa é uma consequência explícita da adoção do pressuposto de operar recortes específicos em outras áreas. Apesar de válido, segundo as necessidades sociais observadas pela organização da informação e do conhecimento – as quais tratam da urgência da sociedade por sistemas de informação que ofereçam mais rapidamente condições de acesso à informação –, é possível que desestimule o aprofundamento em questões teóricas.

Pode-se afirmar que deriva também do estruturalismo a aplicação de teorias semânticas na análise documental. Conforme observou Cintra (1983, p.10): “Dentre os vários estudos de semântica, destacam-se, grosso modo, duas vertentes: a semântica estrutural e a semântica gerativa”. Das semânticas citadas, é evidente que ambas tratam o problema do significado do ponto de vista linguístico. Em tais circunstâncias, a Semântica estrutural responde à questão da descrição e do signo linguístico, e a Semântica gerativa estuda a competência do falante ao nível da significação (Cintra, 1983, p.10).

Alguns autores (Navarro, 1988, p.58; Cintra, 1983, p.11-2) salientam o papel da Semântica na análise documental mediante os conceitos de polissemia, homonímia, sinonímia e antonímia. A

polissemia consiste na pluralidade de significados; a homonímia corresponde à igualdade de significante, como o som, mas há diferença de significado; a sinonímia diz respeito à igualdade de significados, mas diferença de significantes; e a antonímia refere-se aos significados contrários. São conceitos-chave para compreender a dinâmica da linguagem natural e entender os conceitos que implicam a capacidade de se relacionar uns com os outros contribui para a identificação de palavras diversas para um mesmo assunto e, depois, operar algum tipo de padronização.

E localizada nos processos de análise documental, especialmente os de construção de sistemas de representação da informação, encontra-se a contribuição imprescindível da Semântica estrutural, cuja teoria viabiliza a esquematização de campos semânticos. A teoria dos campos semânticos, aplicada à análise de documentos, possibilita a identificação de palavras-chave que permitem a formulação de campos de relações entre as palavras de uma mesma área de conhecimento, interesse, atividade ou domínio. Consequentemente, auxilia a organização e a construção de instrumentos e produtos documentais. Natali (1978, p.36) observa esse fenômeno, afirmando que os tesouros constituem um avanço real no caminho da interação entre Linguística e Documentação, pois se baseiam na teoria dos campos semânticos e permitem o aprofundamento da noção de linguagem documental.

Fillmore fundamentou a teoria dos casos e sustenta que as relações casuais formam conceitos universais – inatos no sentido de Chomsky – e correspondem a certos juízos humanos. Outras estudiosas da análise documental ressaltam a importância da teoria dos casos (Cintra, 1983, p.20-1; Cunha, 1989a, p.49), pois a gramática de casos vale-se da estrutura profunda e de superfície, segundo a teorização de Chomsky. Os casos seriam variáveis: agentivo, instrumental, objetivo, locativo, temporal, origem, destinação, maneira, possuidor, dentre outros.

Além disso, Fillmore introduziu o conceito de caso que determina fenômenos sintático-semânticos. Conforme argumenta Cunha (1989b, p.25):

Duas questões básicas contribuíram para a exploração das categorias adaptadas de Pottier e Fillmore à leitura com fins documentários. Primeiramente a observação de que na gramática de casos os valores semânticos resultam das relações que se estabelecem entre os casos independentemente das funções sintáticas; em seguida a dificuldade em definir o que é um texto e quais são os mecanismos de compreensão, leitura, identificação dos traços descritivos e como se processa a representação tanto em linguagem natural como em linguagem documentária.

Fillmore, com a concepção de caso, retomou preocupações da filosofia aristotélica, quando se voltou à noção de categorias. Um caso é uma categoria gramatical que indica uma relação sintática em uma sentença. Essa noção está na origem da Lógica formal. Apesar disso, é notório o repúdio às considerações estritamente lógicas do significado, quando na realidade estão presentes em conceitos fundamentais, como expõe a teoria de Fillmore.

Ao lado das teorias semânticas estão as incursões à Lógica, considerada em várias ocasiões como fundamental nas atividades de análise documental. Sabe-se que a Lógica dispõe de uma teoria semântica do significado que deve ser observada nos estudos de análise documental, além das contribuições provenientes da Lógica formal clássica.

Como a Lógica não se constitui como uma linha única de estudo, há denominações vigentes que as incursões nessa disciplina devem observar. Considerando que a Linguística não se manifesta com todos os seus desdobramentos na análise documental e na organização da informação e do conhecimento, a análise das contribuições lógicas deve respeitar as várias nuances presentes na Lógica.

Os principais pontos da Lógica tomados como relevantes na análise documental são, na opinião de Kobashi (1996, p.19), a lógica de criação de teorias, o que se aproxima da teoria do conhecimento, e o procedimento de esquematização, como um processo que usa inferência para descrever o conteúdo. Esse é, ao mesmo

tempo, o produto da análise logicista, a representação condensada do material analisado.

Contudo, de acordo com Cunha (1989a, p.51), “[...] a Lógica enquanto ciência encontra-se bem distante das preocupações dos bibliotecários/analistas da documentação, mesmo quando se utiliza da automação”. A autora aponta que as possíveis contribuições da Lógica são: a) as relações lógicas, tais como inclusão/exclusão, todo/parte, gênero/espécie; b) a Lógica geral do discurso científico nos elementos como hipóteses, leis e teorias; c) a Lógica formal, que consiste na discussão das formas de raciocínio, os quais devem ser considerados pela análise documental. Os dois últimos contributos tratam de questões inerentes à teoria do conhecimento: a relação entre sujeito e objeto e o processo em que certos dados chegam a ser juízos. Entre os objetivos dessas contribuições estariam: a identificação de macroproposições semânticas, traços descritivos do autor em seu texto, as quais decorreriam da organização lógico-semântica do discurso e a verificação do processo por que passam as macroproposições/traços descritivos para palavras-chave ou conceitos (Cunha, 1989a, p.52).

Cunha (1989c, p.51) defende que é preciso “operacionalizar” os conceitos da Lógica na Biblioteconomia e procurou conduzir seu raciocínio apontando os elementos da Lógica mais propícios a beneficiar a análise de textos para a recuperação de informação. Para tanto, relacionou os tipos de inferências (indução, dedução e abdução), categorias (agente, objeto, instrumento, modo, produto, finalidade, lugar) e os conceitos de premissa, argumentos e conectivos, valendo-se do modo de simbolizar as relações entre as premissas.

O objetivo de Cunha (1989c) foi testar, juntamente com os procedimentos da análise documental, os conceitos da Lógica formal na análise de um romance. Evidenciando os argumentos principais do texto que pudessem mostrar seu conteúdo, substituiu as principais premissas por símbolos lógicos. Também apelou para o conhecimento geral dos colaboradores sobre romances policiais a fim de obter elementos para prosseguir a análise.

Presume-se que o aspecto fundamental de sua análise tenha sido menos o uso da Lógica e mais ressaltar a eficácia instrumental das categorias, cuja origem se vincula aos trabalhos de Fillmore, conhecidos pela expressão gramática de casos. Sabe-se que a gramática de casos se baseia em concepções da Gramática gerativa. A contribuição da Lógica ficou circunscrita à análise de textos e argumentos expressos, não sendo útil, na ocasião, para compreender o processo cognitivo do analista.

A partir do trabalho de Monteiro & Giraldes (2008), pode-se contatar que a Lógica formal, sobretudo os conceitos aristotélicos, foi essencial para a composição dos principais sistemas de classificação ora conhecidos. Muitos sistemas baseiam-se no procedimento aristotélico de definição, procurando, a partir da classe, chegar à essência ou ao que é específico em um conceito. As classificações filosóficas serviram de exemplo às classificações bibliográficas, que utilizaram o mesmo procedimento definitório para construir as tabelas de classificação universais, partindo dos acidentes para as essências. A essência traz um efeito adicional, na medida em que se pode acreditar que a essência seja algo inseparável do objeto representado, reificando uma perspectiva da essência a ponto de naturalizá-la. Isto é, pode ser que, em outros contextos, o homem não terá como essência ser um animal racional. Outro fato, é que as leituras particulares da representação são desconsideradas nos sistemas universais.

Argumenta-se que são pouco esclarecedoras as contribuições específicas das diversas escolas da Lógica. Mas verifica-se, a princípio, que a Lógica formal é a linha preferida, ao passo que outras concepções, tal como a Lógica na condição de teoria do conhecimento e a Lógica como teoria dos signos, não são observadas. A Lógica simbólica, por exemplo, defende que a construção de linguagens formais pode auxiliar o exame de argumentos científicos e abreviar o tempo do cálculo dedutivo. Assemelha-se, assim, à valorização de linguagens formalizadas – fenômeno encontrado na organização da informação e do conhecimento – cujas finalidades são economizar o tempo de busca e facilitar a comunicação da informação.

Dias & Naves (2007, p.90) sustentam, nesse sentido, que “a importância da lógica formal para a análise de assunto vem do fato de que símbolos lógicos, ao contrário dos linguísticos, têm um significado perfeitamente exato”. Entretanto, o processo pelo qual se utilizam esses parâmetros lógicos no dia a dia dos profissionais que atuam no tratamento do conteúdo da informação não foi explicado.

A Lógica enquanto teoria dos signos é poucas vezes considerada, pois a literatura sobre o assunto tende a valorizar a Semiótica vinculada à teoria linguística, valendo-se da Lógica apenas nos momentos em que esta dispõe de conceitos que validam noções e procedimentos para compor categorias hierárquicas. Os tipos de raciocínio considerados como modos de se chegar ao assunto principal de um documento abordam, tão somente, as formas indutiva e dedutiva, dispensando novas classificações dos tipos de argumentos.

As contribuições da Lógica para a teoria do conhecimento não parecem ser um ponto relevante na teoria da análise documental, na medida em que as noções diádicas do signo em que se ancoram dispensam um relacionamento com a realidade, como dispositivo da determinação do significado do conhecimento. Daí resulta uma tímida influência da Lógica na organização da informação e do conhecimento, constituindo uma dificuldade para a entrada de teorias lógicas específicas para a análise da informação. Apesar de essa discussão exceder os objetivos deste livro, não se pode deixar de notar a convergência dos temas ligados à Lógica com a organização da informação e do conhecimento.

Conclui-se, a partir do exposto, que os principais conceitos provenientes da Lógica, aplicáveis às atividades de análise documental de conteúdo e de construção de linguagens documentais, consistem nos seguintes: 1) categorias aristotélicas (substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, estado, ação e paixão), predicação (processo pelo qual se descreve alguma propriedade de uma coisa, esse processo recorre às relações: gênero, diferença específica, propriedade e acidente para descrever e

definir algo), processo de definição, premissa, argumento (dedutiva e indutiva), cópula, conectivos, silogismo, relações lógicas (identidade, implicação, negação, interseção, disjunção); 2) a presença, ainda que insuficiente, de concepções da Lógica da ciência ou Lógica metodológica (hipóteses, teorias, leis, etc.) e da Lógica da descoberta; 3) derivado desta última, a organização lógica do discurso.

Deve-se acrescentar ainda que as chamadas relações lógicas não provêm unicamente da Lógica formal, mas também da Lógica simbólica. É o caso, por exemplo, das operações lógicas de implicação e de interseção, as quais são utilizadas para tratar das relações entre premissas. No campo da organização da informação e do conhecimento, essas últimas relações são aplicadas aos conceitos.

As relações lógicas entre conceitos é um dos pontos centrais do desenvolvimento de mecanismos de padronização dos termos em linguagens documentais, e tanto a organização da informação e do conhecimento quanto a Terminologia valem-se dessa teorização. É possível que uma das vias de entrada da Lógica na organização da informação e do conhecimento seja a Terminologia, em algumas de suas perspectivas.

Por conseguinte, as contribuições da Terminologia para a organização da informação e do conhecimento incidem no tratamento do conteúdo dos materiais de informação, principalmente na fase de elaboração dos produtos de representação da informação que contemplam os processos percorridos para extrair o conteúdo dos documentos. A partir de um termo utilizado por uma comunidade científica ou técnica, expresso nos instrumentos de representação da informação, o conceito teria parâmetro aceitável do uso corrente do vocabulário de um grupo especializado. São as representações de conceitos de uma linguagem de especialidade.

Na recente história da análise documental, a interseção com a Terminologia dá-se em meados dos anos 1980, e com mais intensidade no Brasil, em 1990. Nesse período, vários artigos procuraram demonstrar a eficácia da Terminologia para operar sobre os conceitos na produção de instrumentos que auxiliam na representação

da informação. A organização da informação e do conhecimento encontra na Terminologia uma disciplina atrativa, no sentido de trabalhar com os campos do conhecimento e objetivar a organização e compilação de termos referentes a conceitos científicos e técnicos.

Quando da elaboração de linguagens documentais, os especialistas em tratamento do conteúdo da informação adotam a categoria conceitual “termo” como forma de identificar a linguagem utilizada pelos especialistas, cientistas e técnicos.

Cabré (1995, p.292, 295) salienta que existe uma troca mútua entre Terminologia e Documentação, a primeira serve e é servida pela segunda. Além disso, são nas atividades de padronização que a Documentação reconhece na Terminologia um mecanismo essencial de representar conceitos e documentos, pois “[...] os thesaurus e as classificações são basicamente inventários terminológicos organizados tematicamente e controlados formalmente” (Cabré, 1995, p.296).

Na mesma direção, Dias (2000, p.91) sustenta que a Terminologia contribui, sobretudo, para a representação de conteúdo para facilitar o acesso à informação. Barros (2006, p.24) salientou que a Documentação utiliza o tesouro nas atividades de indexação, instrumento este que se utiliza da Terminologia para sua elaboração. É também a centralidade nas áreas especializadas que promovem a convergência entre Terminologia e Documentação.

Para Cabré (1999, p.234), a Documentação proporciona à Terminologia aplicada, ou Terminografia, meios de detectar, analisar e classificar unidades terminológicas. Além disso, a Documentação oferece condições para o tratamento de termos especializados via análise do conteúdo dos documentos; é um mecanismo para verificar a existência de um termo no discurso científico. As atividades de tratamento e organização dos materiais proporcionam condições para recuperação de informações sobre definições, contextos e sinônimos empregados para um termo (Cabré, 1999, p.235).

Por outro lado, a Terminologia que mais interessa à Documentação é de natureza normativa. Os instrumentos auxiliares ao tra-

balho de análise documental e indexação, tais como índices, sistemas de classificação e tesouros, são compilações ou recompilações terminológicas que servem para definir a estrutura conceitual dos termos, associando-os, no caso dos tesouros, aos demais conceitos. Segundo Cabré (1999, p.237, tradução nossa):

A indexação é no fundo uma operação terminológica, é uma atividade de identificação da terminologia mais indicativa do conteúdo do documento, pela qual se atribui um valor de conteúdo a determinadas unidades e expressões do texto, que são as que servirão de ancoragem à recuperação da informação.

A descrição de conteúdo documental, buscando ao fim do processo chegar a unidades terminológicas, e a elaboração de instrumentos para a organização da informação são atividades terminológicas. Há, nesse ponto, uma relativa familiaridade entre as atividades terminológicas e as atividades de tratamento da informação. Cabré (1999) sustenta ainda que a Terminologia mais ajustada às atividades documentais é a que enfatiza a normalização, pois há uma premissa de que os termos devem possuir alto grau de univocidade. Entretanto, deve atentar-se para o fato da harmonização desses termos à expectativa dos usuários e às realidades envolvidas.

Muitos estudiosos que investigam a organização da informação e do conhecimento manifestaram-se sobre os reais contributos da Terminologia. Examinando os estudos de Tálamo, Lara & Kobashi (1992), Tálamo (2001), Lara (1999, 2001), Lara & Tálamo (2006), Tálamo & Lara (2006), é possível concluir que a Terminologia exerce uma função teórica e aplicada na organização da informação e do conhecimento; tanto em um nível preliminar de interdisciplinaridade, possibilitando trocas bilaterais, quanto servindo de fundamento para a composição de uma nova disciplina ligada à Ciência da Informação.

Tálamo, Lara & Kobashi (1992, p.199) argumentaram que, para se constituir um efetivo instrumento de controle terminológico, o tesouro deve estar subsidiado por um dicionário terminológico, pois

os descritores não correspondem necessariamente à língua especializada, ao contrário dos termos. Com base na Terminologia, as autoras aceitam a substituição do tesouro pelo tesouro terminológico, na medida em que este último baseia-se no estudo do discurso especializado, produzindo repertórios que relacionam os termos aos referentes.

Também segundo Lara (1999, p.132-3), a Terminologia é uma ciência que apoia a elaboração de linguagens documentais no âmbito da Documentação. E não é qualquer teoria da Terminologia que cumpre essa função, e sim as que estão equilibradas sob o formalismo e as necessidades pragmáticas. Em outras palavras, as que oferecem condições de construção de instrumentos de controle terminológico, mas que, apesar de padronizado, extraia os aspectos sociais e objetivos práticos dos usos dos termos em um contexto.

A Terminologia dispõe de parâmetros teóricos, via seus produtos, como dicionários especializados, glossários, etc., e recursos práticos, na forma de procedimentos para colher conceitos termos de um domínio de conhecimento, estabelecendo uma relação mais próxima entre teorias linguísticas e organização da informação e do conhecimento. Lara (2001) continua, afirmando que a Terminologia auxilia na definição de hipóteses ou sugestões de termos para as linguagens documentais, pois o trabalho terminológico – mais precisamente, o terminográfico – subentende a análise de um conjunto de documentos, elegendo destes, os termos-candidatos, dispostos em fichas terminológicas em que são indicadas as definições, os termos e os contextos de uso. A autora (Lara, 2001) ressalta: “Hoje, entretanto, a Terminologia teórica e concreta permitem fundamentar a seleção dos termos e o estabelecimento de redes de relacionamento entre eles a partir de referências concretas de determinados universos conceituais”.

Proporcionando aspectos teóricos para a análise documental, a Terminologia contribui para a teoria e as práticas decorrentes da Linguística documental. A manifestação mais evidente da confluência entre Linguística e análise documental foi a formulação da Linguística documental decorrente dos estudos de G. Gutierrez,

nos anos 1980. Gutierrez destaca o papel das linguagens documentais, sendo a Linguística documental a disciplina que contribui com os fundamentos dos processos de análise, tradução, redução e representação da informação (Kobashi, 1996, p.7).

A Linguística documental estuda e desenvolve as teorias e métodos de construção de linguagens documentais. Além dos benefícios da Linguística, pressupõe a associação com a Lógica e a Terminologia. Se o objeto de investigação são as linguagens documentais, e se os resultados dos trabalhos terminológicos são de grande valia a essas linguagens, então é razoável concluir sobre a inexorável interface entre Linguística documental e Terminologia.

A linguagem documental somente pode funcionar como instrumento de comunicação caso utilize a Terminologia em sua condição operacional (Tálamo, 2001, p.148). Deriva dos estudos terminológicos a definição de termos que facilitam a comunicação especializada. Daí supõe-se uma real integração entre Linguística documental e Terminologia, a ponto de alguns autores sustentarem que:

Se no plano teórico o diálogo entre Terminologia e a Linguística Documentária apresenta fundamento consistente, na prática, ele pode sucumbir a empréstimos pontuais, concorrendo para a ideia da existência de relação direta e mecânica entre termos – unidades terminológicas e unidades documentárias – descritores, palavras-chave, entre outros. (Lara & Tálamo, 2006, p.3)

A Terminologia pretende realmente reconstituir o contexto de produção do conhecimento e os modos de comunicação do saber especializado. Enquanto a análise documental restringe-se a um conjunto de documentos na condição de *corpus* como principal fonte para construção de instrumentos de controle terminológico, a Terminologia pode valer-se do discurso oral e testar o material obtido e coletado junto ao *corpus* documental.

Entre as várias disciplinas e perspectivas teóricas que concorrem para a constituição dos fundamentos da Linguística docu-

mental, podem-se citar, além da Terminologia em suas diversas linhas de orientação, a Semiótica e a Linguística estrutural (Tálamo & Lara, 2006), sendo a Terminologia a responsável pela teorização a respeito da formação dos conceitos, a definição dos termos e o estabelecimento dos relacionamentos semânticos entre eles. Supõe-se como evidentes os aspectos terminológicos que influenciam a dinâmica das atividades e dos produtos da análise documental.

Observando ainda as relações da Linguística na organização da informação e do conhecimento, a questão que surge inevitavelmente é que a primeira disciplina colaborou apenas para a Documentação e para a análise documental.

Entretanto, merece ressalva também o papel da tradução automática e da Linguística computacional. Nas ocasiões em que se procuram identificar as contribuições da Linguística na organização da informação e do conhecimento, deve-se pensar na interação com outras teorias predominantes.

A mesma análise vale para as contribuições da Inteligência Artificial, porque pretende aplicar algoritmos para o tratamento automático da linguagem natural e oferecer soluções para problemas ligados aos métodos de criação de bases de conhecimento, recorrendo à interface entre Inteligência Artificial, Linguística do texto e Análise do discurso (Kobashi, 1996, p.20-1).

Com efeito, as linhas que se encontram na confluência entre as ciências exatas e as ciências humanas não podem ser desconsideradas quando se pretende reconstituir o papel da Linguística na organização da informação e do conhecimento. Contudo, as diversas interações da Linguística com as ciências exatas, apesar de essenciais, não são objeto de análise deste livro.

Apesar das influências dominantes no âmbito teórico, não é sempre fácil aceitar as raízes linguísticas da análise documental. Gardin (apud Kobashi, 1996, p.12) concluiu, a partir de tentativas entre 1960 e 1970, que a Linguística e a Semiologia têm pouco a oferecer para a análise documental. Resta saber quais correntes da Semiologia podem oferecer subsídios para a análise documental e quais delas transcendem as atividades dirigidas pela prática recente

da análise documental, abrindo caminhos para futuras pesquisas no âmbito semiológico.

As aproximações desenvolvidas anteriormente se limitam aos poucos autores citados e ao campo da análise documental. Porém, fornece elementos úteis para explicar as condições de interação entre a Linguística e a organização da informação e do conhecimento.

3

DA SEMIOLOGIA

O objetivo da pesquisa semiológica é reconstituir o funcionamento dos sistemas de significação da língua, segundo o próprio projeto de qualquer atividade estruturalista, que é construir um simulacro dos objetos observados.

Barthes, 1971, p.103

Na primeira metade do século XX, nos países da Europa, surgiu um movimento intelectual motivado por linguistas que buscavam sistematizar uma ciência da linguagem e estabelecer os conceitos principais para a sua fundação. Esse fenômeno foi desencadeado logo após avanços no campo da Lógica, provenientes dos Estados Unidos e ligados à figura do lógico e filósofo Charles Sanders Peirce (1839-1914).

A teoria dos signos criada na Europa esteve associada à fundação da Linguística moderna. É necessário ressaltar que há um conjunto enorme de correntes das teorias dos signos que derivam da Linguística e que mereceriam ser examinadas em profundidade. Sendo assim, neste capítulo objetiva-se elencar as linhas fundamentais das teorias dos signos provenientes da Linguística e seus impactos na organização da informação e do conhecimento, em especial as concepções semiológicas de Saussure, de Hjelmslev, de Barthes e Greimas.

Além disso, sob o rótulo “teoria dos signos” apareceram, durante o início do século XX, as contribuições de Ogden e Richards, por um lado, e as de Morris, por outro. As concepções de signos de ambos os grupos serão necessárias para discutir outras fontes fundadoras da teoria dos signos que, porventura, a organização da informação e do conhecimento venha a utilizar. Essas foram incluídas neste capítulo apenas por não refletirem propriamente a Semiótica de Peirce, apesar de utilizarem conceitos peircianos. De maneira alguma considera-as como equivalentes às demais teorias semiológicas.

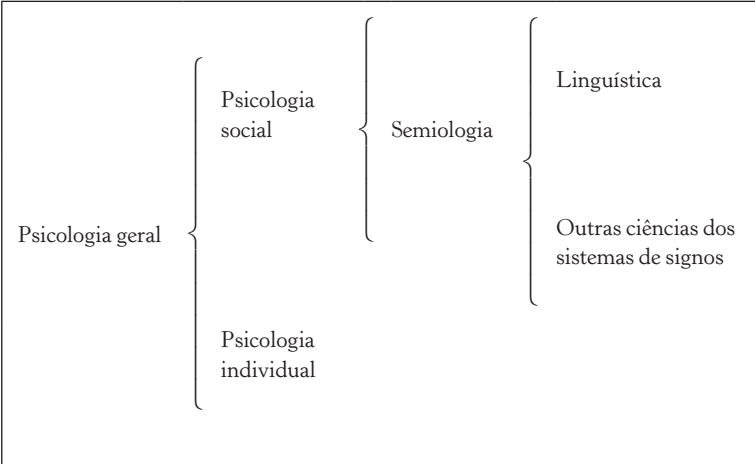
A Semiologia, para Saussure, é uma ciência que ainda vai se constituir, mas que, para isso, deve ser geral e prover conhecimentos sobre um número imenso de sistemas de signos, procurando estabelecer as leis que regem a ação dos signos na vida social e descrevendo a natureza dos mesmos. Com o intento de contribuir com essa empreitada, Saussure pontuou:

Pode-se, então, conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da Psicologia Social e, por conseguinte, da Psicologia Geral; chamá-la-emos de Semiologia (do grego *sēmeiôn*, “signo”). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos. (Saussure, 1970, p.24)

Com essa explicação verifica-se, de antemão, que a Semiologia foi proposta como um projeto. O linguista suíço ressaltou que a Semiologia não existia ainda, mas indicou as linhas mestras para seu desenvolvimento. Tarefa que foi levada a cabo por linguistas e semiólogos posteriores e que reconhecem ter uma grande dívida com Saussure.

A partir do exposto, podem-se esquematizar as divisões e o lugar da Semiologia dentre as demais ciências, segundo Saussure (1970).

Figura 4 – Semiologia na classificação das ciências de Saussure



Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se que a Linguística precisa inevitavelmente fazer alusão à Semiologia. Para Saussure (1970, p.25), o problema da Linguística é, sobretudo, um problema semiológico. Isso quer dizer que as questões envolvidas no estudo da língua são problemas semiológicos por natureza, portanto, referem-se à ação de signos institucionalizados em uma sociedade. A Linguística deve ser compreendida a partir da Semiologia e das leis gerais da ação dos signos por ela descobertas.

O signo vislumbrado pela Semiologia foi definido anteriormente pela Linguística, isto é, composto de uma forma de expressão e de um conteúdo. Saussure (1970), apesar de enfatizar o papel da língua como sistema de signos privilegiado em relação aos demais sistemas, reconhece que esse sistema representa uma parcela significativa dos sistemas de signos humanos (língua de surdos-mudos, signos militares, etc.).

Supõe-se que o argumento funcione como tentativa de aproximar os sistemas, segundo um ponto de visto único, o semiológico, que permitiu entrever os demais sistemas de signos a partir de uma matriz única e quase homogênea. Os demais conceitos linguísticos saussurianos serviram de aporte à teorização semiológica. Outros linguistas valeram-se do arcabouço teórico de Saussure para o aplicar em outros sistemas sígnicos.

A Semiologia em Hjelmslev (1975), por seu turno, configura-se como um tipo especial de Linguística. Ele entende a Linguística como uma Semiologia que tem como objeto uma Semiótica ou sistema de signos. No esquema de Hjelmslev (1975, p.212-9), existe, em um nível superior de investigação, uma metasemiologia, a qual tem por objetivo estudar as outras semiologias.

Em outras palavras, a metasemiologia constrói conhecimentos sobre as diversas semiologias. Uma semiótica científica é uma semiologia, pois toma como objetos as semióticas ou sistemas de signos particulares. Já a semiótica propriamente dita é uma linguagem não científica que serve de objeto de semiologias ou metasemióticas.

A ideia que preside a noção de meta, isto é, um discurso que explica e discorre a respeito de outro discurso, é recorrente no pensamento de Hjelmslev, haja vista o entendimento da Linguística como um tipo privilegiado de metalinguagem. Pode-se assim esquematizar a posição da metasemiologia, da semiologia e da semiótica por ordem de complexidade, ou seja, das ciências para os objetos de estudo: metasemiologia para semiologias (metasemióticas ou semióticas científicas), e desta para as semióticas (ou semióticas enquanto objetos de pesquisa. Por exemplo: a língua ou os outros sistemas de signos visuais, gestuais, etc.).

É relevante aos propósitos deste capítulo apenas a definição de Semiologia de Hjelmslev, dos objetos de análise da teoria da linguagem e da abertura dada pelo autor para pensar tantos outros tipos de sistemas sígnicos. Os conceitos semiológicos de Hjelmslev estão ancorados no esforço bem-sucedido do aperfeiçoamento das dicotomias de Saussure.

Além disso, deve-se acrescentar que o linguista dinamarquês avançou, sobremaneira, em relação à afirmação de Saussure de que existirá uma ciência geral dos signos na vida social. Hjelmslev esmiuçou os conceitos de signo, de Semiologia e forneceu diretrizes metodológicas para uma teoria geral da linguagem, entre elas, a observância à hipótese da existência da estrutura.

A discussão dos processos de conotação ou semióticas conotativas também foi levada a cabo por Hjelmslev. A denotação é o processo pelo qual um significante do signo serve como expressão de um apropriado significado ou conceito, ao passo que conotação é o fenômeno que exige, de um plano de expressão ou significante, uma divisão que produza um novo significante para um outro significado, o qual não é estabelecido previamente na primeira expressão do signo. Conotar consiste em tomar um significante de um signo específico para veicular uma outra informação de um signo diferente do primeiro.

De uma perspectiva não linguística, a síntese das teorias dos signos concebidas até início do século XX foi construída pela investigação de Ogden e Richards, na década de 1920. Esse estudo é considerado um dos mais importantes da época, e o triângulo elaborado pelos autores tornou-se clássico nos estudos da linguagem, cuja finalidade é representar a concepção de signo em suas várias vertentes: Linguística, Semiótica e Lógica. Esse triângulo é, por vezes, utilizado para explicar o conceito de signo de Peirce, mas isso não justifica assumi-lo como o triângulo semiótico de Peirce.

O esquema dos autores desdobra-se em uma versão triádica do signo, como pode ser observado na Figura 5.

O pensamento ou a referência é o elemento de conteúdo do signo; o símbolo é a expressão do signo, que pode ser, por exemplo, verbal ou visual; e o referente é, *grosso modo*, entendido como o equivalente existencial do signo, aquilo que atrai a atenção do sujeito para o signo. Tal como concebe a Linguística, o referente seria o extralinguístico, a coisa ou o fenômeno. Como examinado anteriormente, cada uma dessas palavras requer definições específicas.

Figura 5 – Triângulo dos signos de Ogden & Richards



Fonte: Ogden & Richards (1972, p.32).

São diversas as tentativas de superar o triângulo de Ogden & Richards, mas nenhuma que consiga substituí-lo como mecanismo de elucidação do signo, bem como de seus elementos. Por um lado, para se compreender as consequências desse esquema para a Semiologia, autores como Blikstein (1985), Guiraud (1972), Eco (2000) e Lopes (1995) identificam que o signo para a Linguística estruturalista – e podem-se incluir aqui suas noções presentes na Semiologia – está localizado ao lado esquerdo da figura. Desse modo, assume-se que as questões ligadas a algum tipo de referente ou fator extralinguístico – no âmbito de um signo triádico – não compete à Linguística.

Por outro lado, a Filosofia e a Lógica percebem o lado esquerdo como fundamental para o estudo da cognição humana e da produção do conhecimento que possa ter alguma validade comprobatória, isto é, que tenha relação com fenômenos existentes. Como consequência da adoção dessa figura, na condição de principal instrumento a ilustrar o conceito de signo, muitos teóricos tiveram que enfrentar esse triângulo.

Peirce e Frege foram justapostos nesse esquema por Eco (2000), que argumentou que o triângulo de Ogden & Richards, aplicado ao conceito de signo de Peirce, se mostrou equivalente ao de Frege.

Eco simplesmente resume essas posições a partir de uma definição popularizada de signo, apontando como as diversas definições se assemelham e se equivalem, o que não seria teoricamente possível. Uma semelhança forçada tende a homogeneizar as teorias dos signos de origem semiótica e semiológica, causando profundas dificuldades ao entendimento das abordagens dos signos.

Ao lado da contribuição não estruturalista à teoria dos signos, chega-se as ideias de Charles William Morris (1901-1979), que elaborou uma teoria semiótica por volta das décadas de 1930 e 1940. Os fundamentos da teoria de Morris estão enraizados na Semiótica de Peirce, no behaviorismo social e na teoria interacional simbólica de G. Mead, no pragmatismo americano, no empirismo e no positivismo lógico (Nöth, 2005b, p.181).

Quando se trata da noção de Pragmática, estudo dos usos e usuários dos signos, Morris é reverenciado como pioneiro. A diferença nem sempre observada é que Morris recorreu às divisões da Lógica de Peirce para compor a concepção de Pragmática. “Porém, enquanto Peirce concebeu a semiótica basicamente como uma ciência do homem, Morris (1976, p.83, 366) estendeu o escopo da teoria geral dos signos de forma a incluir o processamento de signos por animais ou, de forma mais geral, por organismos” (Nöth, 2005b, p.183).

Diversos conceitos de Morris estão fundamentados na doutrina dos signos de Peirce. Conceitos como semiose (ação dos signos) e interpretante (efeito interpretativo), além da matriz triádica do signo, remontam à teoria de Peirce. Morris (1976, p.13-5) explica que o signo é composto de um veículo do signo, um *designatum* e um interpretante para um intérprete. O veículo do signo é aquilo que funciona como signo, o *designatum* é aquilo a que o signo se refere, mas enquanto uma classe ou espécie de objeto. Por último, o interpretante é o efeito sobre um intérprete em virtude do qual a coisa em questão é um signo para este.

O *designatum*, na condição de referente, difere do *denotatum*, que é o membro da classe referida pelo *designatum* na sua existência real. Na perspectiva de Morris (1976, p.15), “não há nenhuma con-

tradição se dissermos que todo signo tem um ‘designatum’, mas nem todo signo se refere a um existente real. Quando aquilo a que se refere existe realmente como algo referido, o objeto da referência é um *denotatum*”. Segundo a abordagem de Morris, parece não haver dificuldades em assumir a parte direita do triângulo de Ogden & Richards.

A Semiótica de Morris é uma ciência interdisciplinar e, na medida em que as demais ciências se valem de signos, a Semiótica se constitui em uma metaciência (Nöth, 2005b, p.184). Como bem registrou Nöth (2005b, p.190), só recentemente a Pragmática, cuja origem muitos supõem estar vinculada diretamente à obra de Morris, torna-se parte da Linguística. Mesmo assim, a concepção de Pragmática varia muito no âmbito da Linguística, correspondendo a um conjunto de pesquisas que trata de temas nem sempre próximos.

Para Morris, o signo consiste em uma resposta produzida a partir de um primeiro estímulo. Pode-se estender tal concepção a todos os organismos vivos. O signo seria um dispositivo mediador entre meio ambiente e organismo. Para tanto, Morris (1976) divide a Semiótica em dimensões da semiose: Sintaxe, Semântica e Pragmática. A Sintaxe ocupa-se do estudo das relações sintáticas entre os signos; a Semântica investiga as relações entre os signos e a realidade, os *designatum* e *denotatum*; e a Pragmática, cunhada com base no Pragmatismo peirciano, é a ciência das relações dos signos com seus intérpretes, isto é, os usos e os usuários dos signos.

As três dimensões da semiose têm sua origem no *trivium* medieval das artes da linguagem: Gramática, Dialética (Lógica) e Retórica. Charles Peirce reinterpreta esse *trivium* e divide a ciência dos signos também em três ramos: Gramática pura, Lógica crítica e Retórica pura. Estabelecer um paralelo entre as dimensões da Semiótica de Morris é possível quando se concebem a Gramática pura como precursora da Sintática, a Lógica própria, da Semântica, e a Retórica pura como precursora da Pragmática (Nöth, 2005b, p.186-7).

Esse é um indício de que as ideias consideradas inovadoras sobre a divisão de Semiótica de Morris são, em realidade, uma

redução da concepção dos grandes ramos da Lógica de Peirce. Convém destacar a opinião de Santaella (2004, p.178), para quem “Charles Morris popularizou as complexas concepções originais que Peirce tinha dos três ramos da Lógica ou Semiótica na conteudística e psicologizante divisão da Semiótica nos níveis sintático, semântico e pragmático. Nada poderia estar mais distante de Peirce do que essa simplificação”.

A linha behaviorista foi, de fato, a base teórica para a contribuição de Morris (1976, p.16) à teoria dos signos. Segundo ele, “[...] a explicação que foi dada presta-se a um tratamento do ponto de vista behaviorista e será esse ponto de vista aqui adotado”. Evidentemente, as contribuições de Morris à teoria dos signos não se limitam aos elementos indicados anteriormente, mas é possível ter clareza desse ponto de vista sobre o conceito de signo.

Retornando à Semiologia estruturalista, pode-se situar o francês Roland Barthes (1915-1980) entre os semiólogos que contribuíram decididamente para a análise semiológica de sistemas de signos não verbais. Para Barthes (1971, p.13), a Semiologia deve ter seu vínculo com a Linguística revisado e, ao contrário de Saussure, submeteu a Semiologia a uma parte da Linguística. Barthes foi um estruturalista dos anos 1960 e propagador do programa semiológico de Saussure. As áreas para as quais contribuiu foram: análise do mito, da literatura, da narrativa, da comunicação visual, da arquitetura, da imagem, da pintura, do cinema, da propaganda e semiótica da medicina (Nöth, 2005b, p.133).

Seguindo o esquema teórico de Saussure, Barthes concentrou esforços, como muitos teóricos desse campo, nos sistemas humanos ou no conjunto de signos produzidos pelo homem com o intuito – ou como resultado – de comunicar. A principal contribuição do autor foi comparar os macroconceitos da Linguística e adaptá-los a outros sistemas, por exemplo: a moda, os sinais de trânsito, os gestos, a comida, etc. Os principais teóricos que dialogaram com Barthes no período examinado foram, principalmente, Saussure e Hjelmslev, apesar das menções a Lévy-Strauss, Martinet, Peirce, Morris e Jakobson.

Barthes (1971, p.13) propôs a conversão da Semiologia em uma translinguística, cuja intenção é estudar o mito, a narrativa, o artigo de jornal e outros objetos culturais. Ela deve, assim, ultrapassar a Linguística no que tange aos objetos estudados por esta, mas levando em conta as categorias estruturais para o estudo dos sistemas de signos.

O pensamento de Barthes sofreu muitas modificações ao longo das décadas de 1950 à de 1970, passando até a questionar a matriz estruturalista à qual seus primeiros estudos estiveram comprometidos. De acordo com Bocca (2003), Barthes alterou seu pensamento à medida que verificou que o modelo de ciência saussuriano era inconsistente, não havendo possibilidade de prever um significado único para nenhum elemento dos sistemas de signos, quanto mais utilizar os conceitos linguísticos como instrumentos de apoio metodológico.

Tendo questionado a função central da Linguística na proposição dos fundamentos da Semiologia, e entrevendo novas possibilidades de leitura, Barthes aproximou-se da hermenêutica para “ler” e produzir sentidos sobre os sistemas de signos. Embora esse posicionamento possa ser entendido como pós-estruturalista, o semiólogo levou a abordagem estruturalista de Saussure e Hjelmslev aos diversos campos de estudo da Semiologia.

Reportando-se à definição de Semiologia preconizada por Saussure e à sua posição perante a Linguística, Barthes insere a Semiologia como uma parte da Linguística que se encarrega das grandes unidades do discurso (Barthes, 1971, p.13). A linguagem ou os sistemas de significação são objetos de estudo da ciência dos signos. O que Barthes procurou enfatizar é a presença de outros objetos-sistemas de signos: o cinema, a publicidade, os quadrinhos, a fotografia, o vestuário, os alimentos, etc. Estes moldariam a concepção e os objetos principais da Semiologia que devem buscar na Linguística seus fundamentos.

O semiólogo chega a afirmar que “[...] o saber semiológico não pode ser, atualmente, senão uma cópia do saber linguístico” (Barthes, 1971, p.13). Nesse sentido, Barthes nega a autonomia dos

sistemas não linguísticos na medida em que estes podem ser traduzidos exclusivamente pelo sistema verbal (Nöth, 2005b, p.139-40). A noção de que a Semiologia é uma parte da Linguística distancia-se da proposta original de Saussure, transformando-se, segundo opinião de Nöth (2005b, p.140), na “[...] antítese mais radical à teoria de Saussure da linguística como um ramo da semiótica”.

Ainda dentro da linha estruturalista defendida em *Elementos de Semiologia* (e também em *Mitologia* e *O sistema da moda*), Barthes (1971, p.14) esquematiza a exposição da obra segundo as dicotomias mais recorrentes do estruturalismo linguístico: língua e fala, significado e significante, sintagma e sistema, denotação e conotação.

O conceito de língua é explicado de modo bem didático por Barthes (1971, p.17-8): “A *Língua* é então, praticamente, a linguagem menos a Fala; é, ao mesmo tempo, uma instituição social e um sistema de valores. Como instituição social, ela não é absolutamente um ato, escapa a qualquer premeditação; é parte social da linguagem; o indivíduo não pode, sozinho, nem criá-la nem modificá-la”. Até esse ponto, Barthes não traz nada de surpreendente em termos da teoria estruturalista da linguagem, a intenção é apenas precisar os elementos conceituais da Linguística e da Semiologia e condensar os aspectos fundamentais do pensamento de Saussure e Hjelmslev.

Com o propósito de pensar os objetos semiológicos a partir de um ponto de vista linguístico, Barthes estende os conceitos linguísticos do estruturalismo ao estudo dos sistemas sígnicos. Tanto língua e fala, em suas versões mais genéricas em sistema e execução, quanto significante e significado, equivalentes aos planos da expressão e do conteúdo, são conceitos válidos para inquirir sobre outros códigos a partir das estruturas.

Sendo assim, Barthes (1971, p.28) sustentou que: “Postularemos, pois, que existe uma categoria geral *Língua/Fala*, extensiva a todos os sistemas de significação; na falta de algo melhor, conservaremos aqui os termos *Língua* e *Fala*, mesmo se não se aplicarem a comunicações cuja substância não seja verbal”.

Tal proposta deriva das contribuições das concepções estruturalistas discutidas anteriormente. A diferença, porém, consiste na tentativa de adaptar os conceitos para que sejam operacionais no sentido de enquadrar sistemas de signos passíveis de leitura e, por consequência, pesquisa. Por isso, menciona-se a fala indumentária (uso individual das peças disponíveis no sistema) e a língua indumentária (sistema de combinações possíveis com suas regras de uso).

As principais marcas desse fenômeno que ilustram sua matriz estruturalista adotada e, ao mesmo tempo, indicam as inovações em relação às iniciativas anteriores, podem ser visualizadas no Quadro 4.

Esse quadro elucida ao mesmo tempo a transposição e a extrapolação dos conceitos linguísticos para outros sistemas de signos. O nível do sistema representa as possibilidades virtuais de realização das combinações, presentes no nível da língua ou da estrutura de regras de uma linguagem e produz modelos (paradigmas) de signos que podem substituir um ou outro elemento no instante da execução. No caso do vestuário, o sistema realiza-se no exato momento em que um sujeito individual combina as peças de uma coleção de roupas disponíveis.

O nível sintagmático demonstra o encadeamento dos signos no processo da atualização do sistema (fala). Ele está comprometido com o aspecto individual do código, isto é, sua demonstração na ação de execução. Da mesma forma que na fala não há condições de executar vários paradigmas ao mesmo tempo – tendo em vista o ir-redutível fluxo contínuo da fala –, não seria possível um indivíduo trajar no mesmo instante vários sintagmas, compostos por diferentes peças de roupa.

A ênfase na matriz linguística e na supremacia da linguagem verbal e escrita não resultou no despreendimento da matriz estruturalista, haja vista a tentativa de adaptar conceitos, tal como o de sistema ao vestuário. Segundo Barthes (1971, p.12), “[...] nós somos, muito mais do que outrora e a despeito da invasão das imagens, uma civilização da escrita”. A preferência pela escrita, clamando à

predominância da civilização da escrita, não é um argumento suficiente para analisar outros campos de estudo da teoria dos signos: o estudo das imagens, os recentes jogos em rede, a realidade virtual, ou mesmo, as mensagens veiculadas por mídias de massa.

Quadro 4 – Sistema e sintagma

| | Sistema | Sintagma |
|-------------|---|--|
| Vestuário | Grupo de peças, encaixes ou pormenores que podemos usar ao mesmo tempo e em um mesmo ponto do corpo e cuja variação corresponde a uma mudança do sentido indumentário: touca/gorro/capelina, etc. | Justaposição num mesmo conjunto de elementos diferentes: saia – blusa – casaco. |
| Comida | Grupo de alimentos afins e dessemelhantes no qual escolhemos um prato em função de certo sentido: as variedades de entradas, assados ou sobremesas. | Encadeamento real dos pratos escolhidos ao longo da refeição: é o cardápio. |
| | O cardápio no restaurante atualiza os dois planos: a leitura horizontal das entradas, por exemplo, corresponde ao sistema, a leitura corresponde ao sintagma. | |
| Mobiliário | Grupo das variedades “estilísticas” de um mesmo móvel (uma cama). | Justaposição dos móveis diferentes num mesmo espaço: cama – armário – mesa, etc. |
| Arquitetura | Variações de estilo de um mesmo elemento de um edifício, diferentes formas de telhados, sacadas, entradas, etc. | Encadeamento dos pormenores no nível do conjunto do edifício. |

Fonte: Barthes (1971, p.67).

O conceito de conotação utilizado por Barthes, que figura como uma de suas contribuições à Semiologia, é uma versão bastante

simples do modelo sígnico glossemático (Nöth, 2005b, p.133), isto é, da teoria da conotação e denotação de Hjelmslev. O esquema de Barthes pode ser assim exposto para ilustrar sua concepção de conotação e metalinguagem:

Figura 6 – Modelo de conotação de Barthes

| | | | | |
|------------------|-----------|------------------|------------|----------|
| Signo secundário | Conotação | Expressão (R2) | | Conteúdo |
| Signo primário | Denotação | Expressão 1 (R1) | Conteúdo 1 | |

Fonte: Nöth (2005b, p.134-5).

No modelo de conotação funciona como signo primário qualquer signo tomado em seu aspecto denotativo cujo teor dependa de uma relação convencional entre uma expressão e um conteúdo, aceito como o significado preciso e restrito da expressão. O signo secundário desenvolve-se a partir do primeiro signo, submetendo-se ao posto de uma expressão, deixando que se refira a ele um conteúdo adicional, não comumente utilizado, tal como é descrito em dicionários. Poder-se-ia antecipar que o esquema ilustra o fenômeno semântico da polissemia, fundamental nas atividades específicas do campo da organização da informação e do conhecimento.

A foto de um homem ilustra o modelo de denotação; quando é tomada isoladamente, descreve a completa representação física de um homem, contudo, quando a foto é considerada com informações adicionais, o signo primário dá lugar ao signo secundário, pois a foto e a sua descrição tornam-se, ambas, expressão de um outro conteúdo, por exemplo, a figura de um personagem ilustre, um político, etc.

No modelo de metalinguagem, o funcionamento do mecanismo se inverte. O signo secundário tem seu conteúdo subdividido em expressão e conteúdo do signo primário. A função metalinguística possibilita falar do código com os próprios elementos do sistema.

Uma palavra no dicionário tem seu significado detalhado, tal mecanismo pode ser representado no seguinte esquema sógnico:

Figura 7 – Modelo de metalinguagem de Barthes

| | | | | |
|------------------|------------------|------------------|------------------|------------|
| Signo secundário | Metalinguagem | Expressão 2 (R2) | Conteúdo 2 | |
| Signo primário | Linguagem-objeto | | Expressão 1 (R1) | Conteúdo 1 |

Fonte: Nöth (2005b, p.134-5).

A discussão das formas e usos do mecanismo da conotação para construção de mitos na imprensa é uma das contribuições de Barthes à Semiologia do texto. Seus estudos foram direcionados aos meios de comunicação, os quais criam mitologias e ideologias na forma de sistemas conotativos secundários. Consistiam em uma tentativa de *mitoclastia* (do grego *klastós*, quebrado, que quebra), isto é, a destruição ou desmontagem do mito. Barthes buscou forjar também uma *semioclastia* ou destruição do signo, pois argumentou que a denotação não é a primeira significação do signo, mas aparenta sê-lo. Na verdade, ela nada mais é que a última conotação (Barthes apud Nöth, 2005b, p.137). Nöth (2005b, p.137) cita Barthes sobre essa questão: “Já não são os mitos que têm que ser desmascarados [...] é o signo mesmo que precisa ser abalado”.

Barthes (1971) não só resumiu as ideias do estruturalismo lingüístico, mas potencializou a teoria semiológica com os exemplos práticos da aplicação desses conceitos a sistemas sógnicos, aspectos quase ausentes em Saussure. Os argumentos de Barthes permitem concluir que, a despeito da supremacia da linguagem verbal, há sistemas que merecem uma investigação, pois são dignos de leitura e têm relevância social.

Nesse sentido, Todorov (1972, p.32) alerta que a Semiologia deve sair da condição subalterna, isto é, de ciência auxiliar, tal como tentou colocá-la Barthes (1971). “E é principalmente a partir

dos outros sistemas de significação que nós poderemos reconsiderar a linguagem e rever algumas de nossas concepções a seu respeito” (Todorov, 1972, p.32). Conforme reconhece Todorov, essa é uma das saídas para a Semiologia, investigar os demais sistemas de signos disponíveis, tendo como ponto de partida o estudo dos códigos e dos sistemas de comunicação. No entanto, o escopo da Semiologia restringe-se aos códigos e aos sistemas socioculturais.

Destaca-se que, além de Barthes e Hjelmslev, a Semiologia teve grande influência em outras ciências, como a Antropologia Cultural, que se valeu de seu conceito de sistema como dispositivo essencial para compreender a estrutura de uma sociedade. A Semiologia, nesse contexto, estuda os fatos culturais como dotados de significado a partir das relações com os demais signos no sistema. A manifestação de uma cultura dá-se por via simbólica. Mello (2000) reconheceu a compatibilidade dos fundamentos teóricos entre Antropologia Cultural e Semiologia, bem como a relevância desta última ao estudo dos signos produzidos por uma cultura.

Reforçando a perspectiva linguística da teoria dos signos, Todorov (1972, p.28) restringe o escopo da Semiologia, apontando a uma das características do projeto semiológico: “A semiologia estuda as significações tomadas da cultura e não da natureza; mas há, em nossa sociedade, uma comunicação que não esteja comprometida pelas formas convencionais, próprias de cada cultura particular?” (Todorov, 1972, p.28).

Nesse caso, Todorov (1972) assinala um dos limites do campo, característica já proclamada por Saussure quando definiu Semiologia como o estudo da vida dos signos no seio da sociedade. Mesmo em Hjelmslev e em Barthes, a Semiologia não investiga os processos de produção do significado em outras esferas, por exemplo, a biológica. Muito menos existe qualquer possibilidade de significado fora da língua.

Ainda conforme a análise empreendida por Todorov (1972, p.31), a Semiologia é uma ciência vislumbrada antes de sua existência efetiva, o que traz sérios problemas referentes à sua autonomia

científica. Uma das evidências é recorrer sempre que necessário à Linguística.

Deve-se ressaltar ainda que os argumentos defendidos no interior da Semiologia, de matriz linguística, favorecem a interpretação dos diversos processos de significação não humanos como zonas de estudo sem recurso teórico adequado nessa perspectiva. Segundo Nöth (2005b, p.21), fenômenos biossemióticos, zoosemióticos e até signos naturais não têm lugar no programa semiológico de Saussure, na medida em que neste último o princípio da arbitrariedade e da convencionalidade dos signos é o que conta.

Todavia, a influência da Semiologia e das teses estruturalistas determinou, e ainda determina, as pesquisas que buscam sistematizar uma hipótese explicativa – à moda de Hjelmslev – de uma estrutura para conhecer as relações internas entre seus elementos. Nesse sentido, Algirdas Julien Greimas (1917-1992) foi o semiólogo que permaneceu seguindo os princípios da Linguística estrutural. Greimas encontra-se entre a Linguística e a Semiologia, pois trabalhou com um objeto que interessa a ambas as disciplinas, o texto, procurando levar a cabo as iniciativas de Saussure e Hjelmslev.

A constatação saussuriana, de que o significado de um elemento somente pode ser obtido por seu contexto, parece ter reaparecido em Greimas na forma das relações lógicas entre os termos. Um termo vale quando exposto ou em confronto com termos divergentes, contrários e complementares. De Hjelmslev, Greimas conservou a noção de semiótica como objeto de estudo; o exemplo mais claro é a língua. Segundo Nöth (2005b, p.147), a Semiótica, para Greimas, tal como a designava, não pode ser teoria dos signos, mas uma teoria do significado.

De acordo com Nöth (2005b, p.145), Greimas introduziu uma proposta de Semiótica influente e produtiva que constituiu uma escola, a Escola de Paris. “O estruturalismo linguístico de Hjelmslev, a antropologia estrutural de Lévi-Strauss, a teoria formalista do conto de Propp e a teoria das situações dramáticas de Etienne Souriau são as fontes da semiótica de Greimas” (Nöth, 2005b, p.146). Assim como Saussure e Hjelmslev, Greimas (1973, p.28-9) sus-

tenta que a percepção é obtida através da diferença, perceber é identificar diferenças ou produzir descontinuidade. A relação mínima entre dois elementos, via conjunção (ou semelhança) e através da disjunção (ou diferença), constitui a estrutura mínima do significado. A percepção é obtida por diferenças, portanto, a estrutura elementar do significado está na dinâmica entre disjunção e conjunção.

Alinhando-se à perspectiva semiológica vinculada ao estruturalismo linguístico, Greimas dispensou a relação estabelecida entre coisas e signos, evitando assim questionar as motivações que originam o significado, ou melhor, se sua determinação é proveniente de uma realidade ligada ao signo. Segundo o autor,

O reconhecimento da limitação do universo semântico implica, por sua vez, a rejeição dos conceitos linguísticos que definem a significação como a relação entre signos e coisas, e notadamente a recusa em aceitar a dimensão suplementar do referente [...] Isto porque referir-se a coisas para explicar signos, não é mais que uma tentativa de transposição, impraticável, das significações contidas nas línguas naturais a conjuntos significantes não-linguísticos: empreendimento de caráter onírico, como se vê. (Greimas, 1973, p.21)

Conformando a observação de Blikstein (1985), o conceito de signo na Semiologia concentra-se no lado esquerdo do triângulo de Ogden & Richards. É, sobretudo, um modelo diádico do signo, na medida em que evita a discussão da natureza do referente, as diferenças entre coisas e fenômenos e, de modo amplo, dispensa a proposição de teorias sobre o fenômeno da significação em dimensões não humanas.

A Semiologia de matriz estruturalista é uma ciência do homem. Não é o propósito de Greimas investigar o processo de significação fora do ambiente humano. Tal fato levou a Semiologia a uma posição restrita diante das especulações sobre o signo, conforme atesta Nöth (2005b, p.21). Portanto, não produz uma base de apoio a

uma teoria da cognição que explica o processo semiótico nos demais sistemas vivos.

No entanto, a obra de Greimas dispõe de um número elevado de dispositivos conceituais dentro da Semiologia, dentre os quais serão apresentados brevemente: a estrutura elementar do significado, o conceito de isotopia, o modelo actancial, os níveis de análise do discurso e as contribuições para análise do discurso científico.

Greimas (1973, p.18) propôs que os significantes, do ponto de vista da percepção, podem ser agrupados em: ordem visual (mímica, gestualidade, escrita, sinais de tráfego, artes plásticas, etc.), ordem auditiva (línguas naturais, música, etc.) e ordem tátil (linguagem dos cegos, carícias, etc.). Essa classificação relaciona-se diretamente aos sentidos humanos implicados na percepção dos significantes. Apesar de a especificação do conceito e do tipos de significante na direção da realização da Semiologia, o significante continua a ser um fenômeno mental. Os sentidos traduzem esses estímulos e os transformam em significantes percebidos.

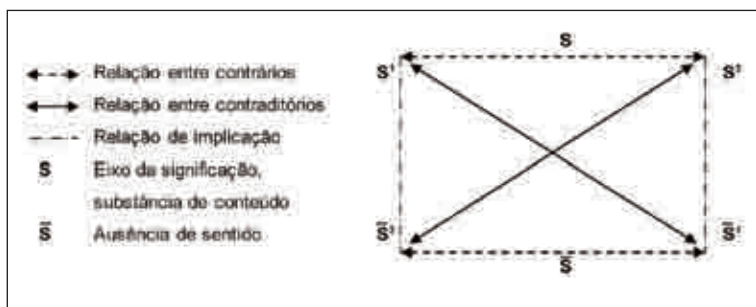
O fenômeno da percepção resulta na produção da descontinuidade no contínuo da realidade; é identificar diferenças nas formas do mundo. Essa definição de contínuo associada à realidade assemelha-se ao conceito de Hjelmslev para matéria de conteúdo, isto é, contínuo amorfo. A relação é um mecanismo perceptual, conjuntivo e disjuntivo (Lopes, 1995, p.312). Pode-se dizer ainda que a percepção para Greimas é reduzida à identificação de diferenças.

Sendo assim, uma relação que possui dois elementos, um conjuntivo e outro disjuntivo, pode ser considerada uma estrutura elementar de significação (idem, p.313). Na terminologia greimasiana, a estrutura elementar do significado é o sema, termo que objetiva representar efeitos perceptivos diferenciais, tais como, masculino e feminino. Essa estrutura pode ser representada como na Figura 8.

A figura ilustra a capacidade do sema de significar por diferenças, seja em virtude de as relações entre os sentidos serem contrários, seja quando a relação estabelecida é contraditória. Entra também nesse nível a diferenciação entre o eixo que produz algum sentido e o que não oferece nenhum sentido explícito. Depreende-

-se dos efeitos diferenciais que a noção de sema é uma defesa explícita da tese de Saussure, quando este último sustenta que o significado de uma palavra está na relação que estabelece com outras palavras, presente no eixo vertical que abriga uma constelação de outras possibilidades para uma palavra dentro do sistema, isto é, as relações associativas; ou, no eixo horizontal, as relações sucessivas ou sintagmáticas.

Figura 8 – Estrutura elementar do significado



Fonte: Greimas & Rastier (1975, p.127).

Reforça-se, com isso, a ideia de Saussure de que o valor linguístico é determinante para especificar o significado. O esquema anterior ilustra a aplicação da noção teórica de valor a um termo, isto é, do ponto de vista semântico, o significado de um sema encontra-se na sua capacidade de referir-se a outros possíveis semas, ditos e interditos.

Os semas, elementos mínimos de significação (Lopes, 1995, p.312), diferem-se dos femas, que se referem à expressão. O sema diz respeito a cada um dos elementos dispostos em relação para a significação. Uma relação conjuntiva pode ser: moça R (sexo) moço. E uma relação disjuntiva pode ser o ponto de vista específico evidenciado, a saber: moça (feminilidade) R moço (masculinidade) (idem, p.315). Como modelo da descrição sêmica, Greimas utiliza os termos sêmicos e suas representações: positivo ou S, negativo ou não-S, neutro – S, complexo S + não-S (idem, p.316-7).

Greimas & Rastier (1975) e Greimas (1976) procuram representar as relações possíveis entre os termos e as ações nos discursivos. A letra S representa a substância de conteúdo, fundamentado em Hjelmslev no que tange à consideração de que a forma independe da substância, enquanto S¹ e S² representam as formas de conteúdo. Como é possível observar na figura anterior, define-se a ação dos eixos dos contrários, dos contraditórios e da implicação. De acordo com Lopes (1995, p.322), as relações entre os semas podem ser dos seguintes tipos: hiponímica (subordinação de um termo a outro, quando partindo de S¹ e S² para S); hiperonímica (superordenação de um termo a outro, quando segue S para S¹ ou S²); antonímica (partindo de S¹ ou S² para o sema contrário S² ou S¹).

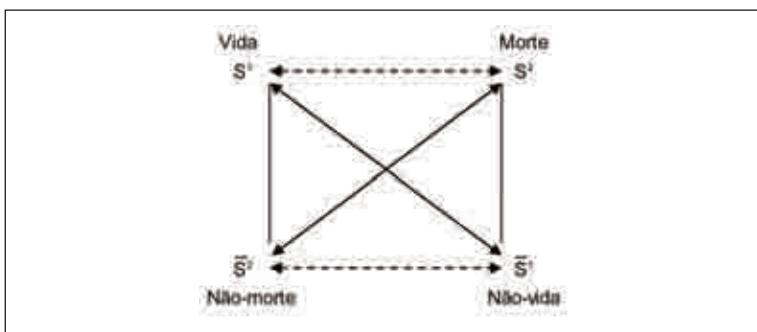
Do esquema que ilustra a estrutura elementar do significado, deriva-se o conhecido quadrado lógico-semiótico de Greimas (Figura 9). O quadrado lógico-semiótico foi concebido sob a influência do estruturalismo e da Lógica. Constata-se, por exemplo, a presença das relações lógicas de contradição, contrariedade, complementaridade ou implicação. A Lógica formal também prevê que, para conceber o significado de qualquer termo, se deve relacioná-lo com os termos referidos pelo primeiro termo de modo subjacente.

Em um exemplo de como se procede ao significado, a partir das diferenças que um termo e um conceito estabelecem com os demais, cita-se o caso do conceito “vida” que, no quadrado, opor-se-á, via contrariedade, ao conceito “morte”, e por contradição ao conceito “não-vida”, e por implicação, relacionar-se-á com o de “não-morte”.

Deve-se acrescentar que as relações supracitadas constituem uma versão modificada de uma formulação desenvolvida, previamente, na Lógica formal aristotélica e medieval, a qual compreende que a contradição é uma relação entre dois termos asserção/negação; a contrariedade é quando um termo, tomado em seu significado, implica o contrário do outro; a implicação ou a complementaridade subentende relações indispensáveis para o termo analisado, por exemplo, “vida” implica “não-morte”, tal que “morte” im-

plica “não-vida” (Nöth, 2005b, p.154). É, fundamentalmente, um modelo lógico, na medida em que manuais de Lógica já examinavam a presença de tais relações. Talvez a inovação tenha consistido na aplicação dessas relações na Semântica de textos e de narrativas.

Figura 9 – Quadrado semiótico



Fonte: Greimas & Rastier (1975, p.129).

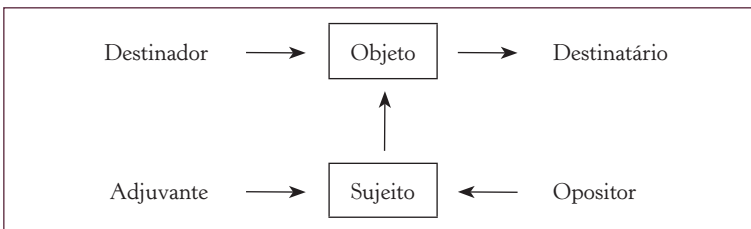
A noção de isotopia também é fundamental na Semiologia de Greimas, pois trata da coerência e da homogeneidade interna do sentido, em textos ou discursos. Com isso, é possível montar uma teoria da coerência textual. Enquanto a Semântica definida nos parâmetros clássicos centra-se no estudo do significado da palavra, a abordagem semiótica fundada por Greimas expande a investigação do significado aos mecanismos de significação das macroestruturas discursivas.

A palavra já não é o objetivo principal, mas o texto como um todo. Decorrem da noção de isotopia os conceitos: a) isotopia simples: quando o discurso possui apenas uma interpretação; b) bi-isotopia, em que ocorrem duas leituras possíveis, ambiguidades e metáforas; c) pluri ou poli-isotopia, ou seja, mais de duas leituras, significando a valorização de vários níveis semânticos num texto (Nöth, 2005b, p.156).

Complementa o conceito de isotopia o modelo actancial ou atucional proposto por Greimas, influenciado por V. Propp, em sua obra *Morfologia do conto popular russo*, e E. Souriau, em *200.000 situations dramatiques*. As ações dos personagens são identificadas e relacionadas com as ações dos agentes presentes no discurso.

A estrutura actancial básica compreende um sujeito narrativo e um objeto, um coadjuvante e um opositor, um destinador e um destinatário. Esses relacionam-se uns com os outros por implicação e contradição. O sujeito sempre busca um objeto e, para tanto, conta com o auxílio dos coadjuvantes para conseguir tal proeza e enfrentar os opositores que intentam atrapalhá-lo em sua tarefa. O objeto é um elemento desejado, sua busca conduz às ações do sujeito. O destinador detém um certo domínio ou influência sobre o objeto, o qual poderá pertencer ou não ao destinatário, o qual, em algumas circunstâncias, pode ser o sujeito. De forma esquemática, o modelo actancial pode ser assim ilustrado:

Figura 10 – Modelo actancial



Fonte: Greimas (1973, p.236).

Ter-se-iam, então, elementos e relações sintáticos mínimos ou categorias actanciais básicas. Pode-se utilizar o esquema, como de fato ocorre, para analisar variados discursos: políticos, religiosos, comerciais, científicos, ficcionais, etc. Um exemplo bem sugestivo da aplicação desse modelo ao estudo semiológico é na propaganda. Toma-se o caso sugerido por Nöth (2005b, p.159), a saber: na propaganda de um creme dental, o *sujeito* é o consumidor; o *objeto* de desejo é uma namorada; o produto exposto é o *adjuvante* que dá ao

herói o poder necessário; o *opositor* é o mau hálito, vencido nesse drama e que o impedia de procurar seu objeto; o *destinatário* seria novamente o consumidor e possível herói; e o *destinador* é desconhecido, podendo ser a companhia do creme dental.

Em um exemplo de Greimas (1973, p.237), a ideologia marxista enquanto discurso pode ser distribuída segundo as categorias actanciais da seguinte maneira: o sujeito é o homem; o objeto é a sociedade sem classes; o destinador é a história; o destinatário é a humanidade; o opositor é a classe burguesa; e o adjuvante é a classe operária.

O modelo actancial parece oferecer condições plausíveis para se adequar à compreensão do significado de grandes estruturas textuais, obedecendo e aprofundando o estruturalismo linguístico de Hjelmslev e Saussure. Como bem salientou Nöth (2005b, p.159-60), o modelo pode ser aplicado a textos ideológicos, filosóficos e de propaganda. Greimas conclui que as relações lógicas fundamentais, conjunção e disjunção, constituem a base de qualquer processo narrativo.

Segundo Nöth (2005b, p.161, grifos do autor),

A gramática modal de Greimas é uma gramática de valorização das ações, uma axiologia narrativa em vários níveis do universo narrativo. As modalidades do “querer” e do “dever” pertencem ao nível *virtual* dos valores, as modalidades do “poder” e do “saber” pertencem ao nível da *atualidade*, e as modalidades do “fazer” e do “ser” pertencem ao nível da *realização*. No nível da realização, as relações são conjuntivas, no nível da virtualidade, elas são disjuntivas.

Buscando ir além da análise da palavra e de frases, a Semântica de Greimas, convertida em semiologia dos discursos narrativos, concretiza a possibilidade de uma Semântica do texto. Ela sistematiza um modelo de análise do discurso que compreende vários níveis. “Greimas distinguiu três ‘áreas gerais autônomas’ de análise semiótica textual: estruturas sêmio-narrativas, estruturas discursivas

sivas e estruturas textuais” (Greimas & Courtés, 1979, p.157 apud Nöth, 2005b, p.148).

Seriam três grandes etapas do percurso gerativo de sentido: a estrutura fundamental, a estrutura narrativa e a estrutura discursiva. Cada uma delas possui uma gramática, subdividida em semântica e sintaxe. “Pode-se dizer que a Semiótica greimasiana conciliou os dois enfoques identificando um percurso gerativo que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto” (Grasseschi, 1989, p.86). A autora (Grasseschi, 1989) ressalta que a análise de Greimas divide-se, basicamente, em:

a) *Nível fundamental* – que se ocupa das estruturas fundamentais, subdividindo-se em: sintaxe fundamental, que procura elaborar o quadrado semiótico das relações lógicas, e semântica fundamental, em que o quadrado semiótico é utilizado para descrever o percurso de sentido. É na sintaxe fundamental que se identificam as sequências narrativas e as constelações actanciais. Um actante ou atuante principal é sujeito-objeto, em que ocorre disjunção e conjunção.

Devem-se mencionar ainda os valores semânticos: descritivos e modais. Segundo Nöth (2005b, p.149), os “valores descritivos ou são valores essenciais ou acidentais. Valores modais se referem às categorias como ‘desejo’, ‘obrigação’ ou ‘conhecimento’”. Com isso, monta a gramática das modalidades. A semântica fundamental ainda “[...] contém categorias elementares que se articulam em oposições semânticas e constituem relações lógicas elementares analisadas em forma de quadrados semióticos” (Nöth, 2005b, p.148). É nesse nível profundo que aparece o tema global, a significação simbólica de uma narrativa.

As oposições da semântica fundamental na forma dos quadrados semióticos são ainda atemporais e têm que ser desenvolvidas na sequência sintagmática do discurso. Também no nível sintático profundo, na sintaxe fundamental, Greimas postula uma estrutura atemporal antes da temporalização dela nas proposições de

programas narrativos. A estrutura do nível sintático profundo tem a forma do modelo actancial. (Idem, p.157)

b) *Nível narrativo* – que se ocupa das estruturas narrativas e se divide em: sintaxe narrativa, a qual identifica as relações entre os actantes sujeito, objeto, destinador, destinatário, adjudante e opositor. A narratividade é, nesse caso, a descrição das transformações de estado. Essas transformações podem ser expressas em enunciados de estado, fixos, e enunciados de fazer (disjunção e conjunção), em que se indicam as ações adotadas. Além disso, inclui-se a semântica narrativa, cujo objetivo é identificar as modalidades básicas: querer, dever, poder e saber.

c) *Nível discursivo* – que procura reconstituir as estruturas discursivas. A sintaxe discursiva pressupõe a enumeração que transforma texto em discurso. O foco preside as relações entre enunciação e discurso e as relações entre enunciador e enunciatário. Nesse nível, convertem-se as estruturas narrativas em discursivas. “A semântica discursiva recupera a transformação dos percursos narrativos em percursos temáticos e sua figurativização. Temos assim dois momentos: a tematização e a figurativização” (Grasseschi, 1989, p.99).

No nível da tematização encontram-se a identificação de valores e a definição de papéis actanciais convertidos em papéis temáticos. A figurativização é o processo forjado pelo sujeito da enunciação que instala figuras de conteúdo; além disso, esse nível discute a isotopia, tanto temática quanto figurativa (idem, p.100). Essa autora acrescenta: “Somente através da isotopia temática é possível perceber o ‘assunto’ de um livro ou de um quadro, por exemplo”.

Em um livro sobre o discurso científico, Greimas aplicou as categorias de análise da gramática discursiva. O texto científico é considerado um discurso não figurativo, diferente dos discursos figurativos como folclore, mitologia e literatura (Greimas, 1976, p.3). Conforme ressaltou o autor, “[...] não se trata de um estudo

psicológico e histórico da personalidade científica de Georges Dumézil, mas do discurso-prefácio e de sua ‘verdade’ narrativa e textual” (Greimas, 1976, p.40). O autor examinou um trecho do texto científico de Dumézil, esclarecendo que não se fundamenta em procedimentos psicológicos ou históricos.

Greimas (1976), procedendo à análise do texto científico, recorreu à microanálise do material, fragmentando o texto por acreditar que partes específicas deste contêm os elementos essenciais do relato de uma pesquisa. Sendo assim, analisou as partes da obra que considerou fundamentais – prefácio, título, subtítulos –, identificando as relações que esses fragmentos têm entre si (Greimas, 1976, p.4, 12). Tal escolha de Greimas (1976, p.5) supõe premissas próprias de outros campos, como a análise do conteúdo da informação, na medida em que assume que “[...] temos, por conseguinte, o direito de esperar encontrar, quando do exame do discurso-prefácio, certas regularidades características de todo discurso de vocação científica”.

A análise do autor segmenta, preliminarmente, dois tipos de discurso: o discurso do saber e o discurso da pesquisa. O primeiro revela o quanto se conhece da área e o segundo refere-se à trajetória que levou ao bem-sucedido resultado da investigação (Greimas, 1976, p.6-7). Para o discurso realizado são indicadas as competências do narratário: 1) competência do enunciatário: fazer informativo; 2) competência narrativa: competência narrativa geral e competência científica específica; 3) competência linguística *stricto sensu*: propor questões (idem, p.8).

Outra característica do discurso da pesquisa é sua capacidade de retirar o sujeito pessoal, para que este não seja identificado com as ações empreendidas. A impessoalidade manifesta-se imperiosa nesse tipo de discurso analisado. É um discurso objetivo, pois o sujeito, em muitos casos, seria a própria instituição da ciência, e não um indivíduo isolado. O discurso que aponta o problema da pesquisa é denominado de enunciado despersonalizado (idem, p.10).

As relações binárias expressam a análise greimasiana. Para chegar ao significado de um texto, deve-se levar em conta a con-

frontação dos demais elementos. Desse modo, “[...] a narrativa científica se define, então, como a transformação de um /não saber/ em um /saber/” (idem, p.11). Os conceitos fundamentais para compreender a estrutura do significado do discurso científico são os enunciados de estado (ser) e os enunciados de fazer (fazer).

O esquema básico do discurso científico também seria um *sujeito* que busca um *objeto* do saber. Para obter êxito, esse sujeito deve enfrentar as dificuldades, ocasião em que se origina a narrativa do revés ou dos insucessos, separada em dois segmentos: a busca e a derrota. Em outros termos, seria o relato das dificuldades encontradas na pesquisa. Verifica-se que o modelo actancial é também aplicável ao discurso científico.

A narrativa deve resultar em um fim perseguido, cuja finalidade é desdobrar-se em uma narrativa da *vitória*, isto é, quando o sujeito soluciona um problema teórico, adquirindo assim uma competência especial para prosseguir na investigação. Essa competência passa por um discurso que retrata a *descoberta*, cujo teor permitiu solucionar o problema. Atravessa, então, a fase que mostra as evidências para assim concluir com uma reflexão epistemológica que trata da natureza e das particularidades da pesquisa nas ciências humanas, em outras palavras, os acidentes de percurso são comuns e provenientes desses estudos.

Além disso, e avançando na aplicação do modelo actancial, o discurso científico desenvolve-se com a ajuda de outros agentes que não apenas o sujeito. O papel desempenhado pelo adjudante, nesse caso, é representado pelas referências bibliográficas citadas, que têm por função reforçar a opinião do sujeito em relação ao saber a ser conquistado (idem, p.13-6).

No esquema de análise do discurso científico, os níveis do discurso do sujeito no texto científico são: discurso cognitivo, discurso objetivo e discurso referencial. O discurso cognitivo representa atividades cognitivas, tais como: estudar e examinar. O discurso objetivo descreve objetos do saber e as manipulações que sofrem, dentre elas: fazer taxionômico, fazer programático (início, final e meio

para exposição dos objetos), fazer comparativo, que visa indicar relações entre os objetos. Os objetos discursivos que são manipulados encontram-se na forma de enunciados de estado, isto é, enunciados de ser. Os enunciados de estado regem os enunciados de fazer. O discurso referencial trata do discurso que sanciona e despersonaliza; é o discurso de autoridade que reconhece o respeito às fontes que podem ser de referência ou de autorreferência, ou seja, outros autores e discursos tomados do mesmo autor (idem, p.16-7, 19-20).

Greimas (1976) acrescenta à análise de discurso o papel do antissujeito, as dificuldades encontradas no caminho e o esforço despendido pelo sujeito-autor. No caso analisado, Greimas (1976, p.23) constrói um esquema modal que formaliza as dificuldades, tentativas e esforços em relação ao antissujeito que limita o fazer: /querer/ → /dever/ → /poder// → //não-poder/ → /fazer/. Esse /não-poder/, o qual determina o /fazer/, contribui para o fracasso do fazer cognitivo objetivado pelo sujeito.

A análise greimasiana recobre um exame dos tipos de verbalização utilizados. O fazer cognitivo expresso no discurso analisado materializa-se nas verbalizações: estudar, examinar, determinar. A função desse discurso é aumentar o saber (fazer conhecer) em geral. É um fazer ao mesmo tempo em que é um fazer saber (Greimas, 1976, p.34-5), os quais, nesses tipos de texto, se apresentam com mais importância. Segundo Greimas (1976, p.35): “A manipulação dialética que consiste em tomar o discurso cognitivo para transformá-lo em discurso referencial, suscetível de engendrar um novo discurso cognitivo, é um dos elementos constitutivos da definição do progresso científico”.

Em resumo, o discurso cognitivo está na perspectiva do enunciador e o discurso referencial depende do enunciatário que o assume (Greimas, 1976, p.35). O autor ainda examinou as performances cognitivas que resultam em novas classificações, definições e denominações. O autor analisa as conclusões do discurso de Dumézil, procurando identificar o procedimento adotado: dedutivo ou indutivo.

No caso em questão, o procedimento metodológico seguido foi do universo semântico, passando da delimitação de um *corpus* até a análise dos textos. Nesse sentido, identificou como fazeres presentes no discurso: do conceitual ao textual; o fazer comparativo; a descoberta e as evidências; o discurso da descoberta e da pesquisa; e o discurso da reflexão epistemológica. O discurso da pesquisa consiste em um discurso social conduzido por um sujeito social, ao passo que a descoberta pressupõe a preparação, o saber fazer científico (idem, p.49). Aplicado ao texto científico, as estratégias de Greimas proporcionam mecanismos de superação da dificuldade da análise semiológica dessa modalidade de discurso. Se esse tipo de análise sugere soluções eficazes é uma questão para um outro estudo.

A análise semiológica do discurso científico, operada com base em Greimas, sustenta-se nos passos dos atores e nas posições que estes assumem no desenvolvimento da narrativa dos feitos obtidos com a aquisição de um saber. Com efeito, pode-se concluir que um discurso científico, com seu objetivo principal de contar os passos de uma trajetória na direção da aquisição de um novo conhecimento, está permeado de circunstâncias que se relacionam a referentes que estão na base da aceitação do argumento. Desse modo, os resultados obtidos mostram um confronto entre sujeito e seus oponentes, chegando, quase sempre, à vitória do primeiro na forma da aquisição de um novo conhecimento, reconhecendo a ajuda prestada pelos adjuvantes.

Além de Greimas e demais autoridades da Semiologia indicadas sumariamente neste capítulo, devem-se incluir contribuições consideradas de menor peso, no sentido de avançar nos conceitos semiológicos. Nesse caso, inclui-se Umberto Eco (2000), que procura fundar um campo geral da teoria dos signos. Presume-se que a função de Eco é sintetizar um conjunto enorme de contribuições com o objetivo de erigir uma teoria geral dos signos.

Para tanto, Eco reuniu as duas principais escolas que deram origem à teoria dos signos no século XX, Saussure e Peirce. Contudo, fica mais próximo da perspectiva semiológica em razão da concepção de signo, recusando-se a reconhecer a viabilidade de um

referente não-cultural. Eco (2000) coloca-se mais próximo ao estruturalismo linguístico de Hjelmslev e aos seus mecanismos binários de compreensão do fenômeno sógnico. Assim, parece que os conceitos da Semiótica de Peirce são discutidos, por Eco, à luz da matriz estruturalista.

Obviamente, muitos outros semiólogos e conceitos semiológicos merecem figurar nesta exposição, porém acredita-se que as perspectivas do signo elencadas anteriormente subsidiam argumentos e práticas no âmbito da organização da informação e do conhecimento.

4

SEMIOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

O reconhecimento da limitação do universo semântico implica, por sua vez, a rejeição dos conceitos linguísticos que definem a significação como a relação entre signos e coisas, e notadamente a recusa em aceitar a dimensão suplementar do referente [...].

Greimas, 1973, p.21

A Semiologia parece distante dos problemas da organização da informação e do conhecimento, não sendo tão evidente sua contribuição, diferente do que ocorre com a Linguística. O objetivo deste capítulo é reunir aspectos soltos das influências semiológicas encontradas relativas à organização da informação e do conhecimento, em especial na análise documental. Para tanto, elegeram-se a discussão do tratamento do conteúdo das imagens para fins de recuperação da informação, a análise semiológica do discurso e de narrativa, bem como as noções apoiadas na Pragmática.

Se os signos substituem quaisquer outras coisas com o objetivo de comunicar, parece ser lícito supor que devam ser de interesse da organização da informação e do conhecimento, na medida em que esta deve investigar e produzir mecanismos para viabilizar a comunicação. Em âmbito teórico, é razoável a pressuposição de que a

Semiologia é de interesse da organização da informação, porém as práticas podem não confirmar totalmente essa afirmação.

A orientação assumida na aproximação com a Linguística pela análise documental – a de operar recortes teórico-conceituais, desde que sejam úteis – reaparece quando se examinam as contribuições da Semiologia. A necessidade de operacionalização pode inviabilizar a proposição de uma perspectiva compreensiva dos fenômenos, nesse caso, implicados na tentativa de entender como conjuntos de signos podem funcionar como um sistema, ou, mesmo, um código diferente da linguagem verbal.

Para Kobashi (1996, p.12-3), a Linguística e a Semiologia, enquanto disciplinas conceituais, quando dialogam com a análise documental, encontram muitas dificuldades, pois, “nesta última, os modelos teóricos e metodológicos fazem sentido apenas na medida em que são operacionalizáveis” (Kobashi, 1996, p.13). Mais uma vez, reafirma-se a necessidade de examinar a pertinência desse critério para interatuar em conjunto com outras disciplinas.

Presume-se que, para analisar com certa profundidade as reais possibilidades de conexão de pontos de vista entre a organização da informação e do conhecimento e a Semiologia, deve-se abandonar a exclusividade de tal regra, pois não seria possível construir estratégias interdisciplinares desejando, antecipadamente, aplicações imediatas dos conceitos de outras disciplinas. Uma diretriz que deve ser respeitada é que os campos circunvizinhos precisam ser conhecidos, em primeiro lugar; e daí então submetê-los às necessidades práticas de uma segunda área, se isso for realmente possível e desejável.

Apesar de a interação entre organização da informação e do conhecimento e Semiologia poder consistir em um nível elementar de interdisciplinaridade – preâmbulo de qualquer outro projeto maior de superação das lacunas de conhecimento entre as disciplinas –, é possível que os recortes práticos possam suplantar a compreensão dos problemas pertinentes ao tratamento da linguagem não verbal. A orientação prática prejudica as tentativas de compreender a lógica dos argumentos de uma ciência tomada como parceira.

Não somente a Linguística e a Semiologia, mas quaisquer teorias dos signos que podem se fazer presentes no diálogo deveriam, em primeiro lugar, ser conhecidas como tais. A despeito da patente necessidade desse tipo de procedimento para o avanço das interações disciplinares, não é o objetivo deste estudo aprofundar tais questões, apenas sugerir seu tratamento em uma futura investigação.

Kobashi (1996, p.13) conclui: “A Semiologia está longe, portanto, de ser uma ciência consolidada, no interior da qual a análise documentária possa buscar conceitos ou metodologias de aplicabilidade imediatas”. Contudo, acredita-se que não se pode avaliar a contribuição de uma disciplina apenas por sua capacidade de fornecer metodologias, existem outras possibilidades, por exemplo, os níveis conceitual e teórico que merecem ser explorados. A Semiologia, opostamente, não está longe de ser uma ciência consolidada, talvez esteja mesmo longe de fornecer respostas práticas a questões que exijam muito mais que procedimentos objetivos. Contrariando o pensamento de Kobashi (1996), há indícios de que as teorias semiológicas sustentem explicações das atividades da análise documental de conteúdo.

No mesmo período da publicação do trabalho de Kobashi, outros pesquisadores ressaltavam a necessidade de um diálogo entre as disciplinas: “O processo de interpretação de uma imagem ou discurso pode ser analisado à luz de várias teorias e usando-se métodos próprios. Nesse caso, os domínios da semiologia e das teorias da percepção são resgatadas” (Cordeiro, 1996, p.3).

Os conhecimentos da Semiologia impactam concretamente na organização da informação e do conhecimento, principalmente por oferecer conceitos utilizados na análise de sistemas de signos não verbais. É notório que as imagens, diferentemente do texto, possuem particularidades que não podem ser desprezadas por considerações do tipo barthesiano, que insistem que a linguagem verbal – a linguagem propriamente dita – é a única passível de ser convertida em todas as demais.

Os conceitos básicos de Saussure que orientaram a fundação de uma Semiologia estão presentes no discurso dos especialistas em

organização da informação e do conhecimento. Praticamente a maioria das dicotomias saussurianas referentes ao signo permeiam as discussões em análise documental. O fato de o signo linguístico não decorrer de uma representação do real, ou melhor, não se precisar das configurações da realidade, é uma das pressuposições.

Ademais, não é difícil notar a aceitação de Hjelmslev como um linguista eminente. Ele objetivou propor uma teoria da linguagem concretizada em procedimentos de análise de textos que calcularia e preveria, de forma padronizada, todos os tipos de textos possíveis. Isto é, além de ressaltar a função essencial do procedimento analítico, sublinhou o papel da descrição de todos os elementos do texto. Além disso, a teoria da conotação, bem como a concepção da língua e de outros sistemas de signos como semióticas, são fundamentais para descrever, no âmbito da organização da informação e do conhecimento, sistemas que são classificados como não verbais.

A expansão conceitual da terminologia da Linguística estrutural realizada por Barthes, cuja intenção foi investigar os demais sistemas de signos, favoreceu a comparação de outros tipos de texto (de imagens fixas e em movimento) como portadores de uma estrutura subjacente que deve ser revelada e estudada como se fosse derivada da linguagem verbal, tais como: a fotografia, a vestimenta, o código de trânsito, etc.

É possível verificar na literatura sobre análise documental de imagens uma grande concentração de conceitos derivados da Semiologia e de outras teorias dos signos. Um dos problemas da análise documental da imagem é redefinir a particularidade do tratamento da imagem, isto é, o documento imagético (exemplo: a fotografia) exige que os profissionais não utilizem, sem grandes adaptações, os procedimentos utilizados na análise de textos para análise de imagens. Não são da mesma natureza e, por isso, devem ter seu código respeitado à custa de o trabalho se mostrar ineficaz.

Smit (1989b, 1996), Cordeiro (1996), Manini (2001), Boccato & Fujita (2006), cada autora a sua maneira, ressaltam que há que se considerar as especificidades da imagem. Entre os conceitos apon-

tados por diferentes autores que sustentam a análise de imagem, podem-se citar: código, código icônico, código verbal, denotação, conotação, conteúdo, expressão, símbolo, ícone, índice, referente, signo semiológico, contexto de produção e texto visual. Como parte desses conceitos foram definidos anteriormente, passa-se apenas a uma breve análise de como eles se articulam na análise de imagens. Além dos conceitos indicados, pode-se apontar à presença de categorias que conduzem à análise documental que não estão conectadas com as teorias semiológicas.

A imagem é uma entidade polissêmica, há várias possibilidades de interpretação para a mesma imagem, dependendo do sujeito e do contexto cultural. Ela deve ser analisada segundo os níveis pré-icnográfico, icnográfico e icnológico (Panofsky apud Smit, 1996, p.30; Boccato & Fujita, 2006, p.91). O primeiro nível procura descrever tão somente os objetos representados pela imagem; o segundo nível procura estabelecer um assunto para a imagem, geralmente dependente de uma convenção cultural; o terceiro nível é da ordem da interpretação e recebe forte influência do conhecimento do analista. É amplamente defendido na análise documental de imagem que apenas o primeiro e o segundo níveis dizem respeito ao profissional da informação, enquanto o terceiro nível fica a cargo do usuário ou pesquisador (Gardin apud Smit, 1996, p.31; Markey apud Boccato & Fujita, 2006, p.92).

Código refere-se ao conceito de um sistema sógnico com um modo de expressão e de conteúdo. O código icônico, tributado às imagens, seria formado pelas diversas possibilidades de combinação dos signos icônicos disponíveis em uma imagem. O código verbal refere-se ao sistema de signos linguísticos que são executados na fala ou na escrita. Esses conceitos são úteis para compreender a distinção entre os códigos visual e verbal. No fundo, o conceito que preside a discussão provém do estruturalismo, principalmente a noção de sistema.

A denotação é o processo que corresponde ao que as imagens significam diretamente, isto é, a descrição dos objetos representados, tão somente. A conotação é obtida a partir da produção

de significados que não estão presentes obviamente na imagem. A conotação pressupõe o processo anterior de denotação e são operações pertinentes à análise da imagem. Assim, toda a imagem teria um significado denotativo e conotativo e apenas um significante, conforme a terminologia do modelo de Barthes, baseado na teoria da conotação e da denotação de Hjelmslev. Desse último autor supõe-se descender a aplicação dos conceitos conteúdo e expressão. Entretanto, o conteúdo trata daquilo que a imagem mostra e a expressão respeita à forma para expressar a imagem, a saber: cor, luminosidade, angulação e outros (Smit, 1996, p.34).

Alguns conceitos não pertencentes à Semiologia de base linguística, mas a ela associados, são: símbolo, ícone e índice. Fundamentando-se em Dubois, Smit (1996, p.29) recupera as definições de fotografia: em primeiro lugar, a fotografia enquanto espelho do real ou ícone; segundo, a fotografia como transformação do real ou símbolo; e a fotografia enquanto traço do real ou índice. Esses conceitos baseados na Semiótica de Peirce são, indiretamente, relacionados para se pensar o caso do documento imagético. Mostram a necessidade de acrescentar elementos à teoria semiológica, pois não apresenta uma tipologia de signos tão extensa.

Smit (1996, p.29), Manini (2001, p.4) e Boccato & Fujita (2006, p.97) reconheceram que o índice é o tipo de signo que melhor identifica o estatuto da fotografia. A consequência disso é admitir que a fotografia está conectada por uma relação causal ou de contiguidade com o objeto representado. “O conceito da fotografia-índice parece muito promissor para a documentação” (Smit, 1996, p.29). No mesmo sentido, Manini (2001, p.4) afirma: “A especificidade indicial da fotografia traz consequências consideráveis às análises consagradas à imagem fotográfica”.

A despeito de o exposto sugerir a necessidade de teorias semiológicas do signo, uma leitura superficial pode concluir que índice é uma espécie de signo, completamente distinta do ícone e do símbolo. Para se evitar conclusões apressadas, deve-se examinar a relação entre esses três tipos de signos. Sabe-se que o índice, na

terminologia peirciana, pode compor-se de ícones para referir, tanto quanto uma fotografia não pode ser considerada puramente indicial e sem relação com o ícone. Esse aspecto merece um aprofundamento nas pesquisas da Semiótica de Peirce, mas não é objetivo deste livro travar essa discussão.

Na análise documental de imagens, há um outro dispositivo conceitual correlacionado com o signo indicial, o referente. Como discutido anteriormente, sob a palavra *referente* encontram-se diversas definições, mas a mais recorrente na análise de imagem é o referente como o objeto extralinguístico ou, mais superficialmente, o objeto representado na imagem ou, no caso da fotografia, o objeto ou o ser fotografado. Ainda há casos em que o referente é definido como a coisa, o real, o que se torna ainda mais confuso, pois cada termo, como visto, exige um tratamento conceitual especial. Esse referente é dividido, segundo alguns estudiosos do assunto em análise documental de imagens (Smit, 1996, p.31; Manini, 2001, p.2), em: referente genérico (uma classe de coisas) e referente específico (uma coisa particular).

A discussão do referente pode ter duas origens ou poderiam delas proceder: o estudo do signo de Ogden & Richards e a Semântica lógica. Esses são os que provavelmente mais se aproximam do conceito referente utilizado na análise da imagem. Entretanto, uma dificuldade conceitual faz-se presente quando se assimila referente como o extralinguístico sem explicação de sua natureza. De qualquer modo, na análise documental de imagens professa-se, sem dúvida alguma, um conceito triádico de signo, o qual pode ser extremamente útil à organização da informação e do conhecimento.

Smit (1989b, 1996) valeu-se do trabalho de Bléry para propor categorias de análise de imagens que seriam utilizadas por outros autores, tais como Manini (2001) e Boccato & Fujita (2006). As categorias procuram propor questões que devem ser respondidas no momento da análise da imagem: quem (seres vivos ou objetos em foco), onde (ambiente, lugar, espaço), quando (tempo), como/o que (ações, atitudes, detalhes). Somando essas categorias, Smit (1996)

acrescenta a teoria de Shatford, a fim de apontar o objeto genérico, o objeto específico e os conceitos abstratos sobre os objetos em questão. Com isso, a autora compõe um quadro útil para a análise de imagem, combinando as teorias de Shatford e Bléry, as quais dão conta também da problemática da denotação e conotação.

O processo de análise da imagem para fins documentais supõe, seja ela a fotografia ou o filme, o exame de outros documentos que possam auxiliar o esclarecimento de informações implícitas ou não identificadas na imagem. Esse recurso faz com que a imagem, diferente do texto, utilize uma quantidade substancial de materiais suplementares. Como a imagem, no nível de análise que exige a indicação de conceitos abstratos sobre ela, essa informação pode não estar – e por certo não estará – declaradamente disponível na representação imagética.

Saber a respeito do processo de produção da imagem é fundamental para indexá-la, diferente do documento textual. A preocupação de Cordeiro (1996, p.2) ressalta a necessidade de o analista conhecer o processo de produção e a linguagem utilizada no campo do cinema, para que consiga, com uma visão consistente, interpretar a informação para propor representações. Se no caso dos filmes esse conhecimento é essencial, no campo da pintura é imprescindível saber dos aspectos relacionados à gênese dos documentos.

A esse respeito, Agustín Lacruz (2006) destaca a utilização de documentação bibliográfica no processo analítico para complementar as informações não diretamente presentes na imagem, no caso os retratos de Francisco de Goya. Manini (2001, p.1) argumenta que as informações principais da fotografia devem fornecer dados concretos do denominado referente, e “tais dados podem ser ratificados através de outros documentos, escritos ou iconográficos, mas a primeira informação deve partir exclusivamente da imagem que se analisa”.

A despeito de não se relacionarem outros teóricos do assunto, é possível observar que a Semiologia e outras teorias dos signos estão presentes na organização da informação e do conhecimento,

pelo menos quanto ao uso de conceitos fundamentais para se compreender o estatuto da imagem e a caracterização da fotografia.

Denominada análise semiótica do discurso e da narrativa – também chamada Semântica discursiva –, as contribuições que levam esse rótulo têm em comum o uso de conceitos úteis para o estudo do texto tomado em seu conjunto. Concebem-se os trabalhos de Greimas como um empreendimento semiológico, potencializando as iniciativas estruturalistas. Por isso, trata-se de uma contribuição semiológica do discurso.

Greimas investigou os mecanismos necessários para analisar o discurso como um todo, procurando identificar as ações que os agentes executam na dinâmica de uma narrativa. Segundo Nöth (2005b, p.145), seu modelo influenciou diversas áreas de aplicação, entre elas a Documentação. Quando revela o significado subjacente ao discurso e não mais das palavras, Greimas projeta-se como fonte teórica imprescindível à área de organização da informação e do conhecimento. Os resultados de seus estudos possibilitam analisar o significado de textos científicos com a finalidade de expressar sumariamente seu conteúdo.

Pinto Molina (1993, p.52) argumentou que Greimas contribuiu no estabelecimento de aportes conceituais para o estudo do discurso científico, formas e tipologias discursivas, além da teoria das modalidades que facilita a compreensão dos modelos actanciais, em especial a relação sujeito *versus* objeto.

A Semiologia de Greimas aplicada ao discurso propõe tratar globalmente de diversos textos, e não apenas os científicos, os quais se apresentam como principais segundo a análise documental. Os textos narrativos de ficção, por exemplo, em oposição aos textos científicos, não procuram evidenciar de imediato seu assunto principal, não são obedientes à estrutura do texto científico, com problema, hipótese, objetivo, etc. Essa característica dificulta a aplicação de procedimentos tradicionais da análise documental para extração de conceitos. Desse modo, uma infinidade

de materiais não recebem um tratamento adequado de seu conteúdo. Moraes (2008) afirma que isso “[...] não se aplica a textos narrativos, na medida em que estes assumem outras formas de evidenciar seu conteúdo”.

A proposta, fundada na Semiologia greimasiana, requer considerar os diversos tipos de textos quase excluídos pela análise documental de conteúdo, isto é, a literatura de ficção de modo geral: o texto literário, a literatura infanto-juvenil, etc. O que eles têm em comum é a estrutura não científica no tratamento de seus temas. Deve-se proceder conforme a análise semiológica que o discurso sugere, buscando desvendar o percurso de geração de sentido e, a partir deste, identificar os temas pertinentes de um documento.

De acordo com Alves & Moraes (2008, p.7-9), devem-se analisar os textos; no caso da pesquisa citada, é a literatura infanto-juvenil, nos níveis fundamental, narrativo e discursivo. Obedece, no primeiro nível, à formulação do quadrado lógico-semiótico que dispõe a estrutura básica de significação que indica, sucintamente, o tema principal a partir da comparação com outros temas (contrários ou contraditórios).

O segundo nível de análise busca apropriar-se da estrutura básica das ações de um texto, respaldando-se na sequência canônica que compreende: manipulação, competência, performance e sanção. É nesse nível que se encontra a utilização do modelo actancial, isto é, identificam-se as fases da sequência canônica com os atores envolvidos, de acordo com a participação de cada um. Alves & Moraes (2008, p.8) ressaltam, com base em outras fontes, que para os propósitos de identificação do assunto de um texto se devem privilegiar as fases de manipulação e sanção, pois são as que apresentam as informações mais relevantes do conteúdo de um texto.

No terceiro nível, o discursivo, é que se identificam, de um lado, os temas ou termos abstratos que têm a função de organizar as informações no discurso, isto é, funcionam como categorias e, de outro lado, as figuras ou os termos objetivos que procuram representar coisas concretas do mundo natural. No levantamento de

temas e figuras é que se procura verificar o grau de isotopia ou coerência semântica presente no texto.

Apesar de seu vínculo germinal com o estruturalismo linguístico – principalmente na defesa implícita da tese de que há uma estrutura subjacente a todo texto, a qual regula as ações dos personagens e os movimentos no interior de qualquer narrativa, como a hipótese à qual se referia Hjelmslev –, a Semiologia greimasiana mostra-se nessas aplicações como uma alternativa para superar uma lacuna da análise documental de conteúdo: o tratamento dos textos narrativos de ficção. Ela também pode sustentar teoricamente a elaboração de tesouros específicos e outros mecanismos de organização do conhecimento relativos à literatura de ficção. Lara (1999, p.85) lembra que “o desenvolvimento da proposta de estrutura mínima de significação de Greimas [...] também é fundamental para compreender o jogo que se instaura, no processo de construção de uma linguagem documentária, entre a expansão e a condensação”.

Contudo, um aspecto a considerar futuramente será sua produtividade diante do procedimento tradicional de análise documental de conteúdo. É uma hipótese a considerar que o modelo greimasiano não se mostre válido utilitariamente para a análise documental, mas é um recurso para entender a dinâmica da organização dos discursos, atentando-se às situações representadas figurativamente no texto, confrontando-as com as formalizações das ações do sujeito no discurso. Para uma sustentação mais precisa dessa última afirmação, a respeito da dimensão utilitária do modelo greimasiano, sugere-se avançar nas pesquisas e experimentações sobre o assunto.

É pertinente observar que a perspectiva greimasiana não é fonte apenas de reflexão teórica sobre o texto em geral, mas, com essas últimas iniciativas, nota-se uma real utilização dos métodos de análise da Semiologia do discurso na análise documental. Além disso, conceitos adicionais favorecem a compreensão dos fatores que condicionam a produção de sentido em um texto.

Nesse sentido, Eco pode ser apontado em virtude de sua contribuição à teoria do leitor modelo, isto é, existem fatores que condicionam a leitura de um texto que se originam no modelo de leitor construído pelo autor. A noção de leitor modelo é registrada por vários autores da análise documental por possibilitar o conhecimento das variáveis no processo da leitura, como lembra Graseschi (1989, p.120).

Uma última consideração a respeito da influência semiológica na organização da informação e do conhecimento respeita à divisão da teoria dos signos, operacionalizada por Morris, quando os autores da área em questão clamam pela necessidade dos conhecimentos da Pragmática na elaboração de seus instrumentos e produtos.

Nesse caso, a Pragmática refere-se apenas ao fato de o significado das expressões exigir que se observem o uso da linguagem e seus usuários. Há, porém, outras contribuições à Pragmática que provêm de autores tão diversos como Wittgenstein, Strawson, Austin, Apel, Carnap e Ducrot. Um estudo da Pragmática na organização da informação e do conhecimento, assim como o estudo da Semiologia greimasiana, merecem figurar em projetos futuros de investigação.

A leitura de Morris convida-nos a pensar nos tipos de signo derivados de uma teoria não linguística como indispensáveis para a análise e classificação das imagens. As imagens veiculam conteúdos complexos através de signos das mais diversas categorias. O conceito de signo linguístico não é suficientemente abrangente para cobrir todas as variações de códigos que as imagens produzem.

Consequentemente, a análise documental deve reconhecer as características peculiares das imagens, identificar os conteúdos verbais a elas associados e admitir que os signos não convencionais interferem na construção do significado imagético. Para tanto, é preciso voltar a teorias triádicas do signo, que associam os objetos, antes de aplicar as especificidades e produtividade dos procedimentos de análise já consolidados.

Seria conveniente, em um segundo momento, examinar profundamente outras propostas de aplicação da teoria dos signos na organização da informação e do conhecimento. Em linhas gerais, neste capítulo foram analisados apenas alguns conceitos semiológicos pertinentes à análise documental, sabendo que muitos outros poderão ser encontrados na literatura especializada. Após o momento da análise – lembrando o procedimento cartesiano – é hora da síntese.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não se resume uma filosofia,
como não se resume um poema.*
Pascal, 1977/2005, p.201

O fato de a análise das influências da Linguística e da Semiologia na organização da informação e do conhecimento não ser tão abrangente e ampla não dispensa a apresentação de algumas conclusões provisórias. Nesse sentido, acredita-se que duas questões puderam ser esclarecidas com a discussão ora exposta. A primeira trata de destacar as vertentes da Linguística que conteriam as principais influências na organização da informação e do conhecimento. A segunda procurou indagar quais as contribuições provenientes das abordagens semiológicas que se podem identificar na organização da informação e do conhecimento.

Por este livro estar relacionado diretamente à construção da Semiologia, que consiste no centro dos debates teóricos sobre a linguagem na organização da informação e do conhecimento, a Linguística recebeu maior detalhamento. No que diz respeito às teorias dos signos, a escolha dos teóricos Saussure, Hjelmslev, Morris, Ogden, Richards, Barthes, Greimas e Eco foi orientada pela delimitação das principais perspectivas semióticas de Nöth (2005b), além de outros comentadores. Já o pensamento peirciano não foi objeto deste livro por tratar de conceitos que não seria possível expor

em uma ou duas dezenas de páginas. Porém, ao fim deste percurso, reconheceu-se a sua necessidade.

Como pôde ser observado, a literatura da organização da informação e do conhecimento empreendeu aproximações interdisciplinares com as teorias linguístico-semiológicas. Neste livro, especificaram-se as contribuições de teorias dos signos não peircianas para a organização da informação e do conhecimento. Pôde-se constatar a predominância da linha estruturalista como ponto de partida da análise e da construção de instrumentos em nossa área de interesse. As demais influências linguístico-semiológicas são em menor número, mas não menos importante para a análise documental.

Para ilustrar os elementos essenciais da exposição anterior, foi organizado o Quadro 5, com as principais influências da Linguística e da Semiologia na organização da informação e do conhecimento, utilizando como caso exemplar a análise documental de conteúdo. Esse quadro foi construído a partir da divisão da organização da informação e do conhecimento em processos, instrumentos e produtos, como sugerido por Guimarães, Danuello & Menezes (2004, p.183), acrescido de teorias e conceitos cujos fundamentos se encontram em correntes específicas da Linguística e em teóricos da Semiologia. Ele também procura sugerir elementos ao quadro teórico-conceitual da análise documental proposto por Cunha (1989b, p.28) no final da década de 1980.

Quadro 5 – Linguística e Semiologia na organização da informação e do conhecimento (ênfase na análise documental de conteúdo)

| Disciplinas | Correntes | Teorias e conceitos utilizados | Processos e atividades implicados | Instrumentos e produtos resultantes |
|-------------|------------------------------|---|--------------------------------------|---|
| Linguística | Linguística estrutural | estrutura, língua, fala, linguagem, paradigma, sintagma, signo, significante, significado, plano de expressão, plano de conteúdo, valor, sincronia, diacronia | análise, condensação e representação | linguagens documentais em geral |
| | Linguística distribucionista | <i>corpus</i> , explicitação | análise e representação | linguagens documentais em geral |
| | Linguística funcionalista | funções da linguagem | representação | linguagens documentais em geral e terminologias |
| | Linguística gerativa | estrutura profunda, estrutura superficial, gramática de casos | análise e representação | Precis |

(continua)

(continuação)

| Disciplinas | Correntes | Teorias e conceitos utilizados | Processos e atividades implicados | Instrumentos e produtos resultantes |
|--------------------------------|-----------------------|--|--------------------------------------|---|
| Linguística | Linguística textual | macroestrutura, microestrutura, superestrutura, <i>top down</i> , <i>bottom up</i> | análise e condensação | resumo |
| | Semântica linguística | valor, campo semântico, polissemia, homonímia, sinonímia e antonímia | análise, condensação e representação | linguagens documentais em geral |
| | Terminologia | termo, conceito, análise terminológica, terminografia, produtos terminológicos, relações conceituais | análise e representação | terminologias, tesouros terminológicos e esquemas de classificação especializados |
| Semiologia e teoria dos signos | Saussure | semiologia, signo, sistema | análise e representação | — |
| | Ogden & Richards | triângulo do signo, referente, referência, símbolo | análise de imagem | — |

(continua)

(continuação)

| Disciplinas | Correntes | Teorias e conceitos utilizados | Processos e atividades implicados | Instrumentos e produtos resultantes |
|--------------------------------|-----------|---|--|---|
| Semiologia e teoria dos signos | Hjelmslev | signo, semiótica, semiologia, semiótica conotativa, semiótica denotativa | análise de imagem | – |
| | Morris | semântica, sintaxe, pragmática, semiose, <i>designatum</i> , <i>denotatum</i> | análise de imagem e representação | linguagens documentais em geral (pois é base para Linguística documental) |
| | Barthes | sistema semiológico, conotação, denotação, metalinguagem | análise de imagem | – |
| | Greimas | quadro semiótico, modelo actancial, análise do discurso científico, análise de narrativas, isotopia, percurso temático, percurso figurativo | análise de textos narrativos e condensação | linguagens documentais em geral |
| | Eco | texto, código, unidade cultural, leitor e autor modelo | análise e análise de imagem | linguagens documentais em geral |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A princípio, deve-se esclarecer que o quadro é um esboço incompleto das relações estabelecidas que conectam Língua e Semiótica à organização da informação e do conhecimento. Salienta-se ainda que a elaboração do quadro não foi calcada em índices dos temas e autores mais citados, tal como exigiria um procedimento quantitativo que busca explorar as relações interdisciplinares na área. Orientou-se aqui pela premissa qualitativa da presença. Significa dizer que a existência de um único conceito pertinente entre Língua e organização da informação e do conhecimento, ou desta com a Semiótica, bastou para que ele fosse considerado relevante. A prioridade foi a presença e não a frequência.

Com isso, objetiva-se resumir o exposto neste pequeno livro, elucidando as teorias linguísticas e semiológicas utilizadas pela área. Evidentemente, não cobre todas as práticas associadas à organização da informação e do conhecimento, simplesmente sugere algumas mais próximas à análise documental.

Tal como aludido, a maioria dos processos da análise documental é amparada por uma ou mais teorias da Língua, e as contribuições desse campo provêm principalmente de sua vertente estruturalista. Talvez por assumir como objeto principal de estudo o texto científico – é exemplar a afirmação de Gardin a esse respeito –, a análise documental considera difícil a redução das imagens à análise estrutural. Mesmo objetivando encaixar o texto imagético às mesmas operações em que se procede com o texto científico, existem aspectos complexos e não suficientemente cobertos pelas teorias e processos de análise documental, exigindo assim um diálogo com a Semiótica.

É possível que seja uma limitação teórica da análise documental – justificada pela intenção de constituir bases de dados de quaisquer naturezas com o dever social de recuperar a informação – a aceitação tão difundida de converter necessariamente qualquer informação à linguagem escrita. Tal fato, acredita-se, não pode motivar um amplo número de especialistas em análise documental a pensar como Barthes (1971), quando este afirma que a linguagem verbal é, de fato, o principal modelo de linguagem aceitável, pois

todas as demais “linguagens” podem ser transformadas ou convertidas nesta primeira. Deve-se refletir, além disso, sobre a capacidade informativa das imagens.

A despeito de fornecer conceitos operacionais para a organização da informação e do conhecimento, as teorias de matriz linguístico-semiológica respondem a uma perspectiva dos problemas da linguagem humana, fato que move pesquisadores na direção de outras correntes teóricas, objetivando uma visão complementar da situação. Nesse sentido, algumas dificuldades poderiam ser dirimidas, caso a análise documental e, mais amplamente, a organização da informação e do conhecimento, considerassem também outras perspectivas sobre a linguagem e os signos. Isto é, refletir sobre a possibilidade de se aproximar de uma teoria triádica do signo.

Com efeito, pode ser que algumas dificuldades no entendimento da proposta semântica lógico-filosófica possa ter adiado a entrada da organização da informação e do conhecimento no debate dos problemas da linguagem explicados triadicamente. Assim, de certa forma, estariam seus estudiosos em contato direto com teóricos que defendem um ponto de vista lógico do significado, como é o caso da Filosofia e Semiótica de Peirce.

A despeito de a Semântica linguística sugerir uma alternativa estrutural para os princípios lógicos ao significado, ela mesma depende, profundamente, de conceitos fundados em uma Semântica lógica, a exemplo de contrariedade e de contraditoriedade; em outras palavras, na construção de marcadores semânticos. Desse modo, seria quase inevitável reconhecer as contribuições da Lógica, mesmo na Semântica de extração linguística. O exame específico dos conceitos e das relações lógicas não foi realizado pelo recorte estabelecido neste livro, contudo, a interação dos conceitos lógicos com os linguísticos é um fato incontestável e merece ser investigado mais detidamente.

Pode-se dizer que a parte mais nítida da fronteira que separa Semiologia e Semiótica encontra-se, exatamente, entre aceitar ou recusar as convicções lógico-filosóficas sobre o referente. Enquanto

Linguística e Semiologia examinam outros aspectos não influenciados pelo referente existencial (ou *denotatum*), os pontos de vista lógico-semióticos, justamente por priorizarem a ligação entre realidade e cognição, assumem as relações com o referente como condição fundamental da constituição de qualquer significado.

É evidente que não se está tomando a Linguística em sua totalidade, mas apenas as linhas que seguem mais de perto a perspectiva estruturalista, circunscritos aos nomes de Saussure, Hjelmslev, Barthes e Greimas. Reitera-se que a perspectiva estruturalista é amplamente difundida na organização da informação e do conhecimento, em uma de suas linhas mais promissoras, a análise documental.

Ainda de acordo com a exposição realizada, os autores da Linguística e da Semiologia pesquisados – exceto Ogden, Richards e Morris – não se ocupam diretamente da conexão triádica entre conceito, representação e realidade, mesmo esta sendo o gérmen da construção de qualquer conhecimento. Se para organizar a informação de terceiros necessita-se da mediação de mecanismos de representação do conhecimento, como então se poderia representá-lo desconhecendo seu contexto de surgimento, isto é, a *praxis* humana e o relacionamento dos sujeitos com o mundo, tal como sugere uma abordagem triádica do signo?

Deve-se admitir, pelo menos como hipótese de trabalho, que a origem da linguagem funda-se no extralinguístico, e seria incompleta a explicação do fenômeno da linguagem caso se observasse um único fator: a convenção. Esse fator está apenas em uma das fases do processo de geração de expressões, de ideias e de pensamentos. Jakobson argumentou que a arbitrariedade deve ser revista, pois há vários exemplos confirmatórios da presença de signos que dependem da semelhança com o objeto para significar, isto é, da iconicidade.

Desse modo, a organização da informação e do conhecimento poderá enriquecer suas matrizes teóricas do conceito de signo, que explica aspectos essenciais do significado e da cognição. Para tanto, a pressuposição da necessidade de recortes práticos operados pela

análise documental nas interações interdisciplinares precisa ser revista, pois a área se encontra em um período histórico cujas exigências teóricas e explicativas dos processos e dos objetos da análise do conteúdo da informação obrigam a uma leitura não guiada exclusivamente pelo utilitarismo. Talvez outras perspectivas teóricas do signo possam acrescentar elementos conceituais aos estudos da linguagem no campo da organização da informação e do conhecimento, e fazer avançar ainda mais as pesquisas nesse campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUSTÍN LACRUZ, M. C. El análisis de contenido y la representación documental de las imágenes pictóricas: una investigación desarrollada sobre los retratos de Francisco de Goya. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7. Marília, 2006. *Anais...* Marília: FFC – UNESP-Publicações, 2006. (CD-ROM).
- ALVES, R. C. V., MORAES, J. B. E. Análise documental de textos literários infanto-juvenis: perspectivas metodológicas com vistas à identificação do tema. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: Enancib, 2008. Disponível em <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em 25/1/2009.
- AMARO, R. K. O. F. Análise do discurso: textos básicos para a análise documentária. In: CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). *Análise documental: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: Febab, 1989, cap.4, p.59-70.
- ARISTÓTELES. *Categorias*. Goiânia: UFG; Alternativa, 2005.
- BARANOW, U. G. Perspectivas na contribuição da Linguística e de áreas afins à Ciência da Informação. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.12, n.1, p.23-35, 1983.
- BARITÉ, M. *Referenciales teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información y su expresión metodológica*. 7p. [Rela-

- tório técnico do II Encontro de Dirigentes dos Cursos Superiores de Biblioteconomia dos Países do Mercosul, Buenos Aires, 27-29 nov. 1997]. Porto Alegre: ABEED, 1998. p.124.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília: UNESP; São Paulo: Fapesp, 2001. p.35-60.
- BARROS, L. A. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da Terminologia. *Ciência e Cultura (São Paulo)*, v.58, n.2, p.22-6, abr.-jun. 2006.
- BARTHES, R. A actividade estruturalista. In: *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Sel. e introd. Eduardo Prado Coelho. Lisboa: Portugalá, [1967], p.19-27. (Coleção Problemas, 24).
- _____. *Elementos de semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1971.
- _____. *Aula: aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.
- BENTES PINTO, V. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. *Perspectivas em Ciência da Informação (Belo Horizonte)*, v.6, n.2, p.223-34, jul.-dez. 2001.
- BICALHO, L. M., BORGES, M. E. N. Transdisciplinaridade na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. Belo Horizonte, nov. 2003. *Anais...* Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. (CD-ROM).
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1985.
- BOCCA, F. V. Roland Barthes: um semiólogo nômade. *Revista de Filosofia (Curitiba)*, v.15, n.17, p.11-27, jul.-dez. 2003.
- BOCCATO, V. R. C., FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos BAD (Lisboa)*, n.2, p.84-100, 2006.
- BORKO, H. Information Science: what is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968.

- BOULANGER, J-C. Alguns componentes linguísticos no ensino de Terminologia. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.24, n.3, p.313-8, set.-dez. 1995.
- BRASCHER, M., CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: Enancib, 2008. Disponível em <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em 15/12/2008.
- BUFREM, L. S. A relação inescrutável entre Linguística e Documentação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Florianópolis)*, n.19, p.1-6, 1.sem. 2005.
- CABRÉ, M. T. La Terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.24, n.3, p.289-98, set.-dez. 1995.
- _____. Terminología y Documentation. In: _____. *La Terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999. p.231-48.
- _____. La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. *Revista Debate Terminológico*, n.1, p.1-14, mar. 2005. Disponível em <http://www.riterm.net/revista/n_1/cabre.pdf>. Acesso em 25/6/2007.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *História da Linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CHAUMIER, J. *As técnicas documentais*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.
- CHOMSKY, N. A linguagem e a mente. In: LEMLE, M. (Org.). *Novas perspectivas linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1970. p.28-42.
- CINTRA, A. M. M. Elementos de Linguística para estudos de indexação. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.12, n.1, p.5-22, 1983.
- _____. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2.ed. Brasília: IBICT, 1989, cap.2, p.29-37.
- COELHO NETTO, J. T. *Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria dos signos*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- COMTE, A. A filosofia positiva e as ciências. In: CARRILHO, M. M. (Org.). *Epistemologia: posições e críticas*. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p.1-14.

- CORDEIRO, R. I. N. Informação cinematográfica e textual: da geração à interpretação e representação de imagem e texto. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.25, n.3, p.1-9, 1996. Disponível em <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/474/433>>. Acesso em 28/1/2006.
- COYAUD, M. *Introduction à l'étude des langages documentaires*. 148p. Paris: Klincksieck, 1966. (T. A., Documents; 1).
- CRYSTAL, D. *Dicionário de Linguística e Fonética*. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: Febab, 1989.
- _____. *Análise documentária*. In: SMIT, J. W. (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2.ed. Brasília: IBICT, 1989a, cap.3, p.39-62.
- _____. Contribuição para a formulação de um quadro conceitual em análise documentária. In: CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: Febab, 1989b. p.15-30.
- _____. O falcão maltês: a lógica em análise documentária. *Revista de Biblioteconomia de Brasília (Brasília)*, v.17, n.1, p.51-61, jan.-jun. 1989c.
- _____, KOBASHI, N. Y., AMARO, R. K. O. F. Revisão bibliográfica. In: SMIT, J. W. (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2.ed. Brasília: IBICT, 1989, cap.7, p.115-35.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? *Knowledge Organization*, v.33, n.1, p.11-9, 2006.
- DELEDALLE, G. Malentendidos semióticos. In: _____. *Leer a Peirce hoy*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996, parte 4, cap.3, p.147-60.
- DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.29, n.1, p.90-2, jan.-abr. 2000.
- DIAS, E. W., NAVES, M. M. L. O caráter interdisciplinar da análise de assunto. In: _____. *Análise de assunto: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2007, cap.7, p.79-92.
- DUCROT, O., TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Perspectiva, 1988.

- DURKHEIM, É. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994. (Coleção Fundamentos de Direito).
- _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor, 63).
- ECO, U. *Tratado geral de Semiótica*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ENCONTRO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL, 5. *As articulações da pesquisa com o ensino e a extensão nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul: relato final*. 30p. Londrina: Abecin, 2002.
- ESCOBAR, C. H. Leitura de Saussure: proposições semiológicas. *Tempo Brasileiro (Rio de Janeiro)*, n.29, p.45-68, abr.-jun. 1972.
- FREGE, G. Sobre a justificação científica de uma conceitografia. In: _____. *Sobre a justificação científica de uma conceitografia*; Os fundamentos da aritmética. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.193-9. (Os Pensadores, v.XXXVI).
- _____. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1978.
- FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação (Rio de Janeiro)*, v.5, n.4, ago. 2004. Disponível em <http://dgz.org.br/ago04/F_Iart.htm>. Acesso em 25/12/2005.
- _____, MORAES, J. B. E., PEDRINI, I. A. D. O tema na narrativa ficcional: uma abordagem cognitivista. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6. Florianópolis, SC, 2005. *Anais...* Florianópolis: Ancib/UFSC, 2005. (CD-ROM).
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Aproximación al concepto y al objeto de la información/documentación. In: _____. (Ed.). *Introducción a la documentación informativa y periodística*. Sevilla: Editorial Mad, 1999, cap.1, p.13-61.
- GARCÍA-QUISMONDO, M. A. M. et al. Propuesta para la utilización de estructuras verbales aplicadas a la recuperación y representación de la información. *SCIRE*, v.8, n.1, p.95-102, jan.-jun. 2002.

- GARDIN, J.-C. Éléments d'un modèle pour la description de lexiques documentaires. *Bulletin des Bibliothèques de France*, v.11, n.5, p.171-82, 1966a.
- _____. Analyse et sélection documentaires sans les sciences humaines. In: LEROY, A. *Enseignement préparatoire aux techniques de la documentation automatique*. Bruxelles: Euratom, 1966b. p.137-46.
- _____. Recherches sur l'indexation automatique des documents scientifiques. *Revue d'Informatique et de Recherche Opérationnelle*, ano 1, n.6, p.27-46, 1967.
- _____. Procédures d'analyse sémantique dans les sciences humaines. In: POUILLON, J., MARANDA, P. (Org.). *Échanges et communications: mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de son 60^{ème} anniversaire*. Haia: Mouton, 1970. p.628-57.
- _____. Document analysis and linguistic theory. *Journal of Documentation*, v.29, n.2, p.137-68, 1973.
- _____. Analyse documentaire et théorie linguistique. In: *Les analyses de discours*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1974, p.120-68. (Coleção Zèthos).
- _____. *Les analyses de discours*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1974.
- _____. Vers une épistémologie pratique en sciences humaines. In: _____ et al. *La logique du plausible*. Paris: La Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p.27-102.
- _____ et al. *La logique du plausible: essais d'épistemologie pratique*. Paris: Ed. Maison des Sciences de l'Homme, 1981.
- GOMES, H. F. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação (Rio de Janeiro)*, v.2, n.4, ago. 2001. Disponível em <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em 1^o/9/2006.
- GONZÁLEZ GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.22, n.3, p.217-22, set.-dez. 1993.
- _____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação (Belo Horizonte)*, v.6, n.1, p.5-18, jan.-jun. 2001.

- GRANDO, V. L. Análises comparativas de um discurso jornalístico. In: CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: Febab, 1989. p.183-91.
- GRASSESCHI, M. C. C. Um conto policial em duas dimensões. In: CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: Febab, 1989. p.83-130.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural: pesquisa de método*. Trad. Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- _____. *Semiótica do discurso científico: da modalidade*. São Paulo: Difel; SBPL, 1976. (Monografias Semióticas e Linguísticas, n.1).
- _____, RASTIER, F. O jogo das restrições semióticas. In: GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Trad. Ana Cristina Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes, 1975. p.126-43.
- GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento temático da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M., LOPES, I. L. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. p.100-17.
- _____. *A dimensão teórica do tratamento temático da informação (TTI) no universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO)*. 36f. [Projeto de Produtividade em Pesquisa – CNPq, de março de 2007 a fevereiro de 2010]. Marília: [s. n.], 2006.
- _____. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: _____, FUJITA, M. S. L. (Org.). *Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p.31-43.
- _____, DANUELLO, J. C., MENEZES, P. J. Formação para atuação profissional em organização de conteúdos informacionais: análise das bases teórico-pedagógicas dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. In: VALENTIN, M. L. P. (Org.). *Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Polis, 2004. p.167-87.

- GUIMARÃES, J. A. C., DANUELO, J. C., MENEZES, P. J. Ensino de tratamento temático da informação (TTI) nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise de capacitação e produção científica docente com vistas ao delineamento de políticas integradas para área. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. Belo Horizonte, MG, 2003. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003. (CD-ROM).
- _____, NASCIMENTO, L. M. B., MORAES, J. B. E. A diplomática como perspectiva metodológica para o tratamento de conteúdo de documentos técnicos. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005, cap.7. p.135-60.
- GUIRAUD, P. *A Semântica*. São Paulo: Difel, 1972. (Coleção Saber Atual, 157).
- HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: UNESP, 2002.
- HJELMSLEV, L. T. *Ensayos lingüísticos*. Madri: Gredos, 1972. (Estudios y Ensayos, 177).
- _____. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. In: SAUSSURE, Ferdinand de et al. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p.183-220. (Coleção Os Pensadores, XLIX).
- HJØRLAND, B. Library and Information Science: practice, theory, and philosophical basis. *Information Processing and Management*, [S. l.], v.36, p.501-31, 2000.
- _____. Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge Organization*, v.30, n.2, p.87-111, 2003.
- IZQUIERDO ALONSO, M. Nuevos enfoques en el estudio del tratamiento documental de contenido desde los presupuestos de las ciencias del language. *SCIRE*, v.6, n.1, p.143-63, jan.-jun. 2000.
- _____. Nuevos retos en el análisis documental de contenido: gestión de la forma documental del contenido. *SCIRE*, v.10, n.1, p.31-50, jan.-jun. 2004.
- IZQUIERDO ARROYO, J. M. De la semiótica del discurso a la semiótica documental. In: MORENO GONZÁLEZ, J. A. *Aplicación de las ciencias del texto al resumen documental*. Madri: Universidad Carlos III, 1993. p.199-216.

- JAKOBSON, R. *A Fonologia em relação com a Fonética*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- KANT, I. *Prolegômenos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- KOBASHI, N. Y. Análise documentária: considerações sobre um modelo lógico-semântico. In: CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: Febab, 1989a, cap.3. p.45-58.
- _____. Análise documentária: tipologias discursivas. In: CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: Febab, 1989b, cap.2. p.31-44.
- _____. Análise documentária e representação da informação. *Informe - Caderno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Rio de Janeiro)*, v.2, n.2, p.5-27, jul.-dez. 1996.
- _____, TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação (Campinas)*, v.15, ed. esp., p.7-21, set.-dez. 2003.
- KRIEGER, M. G. A face linguística da Terminologia. In: _____, MACIEL, A. M. B. (Org.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre: UFRGS; São Paulo: Humanitas-USP, 2001a. p.22-33.
- _____. Sobre Terminologia e seus objetos. In: _____, MACIEL, A. M. B. (Org.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre: UFRGS; São Paulo: Humanitas-USP, 2001b. p.34-8.
- KRISTEVA, J. As epistemologias da Linguística. In: ESCOBAR, C. H. (Org.). *Semiologia e Linguística hoje*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. p.140-56.
- LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1993.
- LARA, M. L. G. Aplicação de um modelo de análise documentária à literatura sócio-econômica. In: CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: Febab, 1989. p.131-82.
- _____. Algumas contribuições da Semiologia e da Semiótica para a análise das linguagens documentárias. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.22, n.3, p.223-6, set.-dez. 1993.

- LARA, M. L. G. *Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas*. São Paulo, 1999. 207f. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo.
- _____. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação (Rio de Janeiro)*, v.2, n.6, dez. 2001. Disponível em <http://www.dgz.org.br/dez01/Art_03.htm>. Acesso em 25/8/2007.
- _____. Conceitos linguísticos fundamentais para a organização e disseminação de informações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. Belo Horizonte, 2003. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003. (CD-ROM).
- _____. Linguagem documentária e Terminologia. *Transinformação (Campinas)*, v.16, n.3, p.231-40, set.-dez. 2004.
- _____. Uma teoria terminológica para um conceito contemporâneo de informação documentária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6. Florianópolis, 2005. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2005. (CD-ROM).
- _____. É possível falar em signo e semiose documentária? *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Florianópolis)*, n.2, esp., p.18-29, 2.sem. 2006. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb>>. Acesso em 15/10/2006.
- _____, TÁLAMO, M. F. G. M. Linguística documentária e Terminologia: experiência didática na interface das disciplinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7. Marília, 2006. *Anais...* Marília: FFC – UNESP-Publicações, 2006. (CD-ROM).
- LEMERT, C. (Ed.). *Social theory: the multicultural and classic readings*. 2.ed. Boulder, Colorado: Westview Press, 1999. p.148-52.
- LÓPEZYEPES, J. *La documentación como disciplina: teoría e historia*. 2.ed. atual. e ampl. Pamplona: Eunsa, 1995.
- LOPES, E. *Fundamentos da Linguística contemporânea*. 14.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

- MANINI, M. P. Análise documentária de imagens. *Informação e Sociedade: estudos (João Pessoa)*, v.11, n.1, 2001. Disponível em <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/313/236>>. Acesso em 22/9/2007.
- _____. Análise documentária de fotografias: leitura de imagens incluindo sua dimensão expressiva. *Cenário Arquivístico – Revista da Associação Brasileira de Arquivologia (Brasília)*, v.3, n.1, p.16-28, 2004.
- MAZINI, E. S. Nova Constituição Federal (art. 1^a): análise documentária. In: CUNHA, I. M. R. F. (Coord.). *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: Febab, 1989. p.75-82.
- MELLO, L. G. *Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MENDONÇA, E. S. A Linguística e a Ciência da Informação: estudos de uma interseção. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.29, n.3, p.50-70, set.-dez. 2000.
- MONTEIRO, S. D., GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da Ciência da Informação. *Informação & Sociedade: estudos (João Pessoa)*, v.18, n.3, p.13-27, set.-dez. 2008. Disponível em <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies>>. Acesso em 13/1/2009.
- MONTGOMERY, C. A. Linguistics and Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, v.23, n.3, p.195-219, maio-jun. 1972.
- MORAES, J. B. E. A análise documental e os textos literários. *e-F@Nzine: Revista Eletrônica (Monte Alto)*, v.1, n.2, out.-dez. 2008. Disponível em <<http://www.fan.edu.br/revista>>. Acesso em 20/2/2009.
- MORRIS, C. W. *Fundamentos da teoria dos signos*. São Paulo: Livraria Eldorado Tijuca; Edusp, 1976.
- MOURA, M. A., SILVA, A. P., AMORIM, V. R. A concepção e o uso das linguagens de indexação face às contribuições da Semiótica e da Semiologia. *Informação & Sociedade: Estudos (João Pessoa)*, v.12, n.1, p.1-22, 2002. Disponível em <<http://www.informacao-sociedade.ufpb.br/issuev12n102.htm>>. Acesso em 13/10/2005.

- NATALI, J. W. Documentação e Linguística: inter-relação e campos de pesquisa. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (São Paulo)*, v.11, n.1/2, p.33-42, jan.-jun. 1978.
- NAVARRO, S. Interface entre Linguística e Indexação: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (São Paulo)*, v.21, n.1/2, p.46-62, jan.-jun. 1988.
- NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. In: _____ et al. (Org.). *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília: Unesco, 2000. p.9-26. (Edições Unesco).
- NÖTH, W. *Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce*. 4.ed. São Paulo: Annablume, 2005a.
- _____. *A Semiótica no século XX*. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2005b.
- OGDEN, C. K., RICHARDS, I. A. *O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- PASCAL, G. *Compreender Kant*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PINTO MOLINA, M. *Análisis documental: fundamentos y procedimientos*. 2.ed. rev. e ampl. Madri: Eudema, 1993.
- POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: PIMENTA, C. (Coord.). *Interdisciplinaridade, humanismo, universidade*. Porto: Campo das Letras, 2004. Disponível em <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/pontofinal.pdf>>. Acesso em 12/12/2008.
- _____. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, v.1, n.1, p.3-15, mar. 2005. Disponível em <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em 12/12/2008.
- _____, GUIMARÃES, H., LEVY, T. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In: _____. *Interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. Lisboa: Texto, 1993, cap.1. p.8-14.
- RIBEIRO, L. A Linguística como instrumento da documentação. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1. v.1. Rio de Janeiro, 1975. *Anais...* Rio de Janeiro: IBICT, 1978. p.313-27.
- ROBREDO, J. *Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.
- SALMON, W. C. *Lógica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

- SALUM, Isaac Nicolau. Prefácio à edição brasileira. In: SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1970, p.xiii-xxiii.
- SANTAELLA, L., NÖTH, W. *Semiótica*. São Paulo: Experimento, 1999. (Bibliografia Comentada).
- SANTAELLA, L. *O método anticartesiano de C. S. Peirce*. São Paulo: Unesp, 2004.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística geral*. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SERRES, A. Introduction à l'indexation: lexique de l'indexation documentaire. Disponível e: <<http://www.uhb.fr/urfist/Supports/Indexation/IndexationLexique.htm>>. Acesso em 31/7/2006.
- SMIT, J. W. Análise semântica e análise documentária. *Significação: Revista Brasileira de Semiótica (São Paulo)*, v.1, p.168-76, ago. 1974.
- _____. *O que é documentação*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.12.
- _____. A análise da imagem: um primeiro plano. In: _____ (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2.ed. Brasília: Ibict, 1989b, cap.6. p.101-13.
- _____. (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2.ed. Brasília: Ibict, 1989a.
- _____. A representação da imagem. *Informare (Rio de Janeiro)*, v.2, n.2, p.28-36, jul.-dez. 1996.
- _____. A política governamental para a pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. *Informação & Sociedade: Estudos (João Pessoa)*, v.9, n.2, 1999. Disponível em <<http://www.informacaoe-sociedade.ufpb.br/>>. Acesso em 30/5/2004.
- _____. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000, cap.6. p.119-34.
- _____, TÁLAMO, M. F. G. M., KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA

- EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. Belo Horizonte, 2003. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003. (CD-ROM).
- SOARES, E. *Fundamentos de Lógica: elementos de Lógica formal e teoria da argumentação*. São Paulo: Atlas, 2003.
- TÁLAMO, M. F. G. M. A definição semântica para elaboração de glossários. In: SMIT, J. W. (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2.ed. Brasília: IBICT, 1989a, cap.5. p.89-100.
- _____. Terminologia e documentação. *TradTerm (São Paulo)*, v.7, p.141-51, 2001.
- _____, LARA, M. L. G. O campo da Linguística documentária. *Transinformação (Campinas)*, v.18, n.3, p.203-11, set.-dez. 2006.
- _____, LARA, M. L. G., KOBASHI, N. Y. Contribuição da Terminologia para elaboração de tesouros. *Ciência da Informação (Brasília)*, v.21, n.3, p.197-200, set.-dez., 1992.
- TODOROV, T. Perspectivas semiológicas. In: MENDONÇA, A. S. (Org.). *Semiologia e Linguística*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1972. p.26-36.
- VOGEL, M. J. M. *A noção de estrutura linguística e de processo de estruturação e sua influência nas linguagens documentárias*. São Paulo, 2007. 124f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo.
- WITTY, F. J. The beginnings of indexing and abstracting: some notes towards a history of indexing and abstracting in Antiquity and the Middle Ages. *The Indexer*, v.8, n.4, p.193-8, 1973.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,10 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

2011

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Tulio Kawata

ISBN 978-85-7983-205-5



CULTURA
ACADÊMICA 
Editora